

# GT 2

## Textos Completos

### Culturas juvenis, informalidades, ilegalidades e precariedades<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O conteúdo e a formatação dos artigos aqui expostos são de responsabilidade das autoras e dos autores dos trabalhos.

## **ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, TRABALHO E O PROJETO DE VIDA DOS JOVENS**

Clarice Cassab – UFJF  
[clarice.torres@ufjf.edu.br](mailto:clarice.torres@ufjf.edu.br)  
CNPq

O artigo objetiva discutir a centralidade assumida pelo o trabalho na construção dos projetos de vida de jovens em Juiz de Fora. A pesquisa foi realizada com jovens estudantes da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, contando com apoio da FAPEMIG e desenvolvida no âmbito do Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação da UFJF. Durante a pesquisa foram entrevistados jovens de diferentes perfis etários e de renda e ainda inseridos no estudo. Optou-se por trabalhar com jovens no ensino superior e na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O ponto de partida desse texto é o entendimento de que a readequação do capitalismo a partir da superação do modelo de acumulação fordista por formas produtivas desregulamentadas e flexíveis implicaram em profundas transformações em todas as esferas da vida social. Nesse novo cenário imperam os sentidos de instabilidade e insegurança. Num mundo onde tudo é descartável, mutável e fluído, o tempo presentificado anula o futuro. Tais condições força pensar os jovens e as condições de elaboração e realização de seus projetos de vida nesse contexto em que a instabilidade e o medo pelo futuro são imperativos.

É ainda comum a associação entre juventude e instabilidade. Nela o jovem aparece como sendo naturalmente flexível e capaz de dar respostas rápidas em diferentes situações. Dinâmico e mutável estaria sempre disposto a mudanças. Tais característica atribuídas aos jovens coadunam com o discurso e as práticas de flexibilização. No entanto, se é verdade que do ponto de vista do capital e dos mecanismos que levam a aceleração de seu tempo de giro, o jovem parece estar mais apto as novas exigências da “pós-modernidade”, um olhar mais direcionado e atento aos jovens conduzirá para além dessa aparência, possibilitando a compreensão da juventude como representação simbólica fabricada pelos grupos sociais. O que implica firmar a juventude como uma categoria socialmente construída, caracterizada pela heterogeneidade nas suas formas de realização e expressão concretas. O que significa

que a juventude é uma representação forjada tanto pelos grupos sociais quanto pelos próprios jovens, e que busca traduzir um conjunto de comportamentos, atitudes, aparências a ela atribuídos. Desta forma, juventude se aproxima de uma representação simbólica e de uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens pois

as clivagens dessa diversidade envolvem desde a situação socioespacial dos jovens, como classe, condição de moradia, etnia, sexualidade que lhe situa num quadro de relações particulares, quanto as diversidades de ordem cultural, pela adesão dos jovens, nos seus contextos específicos, a culturas juvenis diversas” (CASSAB et. al. 2012:3)

Daí que as juventudes são muitas já que não é vivida da mesma maneira por todos. Em outros termos, a experiência da juventude é diversificada visto que condicionada à classe social, ao acesso aos bens públicos e culturais, ao local de moradia e a inserção ou não no mundo do trabalho.

Tal afirmativa implica entender os limites de se tratar a juventude como fase e o jovem como instável e capaz de se adaptar e construir sua vida num tempo e num cenário de instabilidade e insegurança. Pensada como categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade. Assim, se antes as supostas características próprias da juventude – instabilidade, gosto pelo risco e mutabilidade – deveriam ser disciplinadas com o intuito de garantir a formação de um homem adulto respeitável (e para isso o trabalho fordista cumpriu bem essa função) hoje, os arroubos juvenis, sua presumida propensão a mudança e sua aptidão para mover-se em solo instável e inseguro, são valorizados e incentivados nas esferas da produção e do consumo flexível.

Mas, se por um lado a imagem da juventude respalda a idéia da flexibilização, por outro, a própria juventude vem expressando cada vez mais seus anseios por emprego, por estabilidade e segurança. Anseios que se manifestam, inclusive, na dificuldade de estabelecerem projetos de vida ancorados nas condições concretas de seu tempo presente.

Durante a pesquisa com os jovens, fundamentalmente, dois aspectos se destacaram. O primeiro é a centralidade depositada no trabalho quando da anúncio de seus projetos. De modo geral, ao responderem o que planejam para seu futuro destacaram um “bom emprego”, “crescer profissionalmente”, “investir num negócio”. Para eles a realização desses desejos implica num bom emprego em sua área de formação, seja no setor privado, e preferencialmente pela via de um concurso público, que lhe garantissem estabilidade. O jovem afirma, ao ser questionado sobre seus projetos após a conclusão de seu curso

Fazer concursos públicos, acho que talvez a minha idéia seria, ou formar no BI<sup>2</sup> e fazer um mestrado, talvez em Geografia ou História né, porque eu acho que isso possibilita a gente dar aula por exemplo, não tenho certeza, ou então fazer um concurso público, estudar bastante, passar num concurso, trabalhar (entrevista de campo, 2013).

Suas trajetórias, suas escolhas e as oportunidades que aparecem ou são construídas se direcionam para a realização de projetos de vida eminentemente sustentados na qualificação e na prática profissional, que lhes possibilitariam segurança e estabilidade no futuro. Nesse caso, foi comum a realização de concursos como um dos caminhos para se alcançar essa estabilidade profissional.

O vínculo social pela via do trabalho ainda é, para esses jovens, condição essencial na construção das esferas de sociabilidade sendo ele um dentre as múltiplas possibilidades simbólicas que contribuem na construção da identidade do jovem. É no trabalho que ele busca realizar sua autonomia financeira, sua inserção como “sujeito produtivo” e um status moralmente aceito.

Proposição corroborada por autores como Robert Castel (1998) que afirma que “o trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante” (CASTEL, 1998:578). Para Guimarães (2004), para os jovens o trabalho resulta também de sua urgência enquanto um problema. Assim,

---

<sup>2</sup> Bacharelado Interdisciplinar. Curso oferecido pela UFJF.

(...) é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. (GUIMARÃES, 2004, p.12)

É pela via do trabalho que o jovem busca realizar sua autonomia financeira, sua inserção como “sujeito produtivo” e um status moralmente aceito. Também ele aparece como condição para a permanência ou não em Juiz de Fora. Embora alguns deles afirmem o desejo de permanecerem na cidade depois de formados também admitem a possibilidade de saírem na busca por melhores empregos. Um dos jovens diz:

Eu vou me formar daqui um ano e meio. Eu pretendo inicialmente, se eu arrumar emprego aqui, eu fico aqui. Pretendo fazer MBA em gestão de projetos aqui na UFJF mesmo. Se eu não conseguir emprego aqui eu vou para onde eu conseguir emprego (entrevista de campo, 2013).

Alia-se ao trabalho o desejo de constituírem família, realizando-se também afetivamente. Uma das jovens diz que pretende se “formar, casar, ter filhos é, ser bem sucedida, tanto profissionalmente, quanto pessoalmente”.

O segundo aspecto destacado pela pesquisa foi a significativa dificuldade que esses mesmos jovens tem em formularem seus projetos bem como em determinarem as condições para a sua realização. Embora tenham um horizonte de construção do futuro, quando diretamente perguntados sobre qual seria seu projeto de vida alguns apontaram a dificuldade de projetar e realizar esse futuro. Foi comum expressões como “não dá para saber” ou “depois vejo o que faço”. É o que está presente na fala do jovem ao dizer que:

Não sei muito bem o que eu pretendo. Às vezes eu penso em investir no cenário cultural daqui da cidade ficar por aqui, às vezes eu penso em seguir a carreira de publicitário, e ir para um grande centro aí onde eu vou ter mais oportunidades (entrevista de campo, 2013).

Questionados sobre o que projetam para sua vida, como se vêem no futuro, o que desejam realizar e o que precisam fazer para atingirem seus projetos, parte significativa deles não soube responder ou expressaram não ter clareza do que querem. Também, foi notória a dificuldade de estabelecerem projetos num tempo mais estendido.

É o que parece estar expresso na falas dos dois jovens entrevistados.

Não sei. Isso eu não vou poder te responder. Assim, não sei porque, a vida toma formas assim, que não dá pra eu te responder (entrevista de campo, 2013).

Atualmente, só me formar, formar, tá bom depois a gente pensa (entrevista de campo, 2013).

A dificuldade de se projetarem para o futuro relaciona-se a um sentido de tempo cada vez mais presentificado para os jovens. Os projetos de vida estariam situados na dimensão do após, sendo a construção de algo a ser realizado a partir de escolhas e possibilidades mediadas pelas condições (históricas, sociais, culturais e econômicas) do tempo presente e atravessado pelas mediações das experiências passadas. O presente é, portanto, condição para o futuro. Contudo, diante de um presente absoluto e incerto, os jovens manifestam essas mesmas qualidades quando desafiados a pensarem seus projetos de vida. Não são claras as estratégias a serem adotadas ao longo dessa trajetória. Há, todavia, o reconhecimento de que é pela via do trabalho que poderão garantir seus projetos. Assim, como também é significativa a presença da família como elemento de suporte.

Para os entrevistados o sucesso de seus objetivos está depositado no trabalho, na família e em si mesmo. No plano individual afirmaram a necessidade de terem força de vontade, de estudarem, de disciplina. No familiar, o apoio dos pais, amigos e familiares. É o que, por exemplo, indica uma dos jovens quando questionado quais os apoios que teve e que considera importante na realização de seu projeto de vida. Ele responde: “A minha família, que está sempre me apoiando nas minhas decisões e tudo mais. E a minha namorada que mora em São Paulo”.

O campo da vida privada destaca-se na fala da maioria absoluta dos jovens. Poucas são aquelas que projetam um reconhecimento claro do papel do Estado. Ao contrário eles próprios desresponsabilizam o Estado desse papel transferindo para si e seus familiares as causas de seu sucesso ou fracasso. A individualização como forma da sociabilidade moderna ganha uma tonalidade ainda mais forte num cenário de insegurança e instabilidade em que a apreensão sobre o que poderá vir a acontecer é uma constante.

### **Considerações finais:**

Os projetos desses jovens se realizam em um espaço/tempo que acolhe o passado, o presente e o futuro e está cheio de mediações. Nesse movimento o trabalho aparece como o motor que possibilitaria a realização de seus objetivos na medida em que através dele alcançariam segurança e estabilidade. Sentimentos que entram em confronto com a velocidade e a instabilidade que marcam a atualidade.

O contraponto ao tempo presentificado e o sentimento de descartabilidade é a busca por segurança e estabilidade representada, na fala dos jovens, pelo desejo de um bom emprego e de uma família. Todavia, isso não se dá sem que haja o enfraquecimento do sentido de futuro e de continuidade. Portanto, embora o discurso da “pós-modernidade” e da flexibilização identifiquem nos jovens os sujeitos emblemáticos desse novo tempo, cada vez mais veloz, mais instável e mais mutante, a realidade da vida de muitos deles parece indicar outra face. Sua busca por segurança sugere o quanto à associação direta entre flexibilidade e juventudes desconsidera as implicações reais na vida dos jovens.

São eles o que experimentam um tempo incerto onde as experiências do passado perdem força e/ou importância, pois já não servem de guia para o presente e nem para o futuro, sendo este último irrelevante, já que é o presente a medida de todo o tempo. A apreensão, o medo, a insegurança são recorrentes em suas falas e se refletem nas dificuldades de elaborarem seu projeto de vida, no desejo por estabilidade financeira e afetiva, no temor de não conseguirem se realizar profissionalmente, na extrema individualização e na sensação de “poder contar apenas consigo mesmo”.

Resgatar uma sociabilidade centrada no fato de que os indivíduos só existem uns para os outros, implica entender que o viver comum não é apenas uma contingência

ou um momento. Ele se constitui como a própria essência do indivíduo que condiciona sua existência, sua forma de estar e ser no mundo. Projetar-se no futuro só é possível quando se tem o controle sobre o presente e quando há a confiança no futuro. E para os jovens o trabalho ainda parece ser o caminho e a salvaguarda para o futuro.

### **Referências Bibliográficas**

- CASSAB, C et. Al. **Rede de Pesquisa Juventudes e Espaço** (ReJuvEs). Anais do XXIII Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2012.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GUIMARÃES, Nadya. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In. ABRAMO, Helena & Branco, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: edições Loyola, 1993.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. São Paulo: Record, 2007.



## **O CONDOMÍNIO DE VIDRO: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDE E FRONTEIRAS DA ILEGALIDADE**

Annie Rangel Kopanakis - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara  
[annie\\_rk@hotmail.com](mailto:annie_rk@hotmail.com)

Augusto Caccia-Bava - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara  
[augusto@fclar.unesp.br](mailto:augusto@fclar.unesp.br)

### **Introdução**

Há uma relação positiva entre expansão dos espaços urbanos e proliferação da violência nas cidades brasileiras. Quanto mais áreas urbanas são criadas, mais elevados são os registros de violência. Dentre as áreas, as regiões periféricas pobres são consideradas como territórios de maior reprodução dessa violência quando comparadas a outras regiões centrais e periféricas de grupos de renda média e alta. Embora as atividades relacionadas ao narcotráfico ocorram nos mais diversos territórios brasileiros, o envolvimento de jovens, moradores de periferias pobres, na cidade de Araraquara, merece especial atenção.

Tratamos como foco os jovens moradores do Residencial dos Oitis, um complexo de moradias entregues pela Prefeitura a famílias com renda total até R\$ 1.395,00, inscritas no cadastro da Secretaria de Habitação e no Cadastro Único, para programas sociais do Governo Federal. No residencial dos Oitis foram construídos dezesseis pequenos prédios de quatro andares, totalizando duzentos e cinquenta e seis apartamentos. O conjunto de moradias é cercado e se apresenta na forma de um condomínio (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2012).

Após a inauguração do residencial dos Oitis, começou a se revelar a problemática da criminalidade, aproveitando-se de todo o desenho propício para seu enraizamento: um local periférico, com precariedade de serviços públicos e sobressaindo a desigualdade social. Agentes públicos que atuam em serviços locais, como de saúde e assistência social registram no cotidiano, a violência, incluindo o envolvimento de jovens com o uso e venda de drogas ilícitas.

O residencial dos Oitis é o território para desenvolvimento de nosso projeto de pesquisa, que trabalha a hipótese da presença de práticas delituosas nessa região urbana. Essa prática estaria associada a frágeis políticas de urbanização, que resultariam, entre outros aspectos, na ausência da promoção de segurança urbana local. Em nossa pesquisa buscamos identificar a capacidade de atuação dos agentes públicos locais, junto aos jovens moradores do residencial, numa perspectiva de superação da violência instalada. O tema em questão leva em conta as discussões realizadas no grupo de pesquisa *Segurança Urbana, Juventude e Prevenção de Delitos*, cadastrado no CNPq, coordenado pelo Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava.

Esse residencial compreende fenômenos que contribuem para o estudo da violência urbana, que também ocorre em outros territórios urbanos. Ações policiais no local já detiveram pessoas envolvidas com comércio de drogas, resultando na apreensão de dinheiro e drogas dentro de apartamentos do residencial. Em consequência, autoridades locais consideraram, em fevereiro de 2012, a possibilidade de construir uma unidade pacificadora no local, para atuar com projetos sociais. Até o presente momento a medida não foi realizada e, no início de 2014, os moradores realizaram manifestações reivindicando melhorias na estrutura do residencial.

A falta de serviços públicos, como os de saúde, segurança e educação são fatores que influenciam a vida dos jovens e estão relacionados com a procura por trabalhos informais. Visitas bairro permitiram compreendê-lo como um espaço reprodutor da insegurança urbana e de vulnerabilidade juvenil. As causas dessas inseguranças e vulnerabilidades serão estudadas a partir de autores, como: Marisa Feffermann; Vera Silva Telles e Sérgio Adorno, que nos auxiliam a avançar nas discussões que norteiam os estudos sobre violência urbana e vulnerabilidade juvenil nas periferias brasileiras. Temos como objetivo principal compreender a insegurança urbana e o envolvimento de jovens com o trabalho informal neste residencial.

### **Jovens moradores de periferia no mercado ilícito**

Os jovens são bastante estudados e compõe uma vasta bibliografia que os apresentam como sujeitos sociais expostos a riscos diversos, por motivo de falhas na estruturação dos espaços urbanos e pela falta de políticas públicas que culminam em

descaso para com a juventude. Dessa forma, o estudo sobre vulnerabilidade envolve a verificação da existência, ou não, de políticas específicas, que estão intrinsecamente ligadas aos efeitos que os habitantes de regiões metropolitanas, como as de periferias, sentem através das ações governamentais.

O *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil* indicou que, no ano de 2012, os jovens brasileiros representavam cerca de 27% da população do país e foram a categoria vitimada com maior expressão, com registro de cerca de 53% dos homicídios ocorridos em todo território nacional e a maioria de mortes por homicídios se concentraram entre os jovens. Esse estudo estatístico traz a interpretação de que a violência urbana no Brasil tem sido um fenômeno importante e crescente, no que se refere às condições de vida da juventude (WAISELFISZ, 2014).

O alto índice de homicídios étnicos entre os jovens, traz o dado preocupante de que o número de vítimas negras aumentou cerca de 32,4% e o número vítimas brancas declinou cerca de 32,3% ,entre o período de 2002 e 2012. Assim, o índice de vitimização da população jovem negra passou de 79,9% em 2002, para 168,6% em 2012, o que significa um aumento de 111%. Ainda segundo o estudo, algumas considerações a respeito desses dados alarmantes devem ser feitas: a pesquisa de 2011 do IBGE indica uma diferença de renda muito pronunciada entre a população branca e negra do país, na qual a população branca tem uma renda cerca de 75% superior a população negra. E a população negra, da periferia, conta com menos recursos de segurança e infraestrutura oferecidos pelo Estado. Por isso é expressiva a constatação de que:

Um segundo fator adiciona-se ao anterior. A segurança, a saúde, a educação, etc. são áreas que formam parte do jogo político eleitoral e da disputa partidária. As ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o status social das vítimas. Como resultado, as áreas mais abastadas, de população predominantemente branca, ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas. (WAISELFISZ, p. 181, 2014).

Em seu ensaio “*Exclusão socioeconômica e violência urbana*”, Sérgio Adorno aponta que não existem dados que comportem análises aprofundadas sobre os crimes e violência urbana no Brasil. Os estudos nacionais referem-se ao tema dos homicídios sem revelar as causas ou abrigar análises de “registros policiais” (ADORNO, 2002). A dificuldade em encontrar estudos que façam tais associações ainda perdura e acompanha a necessidade de compreender os motivos que levam a tantos jovens serem vítimas de homicídios no país.

Algumas pesquisas apontam que a violência decorrente do tráfico de drogas é uma das principais causas de morte entre os jovens pobres. A pobreza associada à precariedade de condições de moradia e de serviços públicos nas periferias são fatores que contribuem para que jovens brasileiros procurem fontes de renda decorrentes do comércio de drogas. O desejo de consumo e a impossibilidade de consumir são contrastes que contribuem para que a promessa de “dinheiro fácil” seja convidativa (BELLO, 2004).

O narcotráfico ainda é o grande responsável por envolver jovens no trabalho ilegal e romper com fronteiras, antes percebidas como demarcação do ilegal e do legal. O mercado de drogas inclusive é competitivo e, assim como outros mercados legais, incentiva crianças, adolescentes e jovens a comportamentos individualistas, interessados em ganhar dinheiro e ainda moldados nos padrões do tráfico. Crianças, adolescentes e jovens se tornam uma espécie de *soldados do crime* e, desde cedo, se enquadram nos moldes dessa guerra. Para esses, a hipótese de lidarem com o risco de morte é uma grande probabilidade. São eles que estão sendo formados nesse padrão de sociedade brasileira, reproduzindo a violência urbana (FEFFERMANN, 2006).

A atividade de jovens dentro do narcotráfico ocorre em bairros de periferia. Sociólogos já apontaram que esse envolvimento não acontece devido à pobreza instalada, em si; trata-se de uma prática decorrente da desigualdade social pronunciada em nossa sociedade. A periferia das cidades, por essa razão, merece especial destaque nos estudos que visam compreender essa relação, entre narcotráfico e famílias pobres.

O livro: “*Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*”, de Marisa Feffermann, retrata o cotidiano de jovens no narcotráfico, na periferia de São Paulo. A análise da autora evidencia a violência constante a que esses jovens e famílias são submetidos, onde o perigo de morte é uma possibilidade. Essa realidade é

demarcada, pela violência, pela falta de infraestrutura e pouca, ou nenhuma, participação do Estado em setores que trariam os jovens para o cotidiano da cidadania. Para Feffermann, o tráfico de drogas possui, no cotidiano, a mesma configuração de um trabalho formal. Todavia, neste caso, o não cumprimento das tarefas ditadas pelos comandos do crime organizado resulta em risco de vida (FEFFERMAN, 2006).

O envolvimento com práticas ilegais, associadas a grupos de jovens presentes na periferia, pode estar relacionado à necessidade de consumo. Em alguns movimentos culturais juvenis tem-se manifestado a intenção de se expressar através da ostentação, disposição que dá até nome a grupos de funk – “funk ostentação” – que se apresentam na capital de São Paulo. A capacidade de consumir é vista como fonte de poder e status. Caccia-Bava (1999) traz uma reflexão sobre o conceito de sociabilidade na sociedade contemporânea. A sociabilidade reduziria os indivíduos a vítimas do mercado capitalista, das relações mercantis, mediadas sempre pelo ideal do lucro. Assim o tráfico se comporta como um atrativo, especialmente adaptado à realidade desses jovens que passam a chamá-lo de: trabalho.

A cientista social Vera da Silva Telles em seu livro “*A cidade nas Fronteiras do Legal e Ilegal*”, de 2010, sintetizou anos de pesquisa de campo e reflexão teórica sobre a cidade de São Paulo, suas transformações urbanas e políticas, que também estão presentes em outras cidades do Estado de São Paulo. A autora cuida de revelar a segregação social que perpassa a periferia e a busca da juventude das camadas mais empobrecidas, por ultrapassar os limiares do seu espaço social insuficiente, para ir ao encontro das expectativas de trabalho e consumo urbano. Em seu raciocínio o mercado ilegal é compreendido como vinculado à informalidade. O ilegal e o ilícito se constituindo como um fenômeno que adere a experiências grupais na contemporaneidade. Dentre os *ilegalismos* praticados nas cidades, a economia das drogas se destaca.

O envolvimento de jovens com o trabalho informal contribui para o aumento da violência, no cotidiano dos envolvidos com a criminalidade, principalmente nos bairros mais pobres. Ao mesmo tempo em que a família é vítima da falta de políticas sociais e do descaso governamental, sua responsabilidade como instituição protetora e formadora da infância, adolescência e juventude até os vinte e um anos de idade cresce sem

suporte, carecendo de um elo entre família e responsabilidade social (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

Embora seja uma minoria dos habitantes das periferias que são envolvidos com o tráfico, a proximidade dessa prática, com famílias que convivem lado-a-lado ocasiona sentimentos e sensações de insegurança e medo constantes. Porque o tráfico é violento. Evidencia-o, o depoimento de mães e familiares, que discorrem sobre o medo de que seus filhos sejam envolvidos pelo tráfico. Esses territórios, costumeiramente de segregação social, onde ocorre o crime organizado na forma do narcotráfico, são considerados por outras parcelas da sociedade como perigosos e merecedores de distanciamento, o que contribui ainda mais para a intensificação desses problemas (TELLES, 2010). Os jovens como vítimas da violência urbana vivem de forma intensa a criminalização da pobreza, que muitas vezes encontra na repressão policial violenta uma resposta estatal, fenômeno que contribui para a intensificação da gravidade desse fenômeno social (ZALUAR, 1994).

A violência, no Brasil torna-se uma das traduções do impacto que a desigualdade tem sobre a população. As manifestações mais sórdidas da violência, como o homicídio afetam, com maior incidência, os jovens de classes subalternas, mesmo a violência se fazendo presente junto a toda a sociedade brasileira.

### **Espaço urbano, narcotráfico e violência**

O Brasil é um país que coloca em prática, frágeis políticas sociais voltadas à criação de condição de subsistência das famílias de baixíssima renda. A dificuldade encontrada em famílias pobres, de adquirir e repassar capital cultural para as novas gerações chegarem ao mercado de trabalho com qualificação profissional, acaba contribuindo para que a participação em mercados ilícitos, como o narcotráfico, seja convidativa (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

O território brasileiro engloba diversos aspectos que propiciam o consumo, o comércio e a produção de drogas ilícitas. O extenso território, a geopolítica e as estruturas governamentais encarregadas de cuidar do narcotráfico, em conjunto, reúnem fatores bem favoráveis à disseminação de prática econômica no país. Nesse momento o destaque é o das políticas de urbanização, que tem privilegiado a construção de imóveis

nas periferias, deixando esse território afastado dos serviços públicos fundamentais e suscetível aos interesses do crime organizado. O espaço territorial urbano é resultado das situações sociais que são estruturadas na desigualdade social permanente. Sendo assim, é conveniente evitar o equívoco de naturalizar esses espaços sociais. A desigualdade social se reflete na desigualdade espacial e vice-versa (TELLES, 2010).

A desigualdade observada no Brasil abriga a reprodução da injustiça social, que até o momento exclui parte significativa da população, das mínimas condições de dignidade e das oportunidades de inclusão econômica e social. A pobreza, embora aqui não seja definida de forma abstrata, simboliza a carência vivida por grupos específicos da sociedade, que não conseguem obter o mínimo necessário para uma vida, através do trabalho assalariado, ou produtivo remunerado, em que a cidadania possa ser exercida. Desse modo, os que vivem em condições abaixo do estabelecido como renda mínima, para uma vida digna, podem ser considerados pobres e vítimas de uma sociedade desigual. A insuficiência de renda, a incapacidade de uma família formar renda familiar mínima ou suficiente para suprir suas necessidades mais básicas, é uma medida de considerar a pobreza (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

O espaço urbano e a violência estão profundamente relacionados; o território urbano é segregador e gera exclusão, de modo que a segregação dos grupos juvenis nos territórios das cidades não pode ser compreendida, meramente, como reflexo de uma sociedade violenta. Essa violência deve ser compreendida, para além da criminalidade e dos homicídios, pois compreende relações sociais, econômicas, ambientais e culturais que estão interligadas (MARICATO, 1996). Dessa forma, o conceito de violência urbana abriga a conjunção desses fenômenos, que traduzem as mais variadas formas de violência, em especial, as que atingem os jovens.

O impacto social das políticas estatais, que constroem uma periferia urbana, nos moldes já citados, não urbanizada, encontra outro problema, vinculado à constituição da subjetividade dos grupos que compartilham a vida nesses locais. A responsabilidade pela formação da subjetividade, em primeira instância, viria do modelo parental e familiar, mas, num segundo momento, das experiências vividas pelos indivíduos fora do âmbito familiar. Essa compreensão pode nortear a hipótese de que os modelos de construção de casas e condomínios na periferia, através dos parâmetros dominantes, até então considerados suficientes, culminam na eliminação de possibilidades de transição

dos integrantes dos grupos familiares, de sua experiência urbana molecular para atividades produtivas formais (PAIVA, 1998).

É importante que as políticas habitacionais ocupem os campos de discussões dentro das ciências sociais, por estarem estruturadas através de mecanismos que acabam reproduzindo a desigualdade observada, através da carência de serviços públicos, para atender as novas expectativas e experiências, que surgem nos bairros que são objetos de obras e políticas públicas. A hipótese de que o envolvimento de jovens com o trabalho informal e o consequente aumento da violência urbana são aspectos decorrentes de frágeis políticas habitacionais no Residencial dos Oitis perpassa essa crítica.

### **Considerações Finais**

O Brasil reflete, em seu território, inúmeras problemáticas decorrentes de suas relações históricas de dominações. Os problemas apontados como: o envolvimento de jovens com o trabalho informal, predominantemente nas periferias e o alto índice de homicídios (principalmente envolvendo os jovens negros), retratam toda uma condicionalidade histórica a que, ainda, estamos submetidos. São aspectos que podem ser estudados, simultaneamente, por contribuírem para um mesmo fenômeno: o aumento da violência urbana, que vem atingindo, sobretudo, os jovens moradores de periferias. Desse modo é possível propor que a probabilidade de um jovem ser vítima de homicídio está relacionada à área urbana que ocupa, sendo maior nas áreas de precárias condições urbanas.

Diversos territórios urbanos, incluindo o que estudamos, retratam a problemática exposta, fazendo com que os estudos que buscam compreender e propor superações desses fenômenos, de reprodução da violência urbana, no horizonte de um novo campo de estudo, o da segurança urbana, sejam cada vez mais necessários.

O desenvolvimento da pesquisa de campo associada ao projeto de mestrado que está se realizando, permitirá uma análise detida da subjetividade juvenil, cotidiana, dos integrantes desse condomínio, que poderá refletir aspectos mais amplos das experiências urbanas de todos os grupos que coabitam o condomínio que é objeto de estudo.



## **Bibliografia**

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, ano 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42. p. 123-142, 2000.

BELLO, M. G. D. **Jovens Vulnerabilidade e violência: outra história é possível?**. Tese de mestrado em Serviço Social e Política Social. Londrina: Universidade estadual de Londrina, 2004.

CACCIA-BAVA, A. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v.5, n.8. p.59-87. Florianópolis: UFSC/Cidade Futura, 2006.

\_\_\_\_\_. Solidariedade, sociabilidade e ética política: temas clássicos ou contemporâneos? In: D'INCAO, M. A. (Org.) **Sociabilidade: espaço e sociedade**. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

CARVALHO, I. M. M; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

EPTV, Jornal Regional. Moradores do Residencial dos Oitis, em Araraquara, reclamam de insegurança e do abandono. São Paulo: Araraquara, 2013. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/eptv-sp/jornal-regional-sao-carlosararaquara/v/moradores-do-residencial-dos-oitis-em-araraquara-reclamam-de-inseguranca-e-do-abandono/2409198/>>. Consultado em 16/10/2014.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis: Vozes, 2006. 352 p.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAIVA, R. A constituição do Eu: os imperativos da interpretação e a perda de sentido. **Tempo Social**, vol.10, n.1. p. 83-104,1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Apresenta matérias sobre o Residencial dos Oitis. São Paulo: Araraquara, 2012. Disponível em: <http://prototipo.techs.com.br/prefeituraararaquara2012/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=5475>. Consultado em 23/10/2014.

SORJ, B. **A Nova Sociedade Brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, 168 p.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. 1.ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, 274p.

TELLES, V.S.; CABANES, R (Orgs.) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. 1. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, 442p.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO, 2014.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1994, 270p.

## **O “FRACASSO” ESCOLAR E O TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIOLÓGICA DO TEMA.**

Vívian Padial Leão e Sidimara Cristina de Souza discentes do programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense; André Augusto Pereira Brandão, docente da Universidade Federal Fluminense  
[vivianpadial@hotmail.com](mailto:vivianpadial@hotmail.com); [sidi.mara@hotmail.com](mailto:sidi.mara@hotmail.com); [aapbuff@globo.com](mailto:aapbuff@globo.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como propósito analisar, a partir de respaldos teóricos e legais, apontamentos a cerca do “fracasso” escolar e sua interlocução com o trabalho infantil. Nos apoiando em autores como: Bourdieu (1998), Lahire (1997) e Souza (2009), buscamos uma metodologia jurídico-exploratória, ou seja, analisar o objeto de pesquisa a partir de normativas jurídicas, respaldando o debate em estudos já realizados e teorias desenvolvidas sobre o assunto. O presente estudo está estruturado em três momentos: Primeiro será apresentado a Política de Educação e o Processo de Ensino-Aprendizagem; No segundo momento explanaremos sobre o trabalho infantil, apontando as normativas jurídicas que dialogam com o tema; E por fim, algumas considerações a cerca do fracasso escolar e sua relação com o trabalho infantil.

**Palavras-chaves:** Fracasso escolar; Trabalho infantil; educação.

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho apresentado tem como objetivo provocar algumas reflexões sobre o “fracasso” escolar e sua relação com a entrada precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho – a partir de conceitos pautados na teoria sociológica de Bourdieu.

O processo metodológico utilizado para a realização dessa pesquisa foi jurídico-exploratório. Entende-se como pesquisa jurídico-exploratória aquela que faz uma abordagem preliminar de um problema jurídico, fazendo uso dos conceitos e características dos elementos estudados, sua descrição e aplicação de diagnósticos. Em seguida analisamos os dados levantados a luz das teorias de Bourdieu (1998), Lahire

(1997) e Souza (2009), dialogando com informações contidas em textos, documentos, relatórios e estudos de outros pesquisadores acadêmicos e educadores que também abordam a temática. A discussão referente aos aparatos legais fundamentou-se na Constituição Federal de 1988 (CF 88), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), enquanto dispositivos que propugnam os direitos de crianças e adolescentes.

Para aprofundamento e articulação do debate, o estudo estruturou-se em três momentos diferentes. No primeiro, será abordado o tema da política de educação e do processo ensino aprendizagem de crianças oriundas de classes populares, analisando o binômio sucesso x fracasso escolar. Em seguida a temática da inserção da criança e do adolescente no mundo do trabalho, e para finalizar, que elementos estão presentes na relação entre o “fracasso” escolar e a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

### **1. A Política da Educação e o Processo de Ensino-Aprendizagem**

Discutir a educação é entrar em um campo onde diferentes atores e instituições convergem e divergem a todo instante, seja nas concepções ideológicas seja na prática cotidiana. Cabe ressaltar que a forma como a educação vem sendo consolidada ao longo do tempo no Brasil está intrinsicamente ligada a sua relação com a sociedade, pois a escolarização tem objetivos peculiares e diferenciados em cada contexto social.

Inicialmente cabe um breve resgate da trajetória da educação, para compreendermos como esta vem se constituindo e consolidando no Brasil. É relevante destacar o final da década de 80, momento em que havia uma intensa participação social na luta pela democracia, que trazia consigo uma grande pressão por mudanças na educação. Neste momento, voltamos nossa atenção para um marco político de extrema importância ao que se refere à educação. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 a educação passa a ser instituída enquanto direito (subjeto) de todos os cidadãos e dever do Estado.

“art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, de seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O direito ao conhecimento que há muito fora negado, nesse momento acreditava-se conquistado. O objetivo, portanto, era a criação de uma escola laica, pública, gratuita, obrigatória e além de tudo de qualidade, caminhando no sentido da universalização do acesso. Analisando a trajetória da educação a partir de então, percebemos que o problema central é que apenas o acesso foi universalizado, outros elementos integrantes da escolarização como, por exemplo, a qualidade, não se concretizou na mesma proporção.

“... com o acesso a novas clientelas à escolarização, as desigualdades escolares mudaram de forma e se deslocaram no tempo, operando de forma mais sutil ou mesmo imperceptível, sem, contudo, desaparecer ou diminuir de importância.” (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004, P. 58)

Os avanços ocorridos até então na política de educação foram significativos e não devem ser desconsiderados. A população vem conseguindo acessar o universo escolar e o número de matrículas vem subindo gradativamente até os dias de hoje. O aspecto quantitativo vem avançando, no entanto, questionamentos com relação ao tempo de permanência na escola, a efetiva alfabetização e o bom desempenho relacionado ao “sucesso” escolar de crianças e adolescentes de classes populares parecem que não estão concretizadas. Que tipo de educação está sendo oferecida a esse público com questões tão peculiares?

De fato, na sociedade contemporânea brasileira, uma educação de qualidade ainda tem sido considerada um privilégio de poucos, mais especificamente daqueles que podem pagar por ela. Sendo assim, *“Não nos parece forçoso afirmar a existência de uma negligência histórica com a educação por parte das elites governantes do Brasil, especialmente aquela voltada para as camadas populares.”* (SILVA; BRANDÃO; MARINS, 2009, p. 22). Desde 2006, relatórios que acompanham a educação mostram problemas de acesso, permanência e desempenho educacional que evidenciam desigualdades que desfavorecem significativamente as populações mais pobres.

Dentro desse contexto, muitos autores apontam que a forma como a escolarização vem se efetivando ao longo do tempo, tem frustrado as perspectivas das classes populares, no que se refere à possibilidade de mobilidade social através da

educação. Primeiramente por que suas condições objetivas não permitem investir em uma trajetória escolar longa para essas classes, visto que a emergência econômica destas famílias faz com que se inicie no universo do trabalho muito cedo em ocupações que demandam pouca ou nenhuma qualificação, também há o fato de que, para os que permanecem na “jornada” escolar os desafios são muito difíceis de serem vencidos.

Desta forma observa-se uma distancia considerável entre instituição escolar e sujeito. E assim sendo, essa distância pode estar conduzindo muitas vezes a desistir da escolarização ou a se refugiar em atitudes negativas que reforçam o caminho do fracasso.

“A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantém e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto de uma inversão total de perspectiva.” (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004, p.15).

Analisando a trajetória escolar dos indivíduos, começamos a nossa reflexão pelos anos iniciais de escolaridade, onde o processo de alfabetização torna-se um “divisor de águas” de imediato, entre os que se alfabetizam no tempo e na forma esperada e os que não atingem com êxito tal aprendizagem. A criança traz uma “bagagem”, correspondente a sua herança cultural - termo cunhado por Bourdieu referente a todo capital, sistemas de valores e ethos que a família<sup>3</sup> transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, representando o legado hereditário transmitido de geração para geração – é nesse momento que sobressaem as diferenças se tratando das classes populares por serem em geral “desfavorecidas culturalmente” e “desprovidas” de requisitos que atendam as exigências do sistema escolar, as crianças dessa classe tendem a apresentar maiores dificuldades na escola.

---

<sup>3</sup> Considerada no contexto de sua reestruturação, abrangendo diversos arranjos. Família - conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996).

“Os esquemas mentais (as maneiras de pensar o mundo), a relação com o saber, as referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (a “cultura culta” ou a “alta cultura”) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar tendo em vista que funcionariam como elementos de preparação e de rentabilização da ação pedagógica, (...)” (NOGUEIRA & NOGUEIRA 2004 p.60/61)

Tais diferenças culturais tornar-se-ão desigualdades que influenciarão no desempenho escolar, e dessa forma as diferenças provenientes da origem social serão convertidas em desvantagens que as acompanharão durante a trajetória escolar. Percebe-se então o “peso” que a herança cultural familiar tem no processo de favorecer ou não a aprendizagem formal oferecida pelo sistema escolar

Lahire (1997) aponta que a complementação ou não do ambiente escolar e familiar resultariam em situações de sucesso ou fracasso escolar. Quando a cultura de ambos, ou seja, do ambiente escolar e familiar são muito incompatíveis, as crianças tendem a encontrar dificuldades em se adaptar ao sistema escolar. Muitas vezes o ambiente familiar e o escolar são distintos e conflituosos, sendo meios culturais que se opõem. Sendo assim, a experiência dessas crianças com a escola tenderá a acontecer de forma tensa, penosa, sofrida e algumas vezes traumática. Em determinadas realidades, crianças chegam às escolas sem o menor entrosamento com os materiais que terão que manusear, como: lápis, tesoura, livros... Para eles é como um universo novo, tudo começa a ser desvelado bem do princípio, inclusive, as novas regras e limites institucionais.

Portanto mais uma vez torna-se pertinente a discussão acerca do Capital Escolar presente no atual currículo e a que fins sociais e culturais ele se destina. Que interesses, comportamentos, valores, cultura e conhecimentos elege?

“O currículo é sempre resultado de uma seleção: de universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente, o currículo. As teorias do currículo tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados. (SILVA, 2005, p.15)

Levando em consideração que o Capital Escolar em muito se assemelha ao Capital Cultural da classe dominante, partimos do pressuposto que o Capital Cultural legado pelo meio familiar está diretamente ligado ao êxito escolar. Êxito que será

“medido” no âmbito dos conteúdos de ensino, nos métodos e técnicas e nos critérios de avaliação diretamente ligados a transmissão de uma cultura aristocrática que o sistema de ensino transmite e exige.

## **2. O Trabalho Infantil**

O ordenamento jurídico brasileiro tutela, de modo diferenciado, o trabalho prestado pelo menor, entendido como o adolescente que trabalha com menos de 18 anos.

A normativa ápice do nosso ordenamento jurídico, acompanhando as Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho - OIT<sup>4</sup>, tutela o trabalho do menor no art.7, XXXIII, normatizando que o trabalho é vedado àqueles que tenham menos de 16 anos, salvo na condição de aprendiz aos de 14 anos, e ainda, veda o trabalho perigoso, insalubre, penoso e noturno aos menores de 18 anos.

Estabelece ainda, no art. 227, que

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifos acrescidos) (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1998).

Depreende-se da leitura do dispositivo citado que a ordem jurídica brasileira estabeleceu como dever da sociedade e do Estado assegurar a tutela da criança e do adolescente de modo absoluto e prioritário. Trata-se da recepção da doutrina da proteção integral.

Atendendo ao princípio da supremacia da constituição, a normativa infraconstitucional regulamenta a tutela da criança e do adolescente no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. A produção legislativa brasileira de tutela ao trabalho do menor se deu em razão da

---

<sup>4</sup> A Convenção 138 da OIT estabelece que os Estados signatários devem estabelecer idade mínima para o trabalho do menor. No caso brasileiro a idade mínima, via de regra, é de 16 anos. Já a Convenção 182 estabelece as piores formas de trabalho do menor, as mais degradantes, que são intoleráveis. O Brasil ratificou as duas convenções.



necessidade de dar resposta à década de 80, conhecida como a década perdida. Neste período histórico o Brasil aparece em denúncias internacionais como um dos países com os maiores índices de desigualdade econômica e maior injusta social.

O “país do futuro” dos anos 60 foi substituído pelo “país sem futuro” do final de século, cujo cartão postal foi o rosto dos meninos em situação de rua em Copacabana ou na Avenida Paulista, a miséria das crianças trabalhando nos canaviais, a dor das crianças nos garimpos, a situação de penúria no emprego informal urbano, a inaceitável exploração sexual, a miséria dos adolescentes nas favelas e nas prisões (BRASIL, 2004, p.25).

Assim, em meio a crise de desigualdade social a sociedade se mobilizou para estabelecer a normativa de proteção à criança e ao adolescente na Constituição Federal, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e os dispositivos celetista de tutela ao trabalho do menor.

A normativa brasileira de tutela do trabalho do menor é tida, internacionalmente, como uma das mais protetivas, sendo exemplo a ser seguido por outros Estados. Não obstante toda a tutela conferida à criança e ao adolescente em nosso ordenamento jurídico, o Brasil ainda tem crianças e adolescentes em trabalhos proibidos ou irregulares.

Ainda que saibamos que desde a década de 90 o número total de crianças e adolescentes em situação de trabalho tem diminuído. De acordo com o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente – 2013, produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013), houve redução de 12,03% do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho entre 2012 e 2013. O mapeamento considerou o trabalho realizado por indivíduos entre 5 e 17 anos, entretanto ainda temos 3,1 milhões de crianças e adolescentes nessa faixa etária trabalhando ilegalmente, sendo a maioria do sexo masculino.

As atividades realizadas são diversas, como por exemplo, as atividades agricultura, reciclagem de papel, colheita do café, serviços de engraxate, serviços domésticos, manutenção e reparação (bicicletas e motocicletas), restaurantes e estabelecimentos de bebidas etc.

Deve-se pontuar os avanços obtidos, porém deixando claro que esses ainda não eliminaram a exploração do trabalho infanto-juvenil, pois:

Nos dias atuais, apesar de todas as políticas de proteção da infância, existe por todo o nosso país situações de exploração do trabalho infanto-juvenil. Os meninos e meninas trabalhadores de nosso país pertencem a classes sociais subalternas e, principalmente, são em sua maioria crianças negras. São crianças que carregam uma trajetória familiar de discriminação e de exclusão social. O trabalho é visto pelos pais como uma alternativa de educação e de não marginalidade. Isto é muito bom para os empregadores que se utilizam dessa visão ingênua, ratificada pela própria sociedade, para baratear os custos de produção, aumentar os lucros e minimizar problemas empregatícios (CUNHA, 2004).

Essa caracterização se faz presente em diversos Municípios Brasileiros, acarretando significativa preocupação no que tange a elaboração de políticas emergenciais contextualizadas e de natureza socioeducativas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Fracasso escolar e o trabalho infantil**

Inúmeros estudos apontam que é a situação de pobreza que muitas vezes faz com que os pais utilizem o trabalho de seus filhos para complementarem a renda familiar (FALEIROS & FALEIROS, 2007). O efeito desse fenômeno no ambiente escolar muitas vezes é percebido quando o desempenho escolar (insatisfatório) dessas crianças começa a chamar atenção. O trabalho iniciado em idade precoce afeta negativamente no desenvolvimento desses sujeitos tão peculiares. Quanto ao desenvolvimento físico podemos citar cansaço, horas de sono desreguladas ou incompatíveis com a necessidade, irritabilidade, má alimentação, doenças e etc. Na questão emocional e social, o trabalho pode afastar essas crianças do convívio com pessoas da mesma idade e de experiências que deveriam ser vivenciadas nesta faixa etária, muitas vezes favorecendo o desenvolvimento de comportamentos inadequados à idade além, de poder afetar negativamente o desenvolvimento de vínculos afetivos de qualidade. Ao mesmo tempo, ao ser inserida no mundo do trabalho, a criança é impedida de viver com plenitude a infância e a adolescência, além de ter os seus direitos feridos. Nessa ótica, muitos programas e projetos relativos à prevenção e erradicação do trabalho infantil, desenvolvidos no Brasil, estão centrados na garantia do direito à educação básica como

um dos eixos fundamentais de enfrentamento ao trabalho infantil. Porém o objetivo deste estudo não é analisar as consequências do trabalho de crianças e adolescentes no desempenho escolar, e sim problematizar a lógica inversa, quando o sistema escolar frustra a possibilidade de sucesso e bom desempenho podendo gerar como produto desse fenômeno a evasão. A reflexão que se faz pertinente é que concomitante a questão da pobreza e da emergência da complementação da renda, o insucesso no processo ensino-aprendizagem pode impulsionar esses jovens cansados de tantas frustrações e fracassos a abandonar a escola e ter por “única opção” como substituto da educação, o trabalho.

Como pensar na erradicação do trabalho precoce delegando principalmente a educação o fardo de reduzir as desigualdades, promover mobilidade social e melhorar a qualidade de vida; objetivando reduzir a pobreza sem problematizar o que de fato acontece nas instituições escolares com os alunos provenientes de classes populares. Tendo em vista conforme citado anteriormente, que na escola muitas vezes ainda se tem exercido um papel de instituição onde se mantém e se legitimam os privilégios sociais.

Cabe refletir mediante ao contexto apresentado das dificuldades na trajetória escolar da falta de perspectiva, e da desesperança com relação ao “sucesso” escolar, o quanto a educação que deveria ser um dos eixos de enfrentamento ao trabalho precoce (“solução”), tem contribuído para que crianças e adolescentes abandonem a trajetória escolar (“causa”) e iniciem cedo no mundo do trabalho, ferindo os princípios de proteção integral da criança e do adolescente, que além de negar uma escola de qualidade que promova o sucesso dos seus educandos, ainda contribui para a desproteção ao trabalho. Não se pode deixar de problematizar em que circunstâncias e em que tipo de trabalho, essa parcela da população com baixo nível de escolaridade (e consequentemente sem competências necessárias para admissões futuras em empregos mais qualificados e mais bem remunerados) está sendo inserida. Uma classe de “desqualificados” que no “fim das contas” terminará com seus direitos desrespeitados (mesmo que por vias indiretas) sem educação e sem emprego, inserindo-se no mercado de trabalho informal, instável e/ou ilegal, com condições de trabalho muitas vezes precárias, sem um sistema de proteção social e expostos a assumir sozinhos os riscos da instabilidade do mercado e do mundo trabalho, mantendo assim como diz Souza (2009):

“o estilo de vida pré-determinado”, sendo incapazes de romper esse ciclo geracional de pobreza e desigualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In \_\_\_\_\_. Escritos de Educação. NOGUEIRA, Maria A; CATANI, Afrânio (orgs); 2ª ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: 22 maio 2014 às 21h44min.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 22 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Relatório de Observação nº 5**. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente**. BRASÍLIA: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Brasília: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acessado em: 05 de maio de 2014 às 23h10min.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acessado em: 15 de junho de 2014 às 11h14min.

\_\_\_\_\_. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT: DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Brasília: 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acessado em 06 de maio de 2014 às 14h46min.

CUNHA, Marciano de Almeida. OGLIARI, Cassiano Roberto Nascimento. **A exploração do trabalho infanto-juvenil no Brasil república e sua relação com a questão do gênero: uma perspectiva histórica**. São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/407.pdf>. Acessado no dia 10 de junho de 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Coleção Educação Para Todos, 2007.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares.** As razões do improvável. Trad. Ramon Américo Vasquez e Sonia Goldfeder - São Paulo, SP: Ática, 1997.

NOGUEIRA, Maria A; NOGUEIRA, Cláudio M (org). **Bourdieu e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica. 2004 (Pensadores e educação, v.4)

SILVA, Anderson. P.; BRANDÃO, André; MARINS Mani T. Educação Superior e Relações Raciais, Niterói, RJ :EdUFF, 2009

SILVA T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autentica. 2005.

SOUZA, Jessé de. **A rale brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

## JOVENS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO: TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

LIMA, Priscila Fidelis de Souza; Burnier, Suzana Lanna. CEFET-MG.

[prifidelis@yahoo.com.br](mailto:prifidelis@yahoo.com.br); [suzanaburniercoelho@gmail.com](mailto:suzanaburniercoelho@gmail.com)

GT2 – Culturas juvenis, informalidade, ilegalidade e precariedades

Este texto se insere na interface das discussões sobre juventudes e trabalho no contexto da modernidade contemporânea. Caracterizada pela diversidade a categoria juventude é aqui definida como social, histórica e cultural<sup>5</sup>, não se restringindo à noção de transição ou passagem de um a outro momento da vida, mas sim a um momento influenciado pelo meio social e pelas trocas que as redes de relação desse meio proporcionam. Reforça-se o entendimento de que não existe um único modo de ser jovem, o que configura a categoria como *juventude(s)* (DAYRELL, 2003), em um processo amplo de constituição de sujeitos com suas características, sua história e sua especificidade.

Coloca-se como questão as relações que as juventudes vêm estabelecendo com a categoria trabalho no contexto da “nova modernidade”. Nesse sentido, concordamos aqui que a intensificação da globalização, do pluralismo e do risco provocaram o que Anthony Giddens (1991) nomeia como experiência de *desencaixe*, ou seja, a libertação da sociedade das restrições dos hábitos e práticas locais, permitindo o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação para extensões indefinidas de tempo-espço constitutivas de um passado unitário e mundial. Assim, a monitorização reflexiva da ação que esteve presente em qualquer atividade humana e sempre ocorreu em todas as culturas, se intensifica na modernidade. Neste novo tempo, a *reflexividade* da vida social altera a própria vida social, já que é constantemente examinada e reformulada a partir de novas informações advindas da própria prática social. Para Alain Touraine (1994) a partir da crise da ideia clássica de modernidade há o ressurgimento do sujeito, ou seja, uma reflexão do indivíduo sobre sua própria identidade, onde o humano se projeta fundamentando seus próprios valores. Para esse autor a *nova modernidade* surge na associação da produção, com a comunicação de massa, com o renascimento do sujeito.

---

<sup>5</sup> Autores de referência nos estudos sobre juventude sustentam essa definição, quais sejam: SPOSITO (1994, 1997, 2000); ABRAMO (1997); DAYRELL (2000, 2003); PAIS (2009); entre outros.

Neste cenário, considerando as mudanças no mundo do trabalho acentuadas no Brasil a partir dos anos 1990 com a chamada crise do trabalho assalariado, e os impactos da “segunda modernidade” (LIMA, 2008) busca-se compreender o processo que os jovens têm vivenciado com o objetivo de problematizar a forma como estão se relacionando com este contexto de transição. Supõe-se que tais mudanças e seus resultantes como precarização do trabalho e altos índices de desemprego interferem nas trajetórias de inserção profissional dos jovens e afetam sua subjetividade. Tal interferência pode estar relacionada às experiências de medo e insegurança que influenciam comportamentos e motivações, impactando as relações do jovem com as instâncias que compõem a sua realidade.

Apresentamos dados da dissertação defendida em 2011 pelo Programa de Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG, intitulada, *Juventude e Trabalho: Projetos de Estudantes do Ensino Médio Público Diurno*. O estudo foi baseado em uma investigação qualitativa, com 14 sujeitos, por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas com estudantes do diurno do terceiro ano do Ensino Médio público, rapazes e moças das camadas populares, moradores da cidade de Belo Horizonte.

A pesquisa procurou conhecer os sentidos que os jovens têm formulado sobre o trabalho, considerando que as novas formas de ordenação da vida social interferem na relação que os jovens estabelecem consigo mesmos, com o outro e com o social. Tendo como foco seus projetos apoiamo-nos nas noções desenvolvidas por Gilberto Velho (1994). Este autor defende que, nas sociedades modernas, caracterizadas pela diversidade e pela multiplicidade de opções, o indivíduo tem maiores possibilidades de elaborar projetos. Para ele projetos envolvem planejamentos e incluem a mínima noção de riscos configurando uma tentativa consciente de dar sentido e coerência às experiências de fragmentação e de descontinuidade vivenciadas nas sociedades complexas. (VELHO, 1994).

Os projetos são, neste contexto, saídas individuais ou coletivas para lidar com a ambigüidade entre a fragmentação e a totalização, sempre referenciados ao outro ou ao social. Os projetos são formulados dentro de um campo de possibilidades derivado do processo histórico e cultural em que o sujeito se insere e se caracterizam pela necessidade de serem comunicados, estando sujeitos à ação de outros atores e das mudanças sócio-históricas, sendo mudados, transformados e substituídos. Como

possuem um fator público, os projetos também implicam relações de poder. Neste sentido são caracteristicamente políticos e, portanto possuem potencial transformador (VELHO, 1994).

Martin Kohli (1986) analisa essa mudança nos processos de construção dos projetos. Na visão desse autor, os projetos originados do modelo industrial, com o advento da modernidade, eram regidos pela linearidade do tempo e marcados pela "cronologização" em um "curso de vida normatizado" em que passado, presente e futuro encadeavam-se como as etapas da vida em uma "biografia normal" (KOHLI, 1986 apud DIB, 2006). Segundo esse autor, este modelo vem sendo substituído pelo "autocentrimento" e cada vez menos as trajetórias profissionais se encaixam na seqüência padronizada que se iniciava pelo processo de aprendizagem, passando à profissionalização e depois ao casamento, com uma vida profissional contínua e ininterrupta até alcançar a aposentadoria. (DIB, 2006)

A gradativa substituição das trajetórias marcadas pelo tempo linear e cronológico pela valorização das escolhas e preferências individuais nos processos de individualização e "autocentrimento" sugere que os jovens experimentam hoje a perda daquelas conexões que antes asseguravam o traçado das trajetórias biográficas, exprimindo o que Ulrich Beck nomeia como uma "crise do futuro" (BECK, 2000 apud DIB, 2006). Dessa forma, os processos de socialização das juventudes são afetados, o que acentua sua incerteza frente o futuro.

A análise aqui, leva em conta portanto, as trajetórias biográficas dos sujeitos, entendendo que os sentidos e representações são construídos em situações concretas, a partir do universo cultural e do campo de possibilidades em que eles se inserem. Intencionamos na pesquisa que aqui relatamos, conhecer as representações através das falas dos sujeitos jovens, que permitiram apreender o sentido que os mesmos estabelecem com o trabalho, seus projetos e relação com o futuro. Como técnica de trabalho de campo foram utilizadas entrevistas individuais com estudantes do último ano do Ensino Médio (terceiro ano) , o que constituiu a base de dados para análise e interpretação que fundamentaram a presente relato.

Neste contexto, os dados da nossa pesquisa apontaram que o trabalho é o principal projeto na vida dos jovens estudados, com o sentido principal de fonte de recursos financeiros, mas também, para alguns, de satisfação, autonomia e dignidade. Esses



jovens desejam um futuro melhor e constroem sonhos de melhoria de vida em que projetam conquistar independência, conforto e bens, de forma a poderem oferecer uma vida melhor para si mesmos, seus filhos e seus pais. Nossa análise aborda a posição, no mercado de trabalho, ocupada por esses jovens das camadas populares que ainda cursam o Ensino Médio, procurando mostrar suas perspectivas de inserção profissional, quais são as ocupações que eles têm acessado e quais estratégias e trajetórias têm sido percorridas por eles.

## O TRABALHO COMO FUNDAMENTAL NA VIDA: TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO

O interesse que guiou os resultados que aqui se apresentam foi entender como os jovens das camadas populares avaliam e interagem com suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tendo como sujeitos os jovens pobres que vêm alcançando o “privilégio” de concluírem Ensino Médio na condição de estudantes do diurno e sem interrupções em sua trajetória escolar. Esse é um segmento que vem crescendo, como resultado de diversas políticas, como a Bolsa Escola, Bolsa Família e a ampliação, ainda que lenta, da oferta de vagas no Ensino Médio.

Nas falas dos jovens entrevistados, ter um emprego prepondera como condição fundamental em suas vidas. Tanto os rapazes quanto as moças se referem ao trabalho como central, seja como um plano para o futuro, seja como um desejo que ainda não se concretizou no presente, seja como fonte de orgulho pelas experiências conquistadas em um passado recente.

O investimento na qualificação e no aumento da escolaridade e a expectativa de ascensão social através da conquista de melhores colocações no mercado de trabalho estão presentes nas falas de todos os sujeitos. Apesar disso, de forma geral há dificuldade para objetivar ações e identificar as condições concretas para a realização desses desejos.

Quando indagados sobre como pretendem alcançar seus desejos de inserção profissional a maioria dos jovens respondeu que não sabe ainda, ou que pretende pensar nisso mais tarde. Assim, os jovens demonstram ter ciência das dificuldades que poderão

encontrar para inserirem-se no mercado de trabalho e alcançarem seus desejos de ascensão social e talvez por isso tendem a preferir não pensar agora sobre isso.

Neste sentido o prolongamento da escolaridade pode ser visto como uma resposta, um investimento estratégico em capital escolar. Entre os entrevistados, três pretendem, primeiro, ampliar seu nível de escolarização para posteriormente conseguir melhores empregos. Mas tal prolongamento também pode ser visto para dois dos entrevistados como uma adaptação, um caminho paliativo ao desemprego.

Dos quatorze rapazes e moças, nove já haviam desempenhado alguma atividade remunerada, e cinco nunca haviam se envolvido em nenhum tipo atividade de trabalho, seja formal ou informal. Por formal entendem-se aqui os vínculos empregatícios regidos por contratos e “carteira assinada”, enquanto as ocupações que mesmo envolvidas no mercado de trabalho não são formalizadas por documentação são consideradas informais. No momento em que aconteceram as entrevistas, três estavam empregados no mercado de trabalho formal, um desempenhava uma atividade informal e um estava desempregado, sendo que cinco relataram situações isoladas e esporádicas de atividades remuneradas, geralmente associadas a prestações de serviços pontuais.

O quadro abaixo apresenta os tipos de ocupação já desempenhados pelos jovens entrevistados discriminados por formal/informal.

TIPOS DE OCUPAÇÃO		JOVENS ENTREVISTADOS QUE JÁ DESEMPENHARAM ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA								
		Tardeli	Lucas	Ana Paula	Saete	Antônio	Joaquim	Gabriel	Letícia	Patrícia
FORMAIS	Office Boy	X								
	Embalador supermercado (estágio)		X	x	X					
	Caixa de supermercado			x						
	Agente de pesquisa de empresa de trânsito			x						
INFORMAIS	Servente de pedreiro	x	x			X	x			
	Cabeleireira				X					
	Garçon/Garçonete	x						X	x	
	Dançarina									X
	Jogador de Futebol							X		
	Atendente de Locadora								x	
	Babá/cuidador				X		x			
	Ajudante de sacolão		x							
	Negociador de eletroeletrônicos		x							
	Capina		x							

Dos cinco jovens que nunca trabalharam, Samantha e Ana Carolina desejam um emprego o mais rápido possível e estão à procura de uma vaga no mercado formal,

enquanto Kevin, Cristina e Mariana nunca fizeram nada para ganhar dinheiro e não pretendem procurar empregos antes de terminar o Ensino Médio.

Dos quatorze jovens, sete, protelam conscientemente sua entrada no mercado de trabalho investindo em permanecerem somente como estudantes pelo menos até término do Ensino Médio. As trajetórias de Antônio que quer ser administrador ou dono do próprio negócio, Kevin que pretende cursar medicina, Gabriel que quer ser Designer Gráfico e Cristina que mesmo sentindo medo gostaria de ser da marinha ou engenheira, ilustram o movimento dos jovens que buscam crescer e alcançar seus projetos de formação e realização profissional e não se dispõem a aceitar qualquer tipo de trabalho.

A maior parte dos jovens que entrevistamos, onze dos quatorze, poderiam se enquadrar no grupo constituído por jovens que não reconhecem os “bicos” como trabalho já que são aceitáveis para ganhar um “dinheirinho” até o final do Ensino Médio, quando então encontrarão um trabalho de verdade. Este grupo corrobora os estudos de Carla Carrochano (2008) que os nomeou como “Do sonho com o trabalho de verdade à busca pelo trabalho possível”, identificando que quando o Ensino Médio termina e os jovens não conseguem o emprego que gostariam, eles passam a aceitar qualquer colocação. Outro ponto analisado pela autora neste grupo foi a maior ênfase à sociabilidade nas relações escolares do que aos conhecimentos adquiridos na escola. Dessa forma, ainda que alguns jovens e seus pais dessem maior centralidade à escola, investindo na conclusão do ensino, suas relações com o estudo e o conhecimento eram superficiais.

A trajetória de Letícia uma jovem de 19 anos é bastante ilustrativa. Os pais de Letícia não completaram o Ensino Fundamental. Ambos estão desempregados, o pai é pedreiro, a mãe faxineira e possuem uma história de alcoolismo. Letícia mora com a avó materna que é aposentada como professora e investe na educação da neta. Desde o Ensino Fundamental Letícia faz “bicos” para conseguir algum dinheiro que usa para ajudar a mãe e “comprar suas coisinhas”. Ela diz não pensar sobre trabalho agora, pois quer se dedicar à escola. Pretende decidir sua profissão depois que conquistar o diploma do Ensino Médio. Letícia acredita que estudando alcançará ascensão social, mas seu envolvimento com os conteúdos escolares é superficial e, apesar de desejar fazer uma faculdade, não conhece os processos vestibulares nem está se preparando para eles. Ela entende as dificuldades para conseguir bons empregos e acredita que estudando alcançará ascensão social, mas não gosta de pensar em futuro, recusa-se a fazer planos e

projetos, dizendo que “planejar a vida é pior”, por isso, está esperando o Ensino Médio terminar para depois pensar o que fará para enfrentar o mercado de trabalho.

Em maior ou menor grau, o que encontramos é uma juventude decepcionada, que “sabe” que não alcançará o melhor sonho, pois a sociedade e, muito concretamente, a escola pública, de classe, privou-lhes das condições básicas para isso. A escola aparece no discurso de alguns jovens como grande vilã do fracasso de seus sonhos.

Está claro que há outros fatores, capazes inclusive de relativizar o peso da condição social da família em alguns casos particulares, como o investimento em escolarização e o esforço pessoal. Entretanto, estatisticamente, a exclusão social gera exclusão social e, tragicamente, esses jovens se apercebem disso e parecem não dispor de outros instrumentos analíticos para elaborarem alternativas de enfrentamento individual e, principalmente, coletivo, da situação, como poderia ser uma maior vigilância sobre a escola, maior participação dos pais no conselho da escola, pressão sobre órgãos públicos, pressão sobre políticas para juventude, etc. É igualmente trágico que o principal vetor dessa exclusão, em suas representações, seja a escola pública, por sua precariedade.

Independente de qual foi a trajetória de inserção profissional de cada um dos jovens que participaram da pesquisa, observa-se a valorização da busca por adquirir um diploma e pelo aumento da qualificação como estratégia para “melhorar de vida”. A aposta desses jovens e de suas famílias é de que o aumento da escolarização garantirá melhores colocações no mercado de trabalho e por isso, investem na conquista do diploma de Ensino Médio. Compondo um grupo de “privilegiados” a maioria tem conseguido postergar sua entrada no mercado de trabalho. Como filhos de trabalhadores da classe popular, pode ser considerado um privilégio terem podido contar com o apoio de suas famílias para alcançarem a conclusão do Ensino Médio na idade prevista, frequentando o turno diurno sem interrupções na sua trajetória escolar, ainda que alguns jovens conciliem a rotina escolar com um trabalho de meio horário.

Entretanto, é marcante a falta de informações sobre o universo de trabalho e sobre as oportunidades de qualificação e formação. O mercado de trabalho é percebido como competitivo por esses jovens, que ainda que amedrontados pela possibilidade do desemprego empreendem pouca ou nenhuma reflexão crítica sobre as condições de precariedade a que estão submetidos.

As análises apresentadas permitem concluir que os projetos de longo prazo são, para esses jovens, geradores de angústias e provocadores de postergação, já que enfrentam a ausência de garantias e controle, o que resulta na predominância de projetos de curtíssimo prazo, onde o que impera é ausência de planos e de ações pré-estabelecidas, fazendo com que os projetos sejam regidos pela experimentação e pela provisoriedade. A isso se soma a ausência, em seu campo de possibilidades, de informações sobre o mundo do trabalho e de oportunidades de formação, além do limitado acesso às poucas oportunidades e possibilidades que lhes estão disponíveis hoje em seu contexto social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORROCHANO, Maria Carla. O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. São Paulo, 2008 (tese).

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped. Número 24, set/out/Nov, 2003.

DIB, Sandra Korman. Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto De Psicologia, 2006 (Tese)

LIMA, Jacob Carlos. Cenários sobre o presente do trabalho. Estudos do Trabalho Ano II – Número 3 – Rede de Estudos do Trabalho, 2008. Disponível em [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

GIDDENS, ANTONIE . As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

## **A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR – UM ESTUDO INTRODUTÓRIO**

Danielle Martins Rezende, Pedro Henrique Parada Ferrari – Universidade Federal de Uberlândia

[daniellemartinsrezende@gmail.com](mailto:daniellemartinsrezende@gmail.com) [paradaferrari@gmail.com](mailto:paradaferrari@gmail.com)

FAPEMIG, CAPES

Analisar o trabalho de maneira amplificada é compreendê-lo dentro de seus processos históricos resguardando a consciência de sua constante mutabilidade, até desembocar na forma como este se estrutura e determina as relações na conjuntura atual da sociedade capitalista e no vislumbre de diferentes alternativas para outra formação social.

O modelo econômico pautado na propriedade privada dos meios de produção e na venda da força de trabalho como uma mercadoria é evidenciado em Marx, nos Manuscritos Econômico - Filosóficos: “o trabalhador decai a uma mercadoria, torna-se um ser estranho, um meio da sua existência individual” logo, o capitalismo no período de seu embrionário desenvolvimento, já apresentava inúmeras contradições que hoje ainda podem ser evidenciadas cotidianamente na vivência do trabalho em si ou mesmo na ausência deste através do desemprego. O exército de reserva se expandiu a níveis exorbitantes, com isso o modo de produção capitalista, sustenta sua exploração de maneira efetiva e perversa, com a certeza de que a fila de famigerados pela obtenção de condições de sobrevivência irá se formar frente às imposições da suposta seguridade de um emprego, ou seja, que novos indivíduos sempre irão compor o quadro de funcionários, caso haja algum desfalque.

No palco da exploração do homem pelo homem no processo de trabalho alienado, os indivíduos não proprietários dos meios produtivos são culpabilizados pelo insucesso na luta desigual que acontece no ringue do mercado de trabalho. Dessa maneira, o homem moderno tem que ser altamente qualificado, resiliente e atender às demandas com louvor, para que então, possa combater os adversários em condições concretas de individualismo e competitividade. Frente a este cenário, destacamos a

flexibilização do trabalho. O movimento de flexibilização do trabalho é recorrente de modo que as exigências recaem sobre os trabalhadores na forma de competências e qualificações em situações imprevisíveis do mercado:

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: ‘O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação (Vasapollo, 2005)

Realizamos a partir dessas reflexões, um recorte dos possíveis horizontes da carreira docente em sua iniciação. Ao finalizar os cursos de licenciatura, os recém formados que queiram optar pela carreira de professor possuem no mercado de trabalho opções que geralmente os direcionam para as seguintes possibilidades: concursos públicos para fazerem parte do quadro efetivo da união, rede privada de ensino ou cargos de designação. Dado o tempo despendido em estudos para obtenção de títulos, além da restrição de vagas nos programas de pós graduação, ou para o surgimento de concursos públicos que exijam apenas a graduação, nota-se que muitos dos jovens que optam pela carreira docente, iniciam sua vida no labor no ensino básico de instituições privadas via contratação ou no ensino público através das chamadas designações, que se configuram como contratos de durações amplamente variadas e muitas vezes incertas.

Essa realidade imposta e intensificada através da estruturação do modelo econômico capitalista engessa a escolha dos jovens educadores que por não possuírem experiência profissional - o que dificulta sua entrada na rede privada pela acirrada

competitividade e demasiadas exigências - optam pela designação dada maior chance de inserção imediata no mercado de trabalho. Nesse contexto os professores iniciantes abarcam nas salas de aula sem muitas vezes compreender as implicações de como seu trabalho se configura. Entretanto em pouco tempo de atuação profissional o professor recém contratado já encontra-se imerso em um terreno fértil de instabilidade e amplo sucateamento.

O plano de carreira do professor concursado no ensino básico da rede pública, geralmente, possui perspectivas limitadas. A progressão de carreira é vergonhosa e o profissional sucumbe à desvalorização e frustração de um emprego estagnado, em comparação com o veloz crescimento dos valores dos bens de consumo. A estagnação salarial representa assim, a dificuldade do trabalhador em “reproduzir os meios de subsistência”, tudo isso mergulhado na precariedade que é seu próprio trabalho. O designado, no entanto, sofre para além de tais limitações com a insegurança, a instabilidade inerente dessa ocupação e a ausência de alguns benefícios restritos aos empossados.

A falta de atrativos da profissão - direcionadas principalmente à desvalorização salarial e à precarização das instituições, das condições de trabalho como um todo, influem diretamente nas escolhas da carreira, relegando a rede pública de ensino uma gama de professores que tornam a atividade transitória. Em contraposição, a formação inicial recebida é repleta de exigências de desempenho eficaz para um trabalho altamente precarizado. Dessa maneira, uma estratégia comum no processo formativo dos licenciandos é a substituição da compreensão da morfologia do trabalho em território capitalista, por uma prática e um discurso que esboçam a melhoria da qualidade da educação apenas com foco no processo de ensino aprendizagem, situação esta que projeta no colo professor um pacote de ações reformistas assumidas pelo estado burguês, aliadas a mecanismos avaliativos que nos cobram índices de melhorias voltados exclusivamente ao aumento do rendimento escolar dos estudantes:

... o controle docente sobre o processo de trabalho fica seriamente afetado, restando uma dimensão pouco reflexiva do ato educativo. Limita-se o trabalho docente à aprendizagem da disciplina e da autodisciplina exigidas pelas reformas. O professor e a professora tornam-se, assim, trabalhadores disciplinados (controlados)



segundo as demandas do capitalismo neoliberal, haja vista que, ao restringir o trabalho docente a uma dimensão prática, "quase-manual", o ensino torna-se dependente daquilo que é definido do lado de fora da escola. A potência desse laço de dependência desloca o foco do trabalho educativo para o aprender a aprender, excluindo outra ordem de preocupações (Santos, 2002)

Portanto, a formação inicial de professores, muitas vezes, secundariza as discussões de fato relevantes a uma possibilidade de reestruturação produtiva do trabalho e a formação se reduz a uma densa instrumentalização da prática docente sem aprofundamento político, orienta-se a uma imutável forma de trabalho, e os futuros professores adequam-se a uma perspectiva não passível de transformação ou questionamento, pois:

Para o capital interessa transformar todos os trabalhadores em trabalhadores produtivos. Para o capital interessa que os professores desenvolvam um processo de trabalho que capacite seus alunos a cumprir sua condição de futura força de trabalho socializada pelo capital, isto é, qualificada e disponível para ser utilizada no mercado. As formas de controle que se estabelecem a parti daí organizam o processo de trabalho com base em padrões que interessam ao capital (Santos, 2002).

Ao pontuar os limites dos cargos públicos para professores no ensino básico, é factível que o número de designados continue se expandindo devido a quantidade de exonerações dos cargos pelos concursados, dadas as condições já citadas, que empurram o professorado para fora de sua profissão, pois ao refletir sobre questões salariais, bem estar e qualidade de vida (uma vez que o adoecimento dos professores tornou-se fator inerente à sua ocupação) o educador percebe que a única forma de caminhar para outros rumos é negar seu próprio emprego.

As implicações da transitoriedade e da expansão do mercado de designados, certamente podem ser premeditadas. Essa morfologia do trabalho incide, por exemplo, nas reflexões acerca da politicidade do ato educativo, uma vez que os profissionais, frequentemente, acabam impossibilitados de amadurecimentos profundos no exercício

da prática. A necessidade de uma formação dialética com embasamento político e epistemológico é urgente e dificilmente é concebida em situações de transitoriedade. Nota-se que os professores que continuam trilhando nos caminhos da educação, através da inserção em programas de mestrado e doutorado, sinalizam uma forte recusa ao retorno às salas de aula do ensino básico, pois sabem que os títulos obtidos, proporcionam melhores condições para concorrer a melhores fatias do mercado, com trabalhos também precarizados, entretanto em algumas ocasiões com melhor remuneração. Outra consequência é a desvalorização da licenciatura. Com a ampliação do número de designados, não é assustador o fato de que por vezes, sobrem vagas nas escolas. Com isso, em disciplinas específicas, muitas vezes são contratados indivíduos de outras áreas de formação, e torna-se rotina a contratação de profissionais não licenciados.

A flexibilização e a precariedade do trabalho do professor, deve ser contraposta através das possibilidades de luta por melhores e novas condições de trabalho. A participação do professorado nas cotidianas decisões que moldam o trabalho docente é elemento fundamental. Os professores podem contar com o apoio de instâncias sindicais com a finalidade de pressionar as negociações em favor da transformação da profissão, cientes das próprias limitações que possuem os sindicatos.

A formação inicial do licenciando, munida de uma compreensão que vise à totalidade do mundo do trabalho, diante da realidade em movimento e contraditória, concebe profissionais com maior capacidade de atuação e confronto no espaço de disputa que é o trabalho.

Quando os trabalhadores se inserem nos campos institucionais de educação, nasce a fundamental contradição para a luta política, o vislumbre de melhores condições de trabalho somente surgirá a partir do fortalecimento dos trabalhadores:

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do

trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador (ANTUNES, 1999, p. 96).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999.

MARX, Karl. O Capital. V. 1 Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, Rio de Janeiro, n. 4, Outubro, 2000.

SANTOS, Jarbas Vieira. Política educacional, currículo e controle disciplinar (implicações sobre trabalho docente e a identidade do professorado). **Currículo sem fronteiras**, 2002. Acessado em 23/10/2014 <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss2articles/jarbas.pdf>

VASAPOLLO, L. O Trabalho Atípico e a Precariedade, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

## JUVENTUDE, ASSISTÊNCIA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Carolina Morais Simões de Melo – Universidade Federal de Juiz de Fora  
caroolmorais@gmail.com

Os temas educação e trabalho têm sido cada vez mais centrais na formulação de políticas públicas e na discussão da vivência da juventude na contemporaneidade, que sofreu de forma mais intensa as transformações do mundo do trabalho ocorridas nas décadas de 1980 e 1990.

O cenário econômico e político desenvolvido a partir da década de 1970 inaugura uma crise estrutural do capital, decorrente da queda da taxa de lucro e do esgotamento do padrão fordista-taylorista de produção. A reestruturação da produção e do trabalho – reestruturação produtiva - foi a tentativa de retomada dos padrões de acumulação do capital.

As transformações no mundo do trabalho foram intensas, modificando as formas de produção, de contratação, de organização da classe trabalhadora, bem como a divisão internacional do trabalho. Entre as suas principais expressões estão: o neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Nos países de capitalismo periférico a reestruturação produtiva chegou em uma condição de subordinação, gerando maior desemprego e precarização da força de trabalho.

Os efeitos do Toyotismo sobre os trabalhadores tem sido devastadores, levando a uma *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. Observa-se o desemprego estrutural, a perda salarial e o retrocesso da luta sindical. No que tange aos postos de trabalho, há uma reestruturação do mercado com o surgimento de regimes e contratos mais flexíveis, priorizando contratos parciais e temporários em detrimento dos regulares.

Assim, a crise gerou mudanças não apenas econômicas, mas também sociais, políticas e ideológicas, atingindo de forma intensa a subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 1999).

Vários autores assinalam (CASTRO e AQUINO, 2008; GONZALEZ, 2009; POCHMANN, 2007) que os reflexos da crise do capital atingem em maior grau a

juventude em comparação com o resto da população, e dentro deste grupo, os jovens filhos da classe trabalhadora. Esses reflexos são perceptíveis principalmente no que tange às taxas de desemprego, à rotatividade e à precarização dos postos de trabalho ocupados, que são mais altos para estes jovens. Ao mesmo tempo, a economia brasileira tem demonstrado uma baixa capacidade em gerar novos postos de trabalho, e em particular para a juventude, sendo que, em 2005, a cada 10 novos postos de trabalho gerados, somente um ficou para os jovens (POCHMANN, 2007).

A juventude também enfrenta uma condição histórica que limita os avanços nas condições de trabalho: o trabalho precoce. Em 2000, apenas 46,8% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam na escola, enquanto a maioria, 53%, já estavam fora das escolas, apontando a distorção idade/série e suas implicações psicossociais e pedagógicas (FRIGOTTO, 2004). Esses dados apontam para a baixa taxa de continuidade de escolarização dos jovens, para a dificuldade em efetivar a transição escola-trabalho e para o imperativo da entrada destes jovens no mundo do trabalho para compor a renda familiar.

Pochmann (2007) assinala que entre 1995 e 2005 houve um aumento de 14,4% na taxa de jovens que estudam, porém, apesar do crescimento da taxa de jovens na escola, não houve decréscimo da taxa de atividade juvenil no mercado de trabalho. Ou seja, o prolongamento da escolarização tem sido mais rápido que o retardo da entrada no mercado de trabalho. Esses dados indicam que a juventude brasileira tem vivenciado cada vez mais a concomitância entre estudo e trabalho, principalmente a faixa dos 15 aos 17 anos.

Gonzalez e Frigotto apontam ainda para um elemento importante dessa discussão, a classe social, pois “como o grau de concomitância está relacionado ao nível de renda, parece que o fator principal é a capacidade das famílias de *liberar* seus filhos integralmente para a escola.” (GONZALEZ, 2009, pag. 115). Frigotto também aponta para esse fator de forma clara em um de seus trabalhos:

A questão central não é de caráter individual nem primeiramente de gênero, de cor ou de raça, mas de classe social. Por isso, a inserção precoce no emprego formal ou “trabalho informal”, a natureza e as condições de trabalho e remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens. (FRIGOTTO, 2004, p. 193).

Da mesma forma, esse quadro sinaliza para um aspecto do recorte de classe no acesso a educação, que é importante para esta análise: enquanto a elite acessa a educação geral, os pobres são alvo da preparação para o trabalho (ANDRADE, 2012).

Analisando a origem da escola burguesa, encontra-se “uma instituição social e cultural, de produção do conhecimento e de valores e como espaço para o desenvolvimento lúdico, estético, artístico para as crianças e jovens” (FRIGOTTO, 2004, p. 195), representando um espaço “de ócio”, onde as crianças passariam o tempo acumulando conhecimentos e amadurecendo para a vida adulta. Porém, a construção histórica nos mostra que essa escola não era para todos: “a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra – uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário” (idem).

Desde a década de 1940, a educação brasileira oscilou entre a fragmentação e a integração (CUNHA, 2000). Os projetos de educação que prevaleceram no Brasil atendiam às orientações dos organismos internacionais - que trataram a profissionalização como um mecanismo de alívio da pobreza-, e aos interesses das indústrias, construindo uma Educação Profissional subordinada ao ideário do mercado e do capital e a um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda (FRIGOTTO, 2001).

O que se destaca na ideologia desses projetos, reflexo do neoliberalismo, é o “telos da competitividade” como discurso dominante, transformando-se na perspectiva pedagógica da educação básica e profissional. A “pedagogia da competitividade”, baseada nos conceitos de competências e habilidades, desencadeia uma mudança profunda no papel econômico atribuído à escola e ao processo de formação técnico-profissional, transferindo a esta instituição a função de empregabilidade ou formação para o desemprego. No plano ideológico, a responsabilidade do Estado é transferida para o indivíduo, não havendo mais a discussão em torno das políticas de emprego, nem acerca da perspectiva de uma carreira, mas na existência de indivíduos empregáveis ou não, refletindo a educação profissional adequada à nova divisão do trabalho (FRIGOTTO, 2001).

Ao mesmo tempo, as transformações na produção exigem um novo modelo de trabalhador, o que vai exigir mudanças nos cursos técnicos e na educação profissional. Este é mais um elemento que comprova que o Estado sempre buscou atender as

demandas do capital no que se refere ao ensino profissionalizante, inserindo-o numa lógica de mercado e diminuindo cada vez mais o investimento neste setor (CUNHA, 2000).

Em tempos de reestruturação da produção, flexibilização das relações de trabalho, desregulamentação de direitos e de desemprego estrutural, os postos de trabalho gerados são extremamente precários e exploradores da força de trabalho. Estudos de Pochmann mostram que “os empregos que se criam no Brasil são, na maioria, os mais desqualificados na divisão internacional do trabalho e com baixa remuneração” (FRIGOTTO, 2004, p. 198). Nesse quesito, a hipótese inicial dessa pesquisa é de que os jovens pobres, de forma geral, não só vão assumir esses postos como serão preparados para eles.

Pesquisas da professora Simone Lessa (2011) apontam para o crescimento de cursos voltados para a preparação dessa força de trabalho que vai assumir os postos mais precários e “periféricos” do processo produtivo, que são inseridos na lógica do capital e dos novos modelos de gestão, objetivando adequar os trabalhadores a esse perfil de postos de trabalho de forma dócil. Alguns desses cursos, vão se situar nos equipamentos da Assistência Social, como os Centros de Referência em Assistência Social - CRAS.

Os trabalhadores atuantes nos setores periféricos e aqueles que vivenciam a subproletarização, apesar de parecerem estar fora desse processo que valoriza a produtividade e o adestramento de mão de obra formal, não podem estar à parte das orientações gerenciais para a força de trabalho central. Muito pelo contrário. Eles não estão livres dos ajustes feitos para os trabalhadores mais centrais da produção, tampouco das prescrições dos modelos gerenciais aqui citados. A crise atual demanda que esse trabalhador seja (re)educado. Desta forma, apesar da frágil qualificação técnica, específica para o exercício de um ofício, há muito o que formar em relação à produtividade e à naturalização das péssimas condições de trabalho. (LESSA, 2011, p. 294)

Tanto os trabalhadores de ocupações centrais quanto os de ocupações menos especializadas, menos complexas, ou periféricas são atingidos pela crise, pela desproteção e pela precarização, porém de formas distintas.

Se para os primeiros a ameaça está relacionada às demissões, terceirizações, maximização da exploração e da produtividade, exigência permanente de requalificação profissional, para os demais, dentro dessa mesma lógica, as ameaças estão na ampliação das dificuldades de acesso à formalidade, nas exigências em torno da empregabilidade, na execução de tarefas cada vez mais precárias e simplificadas, na aceitação de condições desprotegidas de trabalho, no estímulo às requalificações frágeis e permanentes (idem).

A crise do padrão de acumulação capitalista gerou também o empobrecimento da população e a radicalização da questão social, gerando uma massa empobrecida em todo o mundo, mas principalmente nos países periféricos. Esse cenário motiva os organismos internacionais a intervirem nos países periféricos endividados, como foi o caso brasileiro, através de medidas de “ajuste”, que funcionavam como condicionantes à negociação das dívidas e abriram as portas destes países para a entrada do neoliberalismo.

A ideologia neoliberal, materializada pelas orientações dos organismos internacionais, propõe um determinado perfil de ação do Estado na política social, através de programas compensatórios, medidas emergenciais e medidas de estabilização econômica (controle do déficit fiscal, corte nos gastos públicos, etc.). No Brasil, as primeiras modificações no âmbito da proteção social se expressaram no redirecionamento dos recursos sociais gerais ou privados para programas focalizados (compensatórios, emergenciais, temporários e seletivos) com o argumento de que os mais necessitados não estavam sendo beneficiados pelas políticas sociais, carecendo de maiores recursos para ações direcionadas a este público. Assim, a proposta de universalidade da Constituição de 1988 vai sendo enfraquecida diante do triunfo da teoria neoliberal no país (PASTORINI e GALIZIA, 2007).

As políticas sociais no Brasil seguem, principalmente a partir dos anos 2000, a dinâmica de uma unidade contraditória: enquanto avança a privatização e mercantilização da saúde e da previdência, a Assistência Social cresce “transformando-se em novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (MOTA, 2008,134).

A centralidade da proteção social construiu-se sob a assistência social, que assume então um papel estruturador da proteção no lugar de mediar o acesso a outras políticas e a outros direitos, como o trabalho. Este processo é denominado por Ana Elizabeth Mota (2008) como a “assistencialização” da proteção social. O que está em jogo é uma nova forma de se tratar a “questão social” no Brasil, através de ações e programas de combate à pobreza, com a centralidade nos programas de transferência de renda (MOTA, 2008).

Nesse caminho, é possível perceber algumas iniciativas no âmbito da assistência social com o objetivo de inserção da população pobre no mercado de trabalho, como



presenciamos em Juiz de Fora – MG. Consideramos importante compreender a natureza, as condições e as possibilidades desses programas e qual tem sido a orientação ideológica dos mesmos.

Diante deste cenário, de precarização do trabalho e de conformação de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, que afetam em grande escala a juventude brasileira, foi proposto como projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Serviço Social de 2013 a análise de um dos programas criados pela Administração Municipal de Juiz de Fora na década de 1990 com o objetivo de inserção produtiva de jovens “vulneráveis” no mercado de trabalho.

A questão central do trabalho se desenvolveu a partir da inquietação a respeito das possibilidades reais dos jovens inseridos nos programas da assistência se tornarem jovens trabalhadores, considerando sua classe social e as condições macroestruturais da sociedade capitalista moderna, e a respeito das condições nas quais essa preparação para o trabalho se desenvolve.

Considera-se que o trabalho ocupa uma dimensão central na trajetória de vida dos jovens, em especial dos jovens inseridos nos programas da assistência, pois muitas vezes seus caminhos são definidos mais a partir das necessidades imediatas do que dos projetos e anseios de vida dos sujeitos. Como assinala Pochmann, a crise da transição entre educação e trabalho é um dos maiores obstáculos à reprodução social juvenil, visto que

A emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social. O processo de imobilidade social intrageracional (a última ocupação não se diferencia do primeiro emprego), quando não o caso de regressão intergeracional (a posição de vida e trabalho do filho é inferior a do pai), pode tornar frustrada a perspectiva de construção de um futuro pelo trabalho decente, mesmo no ambiente de elevação da escolaridade. (Pochmann, 2007, p. 2).

A fase da juventude é um período fundamental de construção do presente e consequentemente do futuro, e as experiências vividas nesse período vão influenciar toda a trajetória futura desses sujeitos, sendo os âmbitos da educação e do trabalho determinantes nessa construção.

O programa pesquisado, o Programa Municipal de Atendimento ao Adolescente – PROMAD, é um programa de aprendizagem que oferece um curso de Auxiliar de

Escritório, tem como público-alvo adolescentes de 14 a 17 anos e busca propiciar o primeiro emprego. É um programa criado pela Prefeitura de Juiz de Fora, no ano de 1995, oferecido por uma ONG<sup>6</sup> conveniada com a prefeitura, que sempre se situou dentro da assistência social, seja pelo antigo viés da filantropia, seja no período de materialização desta política como direito.

A pesquisa utiliza o método Materialista Dialético de conhecimento da realidade, buscando apreender o objeto em sua totalidade e dinamicidade. Utilizará entrevistas semi-estruturadas a serem realizadas com jovens egressos do PROMAD buscando localizá-los após a participação no programa: se deram continuidade aos estudos, se estão inseridos no mercado de trabalho, se os postos ocupados são da mesma natureza do curso oferecido pelo programa, se há uma progressão nos postos de trabalho, qual foi o tempo médio de permanência no emprego.

Com relação ao programa, objetiva-se compreender, através de entrevistas com os profissionais e o estudo do currículo do programa, quais os objetivos e resultados do programa e como são encaradas as contradições entre os interesses e os projetos de vida dos jovens e o atendimento às demandas do mercado; a realidade de vida dos jovens e as cobranças de um perfil para o trabalho; o reconhecimento das condições e modos de vida de suas famílias; o encaminhamento imediato para o mercado e a continuidade da escolarização.

Conseguimos vislumbrar o desafio que se coloca para os programas de inserção produtiva para jovens pobres, que carregam as contradições essenciais de uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista: o conflito entre capital e trabalho. Entender essas e outras políticas para juventude nos auxilia a compreender de que forma a questão social se materializa para este grupo.

Dessa forma, as políticas públicas que terão como objeto essa discussão devem considerar a fase atual do capitalismo e as particularidades históricas do Brasil, o que

---

<sup>6</sup> Trata-se da Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC, instituição executora da política de assistência social até os dias de hoje, que possui características extremamente particulares na história do atendimento da pobreza em Juiz de Fora. Foi por muito tempo considerada de natureza pública, tendo como presidente o prefeito ou a primeira dama, o que a faz enfrentar um grande imbróglio jurídico pela sua natureza: estatuto de sociedade civil com contratos de servidores públicos e execução de serviços do âmbito da Administração Pública. A situação jurídica se arrasta até hoje pelo risco de demissão de centenas de funcionários e de fechamento de diversos serviços relevantes.

nos permite não naturalizar o trabalho precoce, a educação dualista, o retrocesso de direitos e desfazer a visão moralista desses problemas. Como afirma Frigotto,

a crença de que o problema é conjuntural pode conduzir a políticas públicas focalizadas e de natureza filantrópica ou de “administração e controle da pobreza”, sem atentar para políticas que atacam as estruturas produtoras da desigualdade (FRIGOTTO, 2004, p. 194).

Consideramos também que o capitalismo nas configurações atuais subtrai do trabalhador a sua subjetividade, fragmentando o indivíduo, o ser social. O jovem pobre, que passa por um momento de transição que tem como chão o tempo presente, acaba tendo possibilidades de escolha muito restritas, muitas vezes reiteradas pelas políticas focalizadas e fragmentadas.

Assim, se coloca como horizonte a luta por uma educação e por políticas que sejam emancipadoras para a classe trabalhadora, principalmente para a juventude. Nessa luta cotidiana, como profissionais e como sujeitos sociais, concordamos novamente com Frigotto:

Na tarefa de construirmos uma alternativa societária, torna-se imperativo uma boa dose de utopia, pois sem esta não há educação, nem futuro humano. A utopia é uma tensão permanente daquilo que é posto como medida final, como imutável. É para isso que serve a utopia. A utopia é que nos ajuda a afirmar os princípios da igualdade, solidariedade e a generosidade humana. (FRIGOTTO, 2001, p. 84).

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Anete Negreiros. **Trabalho e educação: a formação profissional de jovens operários**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASTRO, J.A.; AQUINO, L. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), abr. 2008.

CUNHA, L. A. **Ensino Médio e o Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile.** Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, nº 111, p. 47-70, dezembro/2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: **Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação.** SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: **Juventudes e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

LESSA, Simone Eliza do Carmo Lessa. **A formação via PNQ e inserção produtiva dos Cras: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In **O mito da assistência. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2008.

PASTORINI, A e GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. **Revista Praia vermelha.** Rio de Janeiro, Nº 14-15, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos dez anos.** São Paulo, fevereiro de 2007. Disponível em: [www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos](http://www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos). Acesso em: 01/09/2014.

## **DESEJOS QUE MOBILIZAM ADOLESCENTES - JOVENS NA SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO E COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Vanilda PEREIRA - Universidade do Estado de Minas Gerais  
vanildaap@gmail.com

Gilvanice Barbosa da Silva MUSIAL - Universidade do Estado de Minas Gerais  
gilvanicemusial@yahoo.com.br  
Agência Financiadora: CAPES

### **1 - Introdução**

Este artigo é fruto da pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana - Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – FAE/UEMG. A pesquisa tem como principal objetivo identificar e analisar, a partir dos discursos dos jovens de 15 a 17 anos inseridos na Educação de Jovens e Adultos - EJA, as suas expectativas no que diz respeito a sua escolarização e às suas possibilidades de inserção no trabalho. Além disso aponta como objetivos específicos identificar o perfil destes jovens do ponto de vista sociocultural e econômico, trazendo informações sobre o local onde residem, características de filiação, sua trajetória escolar, principais atividades de lazer; identificar as formas de inserção na EJA vivenciadas por estes jovens; identificar as políticas existentes que associam educação e qualificação para o trabalho que estão direcionadas para jovens neste recorte etário, identificar as ocupações laborais dos jovens que já possuem experiência de trabalho; apontar as expectativas de inserção no trabalho dos jovens que ainda não ocupam nenhuma função produtiva remunerada expressas através de seus discursos; investigar a importância atribuída para a EJA para o percurso acadêmico dos adolescentes-jovens e para sua inserção no trabalho e problematizar os tipos de ocupação laboral que experimentam.

A escolha desta faixa etária se deu em função da existência de uma lacuna no atendimento destes jovens, fato percebido através da análise das políticas públicas voltadas para este segmento da população e da produção acadêmica já realizada. Neste artigo nos dedicaremos ao estudo das políticas existentes que estão direcionadas para a entrada no mundo do trabalho, com ênfase à inserção do jovem aprendiz, e como esta política é apropriada por este estudante.

No processo de elaboração do projeto de pesquisa em questão e com o objetivo de verificar como outros campos de estudos, além da Educação, tratam da questão do trabalho quando discutem a condição do jovem no acesso ao trabalho, fizemos um levantamento sobre as pesquisas realizadas no âmbito da Economia e da Administração. Este levantamento foi realizado através do banco de dados da Capes, no link Banco de Teses, localizado no link Periódicos<sup>7</sup>. Através das leituras dos resumos disponibilizados percebemos que as pesquisas buscam informações dos jovens atendidos através da inserção ao trabalho como jovem aprendiz, nas empresas que os contratam. Analisando esta produção observamos que há uma tendência em considerar que a política de inserção ao trabalho para jovens, criada pelo governo federal e que abre a possibilidade de contratação de jovens a partir de 15 anos, tem atendido satisfatoriamente seu público alvo.

Tal fato nos trouxe bastante inquietação e nos fez perguntar então: os jovens que estão na EJA, na faixa etária de 15 a 17 anos, que moram em periferias, que estão em descompasso ano/série, estão trabalhando como jovem aprendiz?

Não encontrando respostas diretas para esta indagação, consideramos pertinente propor uma investigação que possibilitasse um novo olhar para pesquisas relacionadas à temática trabalho para juventude focando outro campo de observação destes jovens, neste caso, analisando as suas interações com o trabalho a partir de uma escola pública municipal da cidade de Belo Horizonte, com ênfase nos estudantes que estão matriculados na modalidade de EJA.

## **2 - Sobre Juventudes...**

Conforme Esteves e Abramovay (2008, p.4) concluímos que “não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades”. E entendemos que os indivíduos vivem em sociedade e interferem nela através de suas ações. Estas ações ocorrem de acordo com seus interesses, necessidades e possibilidades. Para justificar estas afirmativas nos referenciamos em Castro (2009, p.43):

---

<sup>7</sup> <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

O conceito de ação, enquanto capacidade de intervenção no mundo é discutida no sentido de indicar que tanto adulto como a criança contribuem no processo de produção e reprodução da cultura. Deste modo, enquanto capazes de agir, crianças e adultos não são diferentes, mas se singularizam no curso da ação ao se revelarem como sujeitos distintos.

A condição juvenil não se dá da mesma maneira para homens e mulheres, para negros, brancos e índios, para pobres, classe média e elite econômica. Não é possível, pois, se falar de uma única história da juventude, mas em juventudes, no plural. (GALVÃO E LOPES, 2010, p. 56-57). Desta forma pesquisas associadas à juventude precisam, também, ser abordadas em uma perspectiva histórico-cultural (idem, ibidem), pois investigar juventudes é não se ater apenas ao seu conceito biológico.

Os papéis que os jovens assumem na sociedade não estão inseridos apenas nos limites entre dependência, típico da infância, e autonomia, característica da vida adulta. Seus papéis sociais estão relacionados também a questões ligadas à sexualidade, à vida cívica, a atividade econômica, a classe social, ao gênero e etnia. (GALVÃO E LOPES, 2010, p. 56-57)

### 3 – Quem são, então, os jovens reais que investigamos?

De um total de quarenta e quatro estudantes, na faixa etária entre 15 e 17 anos, matriculados na escola municipal, dialogamos com vinte e cinco. A maioria deles se autodeclararam pardos. Para a definição destas categorias fizemos uso do sistema de classificação de cor ou raça utilizado pelo IBGE nas pesquisas domiciliares. Ao somarmos o total de autodeclaração de pardos e negros, teremos uma maioria de afrodescendentes, conforme Tabela 2: Autodeclaração espontânea de etnia/cor. Cabe ressaltar que quatro estudantes se autodeclararam índios, o que perfaz um percentual de 16% do total de investigados, e três brancos, perfazendo 12%.

**Tabela 2** – Autodeclaração espontânea de etnia/cor conforme opções do IBGE

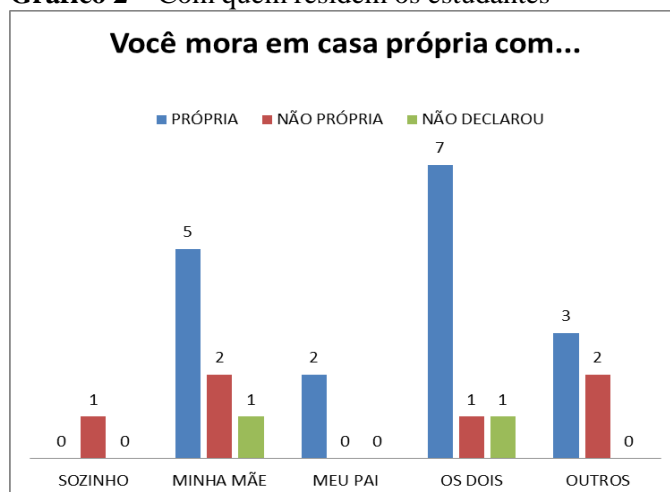
COMO VOCÊ SE AUTODECLARA?	
Branco	3
Índio	4
Preto	4
Pardo	14

Fonte: Pesquisa exploratória realizada pela autora, em fevereiro e março de 2014.

Neste grupo predomina o gênero masculino, são dezenove ao todo. No que diz respeito as idades, onze estudantes têm dezesseis anos, nove: dezessete e cinco: quinze anos. Os que possuem quinze anos em geral são os que demonstram maior timidez e, conseqüentemente, participaram com menor desenvoltura na dinâmica de sensibilização utilizada em nosso encontro.

Em relação à moradia a maioria mora em casa própria, sendo que nove dos entrevistados vivem com o pai e a mãe. Morando somente com a mãe são oito (Gráfico 2: Com quem residem os estudantes). Chama a atenção o fato de que um dos estudantes declarou morar sozinho, sem os pais e sem um companheiro, conforme seu relato. Apenas dois estudantes declararam morar apenas com o pai. No quesito *Outros* há estudantes que declararam morar com irmãos também.

**Gráfico 2 – Com quem residem os estudantes**



Fonte: Pesquisa exploratória realizada pela autora, em fevereiro e março de 2014.

No que diz respeito a sua renda familiar, a maioria dos estudantes entrevistados, demonstrou bastante dificuldade em indicar a faixa de ganhos da família. Pela observação feita e pelas perguntas que eles fizeram percebe-se que ou a família não tem o hábito de conversar sobre os salários que recebem, ou os estudantes não têm noção do salário dos familiares expressos em números, o que pode significar uma lacuna no processo de ensino e aprendizagem. Foi possível perceber também que alguns estudantes demonstraram dificuldade em entender o que está contido em um intervalo entre dois valores. Há estudantes que sabiam aproximadamente o valor da renda



familiar, mas não conseguiram, sozinhos, identificar qual a opção do item marcar no questionário exploratório.

Considerando o salário mínimo vigente à época da pesquisa exploratória que era de R\$678,00, temos que a renda familiar de treze dos estudantes investigados era de até dois salários mínimo e sete declararam que a renda familiar era de até quatro. Apenas um estudante declarou possuir renda familiar acima de quatro salários mínimo. Quatro não declararam a renda familiar.

#### **4 – O Programa Jovem Aprendiz**

A Lei 10.097/2000 alterou os artigos 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 e foi regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005. Este decreto criou o programa Jovem Aprendiz e estabeleceu os parâmetros de sua efetivação. São alvo desta legislação jovens do ensino médio e os jovens que ainda não completaram o ensino fundamental. Este decreto subsidiou a elaboração do Manual da Aprendizagem<sup>8</sup>, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Este Manual se propõe a solucionar dúvidas sobre os processos de contratação de jovens.

O Programa de Aprendizagem pretende tornar atrativo para jovens e empresários, a inserção laboral combinando atividades práticas e teóricas para aquelas funções onde haja demanda efetiva de mão-de-obra. De acordo com a legislação, as empresas devem contratar jovens aprendizes na proporção de 5 a 15% do total de funcionários registrados em seu quadro de profissionais. Para o estabelecimento deste número há algumas condicionantes conforme Parecer Sucinto sobre a obrigatoriedade da aprendizagem – número de quotistas – Inteligência do artigo 429 da CLT<sup>9</sup>.

A formação deve ser conduzida introduzindo tarefas de complexidade progressiva e a parte teórica deve ser ministrada preferencialmente pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, na falta destes pelas Escolas Técnicas de Educação e, por último, às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) cujo objetivo é a assistência ao adolescente e a educação profissional e que sejam registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), neste caso atendendo aos aprendizes com idade de 14 a 18 anos.

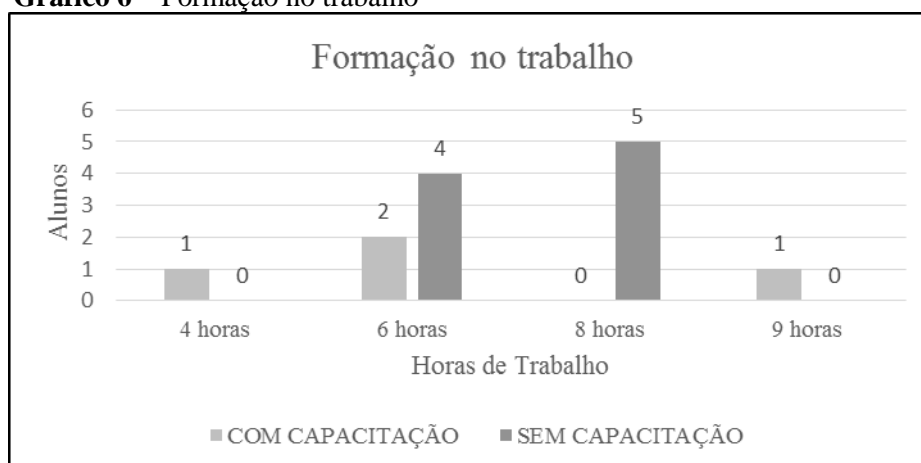
---

<sup>8</sup> [http://www3.mte.gov.br/politicas\\_juventude/aprendizagem\\_pub\\_manual\\_aprendiz\\_2009.pdf](http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf)

<sup>9</sup> [http://sindinotars.org.br/site/images/stories/nquotistas\\_artigo\\_429\\_clt.pdf](http://sindinotars.org.br/site/images/stories/nquotistas_artigo_429_clt.pdf)

No entanto quando investigamos os casos dos jovens estudantes da EJA que já trabalham percebemos discrepâncias no que diz respeito a sua capacitação. O Gráfico 6: Formação no trabalho abaixo, nos traz informações bastante inquietantes. Dos 13 estudantes que afirmaram já estar trabalhando, apenas 04 fazem curso de capacitação. Outro dado relevante é o total de horas/dia trabalhados. Cinco estudantes trabalham 08 horas por dia sem capacitação; quatro trabalham 06 horas por dia, também sem capacitação. Destes dados, podemos deduzir algumas possibilidades: os estudantes não são contratados como jovem aprendiz; os estudantes estão inseridos no trabalho informal; as empresas que os contratam não seguem as diretrizes estabelecidas no Manual da Aprendizagem.

**Gráfico 6 – Formação no trabalho**



Fonte: Pesquisa exploratória realizada pela autora, em fevereiro e março de 2014.

Foi importante identificar, também, se estes estudantes conheciam ou mesmo se já tinham ouvido falar da Lei da Aprendizagem e das regras estabelecidas para a contratação de jovens. O que se constatou foi que mesmo aqueles que declararam conhecer o programa jovem aprendiz, não tinham muita clareza sobre seu escopo de atendimento e nem das regras de contratação.

No que diz respeito às ocupações dos jovens pesquisados percebe-se que o trabalho que executam não estão vinculados necessariamente a uma escolha pessoal mas, a uma oportunidade que surge. O mais importante é ter um trabalho, conforme observação feita por uma de nossas entrevistadas, cuja fala foi aquiescida pelo restante do grupo presente:

...Aí eu penso que se tiver boa vontade pra... se você quer mesmo trabalhar qualquer trabalho é trabalho. Minha mãe sempre me ensinou que qualquer trabalho é trabalho. Se você quer tem. Fica aí igual uns e outros, não quer nada com a vida por isso que não arruma emprego.

A sua contratação formal, ou não, na maioria das vezes não passa por um crivo legal. Assim sendo muitos executam atividades inapropriadas para a sua idade, o que compromete não só a sua segurança e desenvolvimento físico e emocional, mas também o seu desempenho escolar. Contrariando a Convenção 182 da OIT, muitos exercem atividades proibidas naquele documento, inadequadas para a sua idade, precárias e mal remuneradas. Para ilustrar trouxemos este depoimento:

Aí professora vou te dar uma ideia. Muitos aí trabalha na internet, sentando né. E papapa. Enquanto eu tô lá carregando massa de concreto o dia todo depois vou pra escola, entende. Olha o tanto que tô cansado.

Conforme Antunes e Alves (2004) o sistema de constante mudança, para atender as demandas do capital, tem precarizado cada vez mais o trabalho, intensificando os “níveis de exploração para aqueles que trabalham. Tal precarização se dá nas formas de subempregos, desempregos, flexibilização dos direitos trabalhistas.

Os jovens têm uma percepção do trabalho precário que lhes são ofertados e da baixa remuneração que recebem, mesmo sem utilizar argumentos que remetem à uma análise conceitual profunda, na prática eles fazem a crítica e sabem diferenciar as oportunidades que lhes são oferecidas. Um bom exemplo é a fala de um de nossos estudantes sobre o programa menor aprendiz e os outros postos de trabalho que são oferecidos como sendo para “menor aprendiz”:

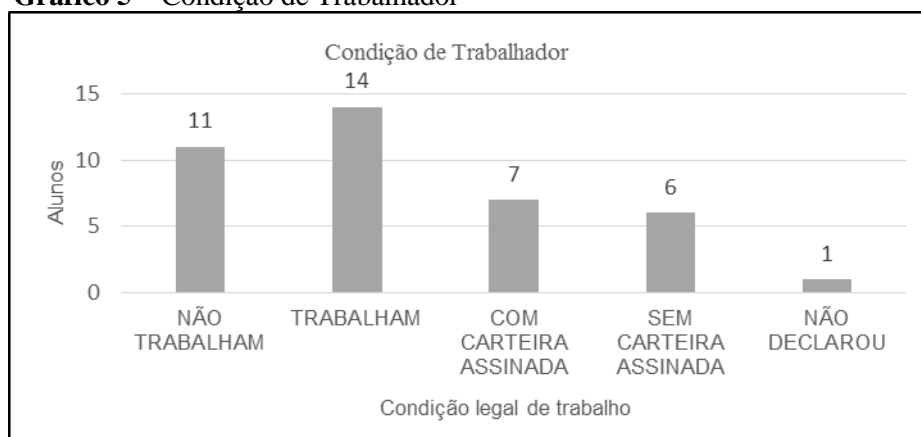
Menor aprendiz... Eu tive um amigo que trabalhava na Fiat. Trabalhava de menor aprendiz. Meio horário. Ganhava 290 por mês. Uma semana ele trabalhava e uma semana ele fazia curso. Uma semana trabalhava outra semana fazia curso. Isso é menor aprendiz. Agora esses outros aí eu acho que é uma chance que o povo tá dando para eles, sei lá ocupar a mente se bobear, ou então para eles ganhar um dinheiro.

É dentro desta perspectiva que a legislação de trabalho para o menor tem sido pensada e implementada. Pensa-se na oferta de trabalho para o jovem mas, os parâmetros das políticas estão em consonância com os princípios neoliberais. A grande maioria dos jovens quando conseguem trabalho são inseridos em subempregos. Quando há um mecanismo de qualificação para este profissional ela se dá, com raras exceções,

com fim específico de atender a falta de trabalhador especializado em determinada função e na maioria das vezes a legislação específica para contratação não é respeitada.

Este dado pode ser constatado através das informações repassadas pelos entrevistados, conforme Gráfico 5: Condição de Trabalhador. Nela temos os dados de estudantes que trabalham, que trabalham com e sem carteira assinada e os que não trabalham.

**Gráfico 5 – Condição de Trabalhador**



Fonte: Pesquisa exploratória realizada pela autora, em fevereiro e março de 2014.

As ocupações destinadas aos jovens dificilmente abrem possibilidades de ascensão profissional, com trabalho protegido. Para muitos destes jovens o que se oferece são ocupações precárias como atividades na área da limpeza, que em momento algum concorre para que ele tenha pelo menos o desejo de buscar se qualificar, ou até mesmo de permanecer na busca por uma outra ocupação no mercado de trabalho. Enfim uma pergunta inquietante insiste em permanecer: Qual o futuro profissional destes jovens estudantes da educação de jovens e adultos que investigamos?

Sobre a sua contratação na empresa em que trabalha uma de nossas entrevistadas afirmou:

Não é o trabalho que eu quero para minha vida né. Mas é tudo o que eu achei no momento. Só que como é o único que eu achei no momento... já tem 07 meses que eu tô lá. Eles pegaram minha carteira para assinar agora. Tipo assim, depois de 07 meses.

Percebe-se também que a condição socioeconômica destes estudantes não lhes dá muitas escolhas para um futuro imediato. A maioria almeja, provavelmente por que necessita, conseguir trabalho. O que os leva na maioria das vezes a aceitarem qualquer tipo de ocupação e postergarem a ida à escola.

A escola é uma referência positiva para os estudantes, isto pode ser percebido em suas falas. Ainda há em seu imaginário que a busca pela escolarização é condição para a melhoria de sua posição social.

Há algumas parcerias para divulgação de vagas de emprego para no interior das escolas. No entanto a maioria das vagas não estão enquadradas na proposta de aprendizagem e por isto também têm como idade mínima o limite de dezesseis anos. Os estudantes estão atentos às propostas de trabalho que são divulgadas mas, é importante que a escola obtenha o retorno formal das suas interações com o que lhes é oferecido. É fundamental identificar o motivo da não inscrição nos cursos de qualificação oferecidos.

Outro dado importante e que a escola deve se apropriar dele, está contido na Tabela 7: Motivo da não inscrição em cursos de qualificação por parte dos estudantes da EJA de 15 a 17 anos:

**Tabela 7** – Motivo da não inscrição em cursos de qualificação por parte dos estudantes da EJA de 15 a 17 anos

<b>SE VOCÊ NÃO SE INSCREVE, QUAL O MOTIVO?</b>	
Os cursos não lhe interessam	5
O horário não atende	7
Você não quer fazer cursos neste momento	0
Não tenho idade	5
Outros	3
Não declarou	5
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

Fonte: Pesquisa exploratória realizada pela autora, em fevereiro e março de 2014.

Identificar o campo de interesse dos estudantes é um dado importante para o direcionamento das políticas de qualificação de mão-de-obra para os jovens. Do levantamento realizado com estes estudantes a principal área de interesse de qualificação profissional dos estudantes diz respeito aos cursos ligados à tecnologia da informação, seguido da qualificação ligada à construção civil.

#### **4 – Considerações finais:**

As políticas para juventude em nosso país são incipientes, e, frequentemente são elaboradas para atender demandas emergenciais. Somente nos últimos anos tem sido

incluído nas discussões sobre juventude a complexidade de envolve o seu reconhecimento e atendimento.

No que diz respeito às políticas voltadas para a inserção laboral, sabe-se que a sua elaboração tem como alvo a população pobre. Pautada pela oferta de empregos precários, baixos salários, o que contribui para a perpetuação da exclusão social. Aos indivíduos que acessam estas políticas poucas oportunidades são dadas no sentido de conseguir uma ascensão profissional, e a flexibilização das leis trabalhistas retiram aos poucos a possibilidade de se construir um futuro estável ou promissor. Além disso percebemos que, apesar dos estudantes já terem algum conhecimento sobre a Lei da Aprendizagem, não conhecem os mecanismos que os permitiriam acessar de forma mais eficiente as possibilidades de inserção como jovem aprendiz que estão disponíveis.

Os jovens que são centro desta nossa investigação, ainda acreditam que através dos estudos eles podem conseguir romper com a reprodução da miséria que os vitimou e em grande parte, aos seus familiares também. Entretanto eles já chegam na Educação de Jovens e Adultos carregando a marca do insucesso definida pelo atraso na conclusão do ensino fundamental. Neste contexto agregar e ampliar conhecimentos torna-se uma prioridade difícil de garantir, pois muitos trabalham em atividades inadequadas para a sua idade e desenvolvimento. O trabalho que deveria ser uma fonte inspiradora, retira de muitos dos estudantes sua força vital e criadora.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni – As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.87, p.335-351, maio/ago.2004 Disponível in: Capes. Periódicos.

BRASIL, [Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm)  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei n. 10.097**, de 19 de dezembro de 2000

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei Federal 9394/96**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da Aprendizagem.**  
[http://www3.mte.gov.br/politicas\\_juventude/aprendizagem\\_pub\\_manual\\_aprendiz\\_2009.pdf](http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf)

CASTRO, Lucia Rabello de – Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: **Crianças e jovens na construção da cultura**, Castro, Lucia Rabello de Castro Org. – Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo – NAU Editora – Faperj. RJ,2001.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam - Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas – in: **VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. 2008. Lisboa. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa. Número de série 254. Junho 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural - A pesquisa em história da educação**, Editora Atica, 2010, cap. 02, p. 52 a 57.

SPÓSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação, In: SPÓSITO, Marília Pontes (coord.), **Juventude e Escolarização (1980-1998)** - Brasília-DF. MEC/Inep/Comped. 2002, p. 07 a 25. disponível em:  
[www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/juventude\\_escolarizacao\\_n7\\_151.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/juventude_escolarizacao_n7_151.pdf)

## Adolescentes, periféricos e ilegais

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes- UFRPE;  
aragaouchoa@hotmail.com

CNPQ

Priscila Karla da Silva Marinho- UFRPE  
pri\_facchini@yahoo.com.br

CNPQ

Michelle Cristina Rufino Maciel- UFRPE  
michelle8maciel@gmail.com

CNPQ

Laura Susana Duque-Arazola  
lsduquearrazola@uol.com.br

CNPQ

*“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento.  
Mas ninguém chama violentas as margens que o  
comprimem” (Bertolt Brecht)*

Bertold Brecht é convidado a abrir este texto, pela simbologia que apresenta em seu poema e que se traduz em profundidade e aderência ao campo que ora apresentamos. Tratar o tema do trabalho e das Culturas Juvenis a partir do reconhecimento de que há *Adolescentes, periféricos e ilegais* cotidianamente silenciados pelo encarceramento, excluídos, marginalizados e redundantes em nossa sociedade, é uma forma de denunciar que a existência de leis ou de espaços de representação, ainda não se traduz em uma sociedade democrática.

Brecht nos alerta de que é preciso perceber as “margens”, ou limites, ao mesmo tempo concretos e simbólicos vivenciados, para que a democracia se transforme em exercício cotidiano, traduzido através de relações mais horizontalizadas, vidas mais livres, indivíduos com mais capacidades <sup>10</sup>.

Para este artigo a reflexão proposta volta-se ao universo do encarceramento de adolescentes e jovens pobres moradores da periferia de Recife e região metropolitana. Resultado de uma pesquisa qualitativa que teve a lente voltada para os primeiros, encontrando grande aderência aos segundos, também encarcerados, mas no sistema

---

<sup>10</sup> Para a questão das Capacidades nos remetemos a: SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



presidiário. Buscamos demonstrar que a fragilização de vínculos que os vinculem ao campo dos direitos, trabalho e a perspectiva de educação para o trabalho, acabam atuando como força que os vincula a uma trajetória marginal, vinculada imediatamente a violência e a necessidade de “remoção” da sociedade.

De início, vale lembrar que *Democracia* por ser conceito histórico, não existe por ela mesma. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1980)<sup>11</sup>, a democracia, sendo processo, não se instala por ato. É meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, e, portanto imprescinde de indivíduos em condições de exercê-la. Se caracteriza enquanto democratização, através de crescente socialização da política, com maior participação na política, e, sobretudo, socialização do poder político. Em síntese, associa-se à distribuição de poder.

Neste sentido cabe destacar, a exemplo do que foi problematizado por Adalberto Cardoso (2010)<sup>12</sup> em *História da Sociedade Salarial no Brasil*, que a sociedade brasileira na ordem capitalista tem na desigualdade a condição mesma de existência e funcionamento de suas estruturas sociais de produção, distribuição e consumo. Ainda que, para a análise marxista, a desigualdade represente uma necessidade intrínseca ao sistema, no caso brasileiro o que nos distingue é a magnitude que elas alcançam. São enormes e multidimensionais as desigualdades, que, por persistentes, não passam despercebidas a sua população alijada de um poder que por não ter sido distribuído, nos tornou menos democráticos.

Cardoso argumenta que a escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, com indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, características que teceram os contornos da sociabilidade capitalista entre nós, Esta sociabilidade compreende o modo de operação das linhas de força que estruturam a ordem social, que organizam expectativas recíprocas de grupos e classes sociais nas relações que estabelecem e envolve trocas materiais e simbólicas. Estas são estruturadas pelo que Cardoso denominou linhas da ordem social, que representam “valores de orientação recíproca, ação que leva o outro em conta, padrões prevalecentes de justiça,

---

<sup>11</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

<sup>12</sup> CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade salarial do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

vida em comum, ou do que deve ser”.<sup>13</sup>

[...] a sociabilidade é o momento da construção de múltiplos nós e outros significativos, da atualização, da verificação e do confronto intersubjetivo de valores, percepções de mundo e identidades, ocorrendo, pois num ordenamento cultural específico e sendo sempre situada espacial e temporalmente [...] não é um atributo [...] não é predicado, mas sim substantivo, e é neste sentido que se pode falar em sociabilidade capitalista, [...] a distribuição desigual de recursos materiais, simbólicos e de poder.<sup>14</sup>

A ideia geral defendida é a de que a sociabilidade capitalista caracterizou-se entre nós “por grande inércia estrutural, e atualizou padrões sociais de divisão e hierarquia extremamente resistentes à mudança em sua forma geral”. Formando um campo de trabalho formado fundamentalmente do ponto de vista do subalterno, para quem o chefe não era um igual, ele representava um diferente. Não caracterizando um momento da própria identidade subalterna, o chefe constituía uma identidade por inteiro.

As linhas de força que estruturavam a sociabilidade eram a desigualdade, fundada na relação com a propriedade; a violência privada, ou estatal, a religião e o trabalho pensado como atividade voltada para a obtenção dos meios de vida, não se restringindo, portanto, ao trabalho organizado [...] esses elementos estruturantes mudaram de conteúdo ao longo do tempo [...] mas seu modo de articulação de modo geral ofereceu grande resistência a mudança. A construção do Brasil moderno ocorreu nas entranhas dessa ordem desigual, sendo nossa modernidade por ela constituída até aqui e maneira indelével.<sup>15</sup>

Em uma perspectiva mais geral, para além da realidade nacional, percebemos que os impactos da modernidade sobre o capitalismo, campo onde a desigualdade representa uma necessidade intrínseca, tem efeito devastador sobre indivíduos alijados de poder, caso dos brasileiros subalternos a que se dirige a reflexão deste estudo.

Comprendemos que a relação com o trabalho ocorre dentro do contexto histórico de referência, há mudanças e persistência em termos da vinculação dos sujeitos ao mundo do trabalho. Sennett (2008)<sup>16</sup> dá destaque à flexibilidade que está mudando o significado do trabalho, e o sentido das categorias para a sua análise. O distanciamento da perspectiva de carreira como ponto de equilíbrio reflete a intensidade

---

<sup>13</sup> Id. *ibid.*

<sup>14</sup> Id. *ibid.*, p. 50.

<sup>15</sup> Id. *ibid.*, p.50-53.

<sup>16</sup> SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Rio Janeiro: Record, 2008.

das mudanças provocadas nas subjetividades dos indivíduos, seja para os que foram socializados a partir da percepção da carreira como “um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira”, seja, para os que demandam referências mais ou menos fixos para a construção da sua identidade, como é o caso de adolescentes e jovens. Cabe destacar que estas dimensões correspondem a uma matriz de percepção e não a uma identidade ou subjetividade fixa.

O que está associado a abordagem de Bourdieu<sup>17</sup> sobre o *habitus*, uma vez que são estas experiências do curso de uma vida que interferem na forma como os sujeitos, remetendo ao passado, simbolizam o futuro, através de práticas e representações geradas nas regularidades, relacionadas às condições materiais de existência.

Neste sentido a aproximação já delineada com Bourdieu (1996) está relacionada à busca de analisar nas relações de trabalho, ou com o trabalho, estabelecidas por adolescentes e jovens periféricos e das periferias, não somente o sistema de relações objetivas, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas, através das práticas subjetivas, ou, como refere-se o autor, o processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade.

Bourdieu<sup>18</sup> chamou de *habitus* o conceito-mediação entre as dimensões subjetivas e objetivas do mundo social. Enquanto sistema de disposições estruturadas, o *habitus* do indivíduo, mediado pelo trabalho, tende a funcionar como estrutura estruturante, geradora e estruturadora das práticas e representações que o sujeito lança mão para compreender a exterioridade, a partir da relação constante das condições objetivas com as experiências que internamente formam sua subjetividade. O indivíduo não vivencia as experiências fora de uma matriz de percepções sobre o trabalho. Ao agir, colabora para reproduzir a própria estrutura das posições sociais na qual ele foi formado.

Como decidir o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas a longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo

---

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>18</sup> Id. *ibid*.

continuamente reprojatadas? Estas as questões sobre o caráter impostas no novo capitalismo flexível (SENNETT, 2008).

Para Claude Dubar (2005)<sup>19</sup>, o ressurgimento do termo identidade no vocabulário está associado à tentativa de compreender o que fundamenta e ameniza a incerteza quanto ao futuro, num contexto onde há uma “corrosão do caráter” e uma “crise de identidades” configurada. Já que a identidade de uma pessoa é o que ela tem de mais valioso, a perda é sinônimo de alienação, sofrimento, angustia e morte. Não é dada, e o indivíduo jamais a constrói sozinho, “ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias auto-definições. A identidade é produto de sucessivas socializações” (DUBAR, 2005).

Daí a gravidade da perda progressiva e permanente da segurança nas relações de trabalho, fundamentada na precariedade reproduzida enquanto padrão formando ou corroendo o *habitus* do trabalho e do trabalhador. Para Dubar (2005) a “crise de identidades” manifesta-se através da dificuldade de inserção profissional dos jovens, na ampliação das exclusões sociais, na confusão das categorias que servem para se definir e para definir os outros. Isto porque a identidade é resultado de uma identificação contingente de pertencimento comum, único e partilhado. Modos de identificação variáveis na história coletiva que dependem do contexto porque, são de um lado, atribuídas pelos outros e, de outro, reivindicadas por si mesmo.

A noção de “*crise*” em Dubar se aproxima do sentido de “*corrosão*” em Sennett, porque ao contrário de enfatizar a ruptura simplesmente, os autores dão destaque à dificuldade de identificação dos outros e de si mesmo, onde a “crise de identidade” e a “corrosão do caráter” representam processos com ligação direta ao padrão assumido pelo modelo econômico.

O autor chama atenção para o fato de que nos últimos vinte anos a questão da identidade se tornou central. As formas identitárias combinam dimensões relacionais e biográficas o que chama de *identidade para outrem* e *identidade para si*. Em termos de pesquisa, implica a análise das relações subjetivas, privilegiando outros materiais que não as estatísticas. “Por esse motivo, a noção de ‘*identidade para si*’ não pertence aos

---

<sup>19</sup> DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

vocabulários da ‘sociologia clássica’ e a identidade social se torna sinônimo de ‘*identidade para outrem*’.<sup>20</sup>

A expressão “crise do vínculo social” é cada vez mais retomada pelos sociólogos e já não se trata simplesmente de analisar a degradação dos recursos econômicos, mas de transformações e rupturas das relações sociais anteriores.

A pesquisa *Adolescentes e periféricos: trajetórias do cotidiano e marcas da cultura do consumo* expressa como esta “corrosão” nas possibilidades de construção de identidade em um ambiente hostil sob vários aspectos, influenciam nas dinâmicas cotidianas e construção subjetiva de adolescentes da periferia do Recife. Adolescentes e jovens periféricos/as, que apresentam marcas simbólicas e subjetivas relacionadas ao cotidiano em uma cidade constituída através da desigualdade na distribuição social e espacial, e as diferentes formas de vinculação estabelecidas por esses/as adolescentes através do trabalho [informal, ilegal e precário] e o consumo.

Herdeiros de uma determinada posição social que se caracteriza pelo silenciamento e a vivência de inseguranças intergeracionais, o que os filia na maior parte dos casos à *Rale* discutida por Jessé de Souza<sup>21</sup>, esses adolescentes e jovens encontram em um ambiente “corroído”, alternativas muitas vezes informais e ilegais para romper com o contexto de limitação que os cerca.

A reflexão sobre estes sujeitos na referida pesquisa se volta para adolescentes que vivenciam esta realidade de forma bastante específica. Estão privados de liberdade. Foram retirados do convívio no território por ter cometido algum tipo ato infracional. Em síntese, compreendemos que a fragilização de vínculos que os vinculam ao campo dos direitos, trabalho e a perspectiva de educação para o trabalho, acabam atuando como força que os vincula a uma trajetória marginal, vinculada imediatamente a violência e a necessidade de “remoção” da sociedade.

Entre os/as adolescentes, de acordo com Costa e Palmeira (2010 *apud* Nascimento et al., 2012)<sup>22</sup> a idade mais propícia para à prática de delitos situa-se entre 15 a 17 anos, momento em que a família, escolas, amigos e comunidade, tornam-se

<sup>20</sup> DUBAR, Claude. **A crise das identidades sociais: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>21</sup> SOUZA, J. A relé brasileira; Quem é e como vivem. Belo horizonte: UFMG, 2009.

<sup>22</sup> NASCIMENTO, A.I.C. TEODORO, M. L. F. CARVALHO, M.J.C. **A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes**. Universidade de Tiradentes. 2012.

determinantes na formação dos/as aspectos identitários destes/as adolescentes. Fundamentais à “percepção [...] de que fazem parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional” (MANNHEIM, 1982 apud CASTRO, 2005 <sup>23</sup>). Estar na escola, viver em família, estabelecer relações equilibradas e promotoras de autonomia no território, ter uma imagem positiva sobre si mesmo/a e sobre os outros, se sentir escutado/a e levado em consideração, são elementos que produzem oportunidade de um funcionamento adequado em sociedade. Fatores portanto de proteção, que se revelam como atenuadores do impacto dos fatores de risco. Conforme diz Jório, Venturine e Oliveira (2009) o abandono escolar é atribuído à ineficácia dos métodos educacionais em sua totalidade. É observado, portanto que a escola se faz ausente ou simplesmente não foi um espaço de constituição de vínculos na trajetória destes adolescentes.

Ainda sobre a questão geracional é possível trazer para a discussão a perspectiva de Karl Mannheim (1982) quando aponta a classificação de geração em termos identitários referentes à “percepção de uma dada população de que fazem parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional” (MANNHEIM, 1982 apud CASTRO, 2005). <sup>24</sup>

Entre os jovens, inferimos que é a persistência deste quadro, que os vinculam ainda adolescentes aos atos infracionais, assim como a pobreza e a exclusão guardam aspectos intergeracionais. A análise do sistema socioeducativo e carcerário têm demonstrado que as práticas informais e ilegais de trabalho, ou aferição de renda, remontam a persistências nas relações estabelecidas com o território, o Estado, a escola, a sociedade, o trabalho e o consumo.

No entanto, em todo o Brasil, é pelo menos 4.546 adolescentes e jovens privados de liberdade mantidos em unidades de internação distante de suas referências familiares, o que compromete seriamente o acompanhamento e o apoio familiar no cumprimento da medida socioeducativa. Para essa parcela de adolescentes em conflito com a lei, representativa de 24,7% dos 18.378 internos no país, as muitas ações do atendimento

---

<sup>23</sup> CASTRO, Élica Guaranná. **Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social.** 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2005, Porto Seguro, Bahia, Brasil.” No GT10.

<sup>24</sup> Id. *ibid.*

socioeducativo dependentes do envolvimento das famílias ficam seriamente prejudicadas (CNMP, 2013)<sup>25</sup>.

O sistema socioeducativo não consegue alterar a sequência de negligência ou negações de direitos que os outros sistemas entre eles o de saúde, o de assistência social e educacional também são atuantes. Portanto, “Essa realidade cotidiana se reproduz dentro do sistema socioeducativo. Que a gente não consegue avançar com trabalhos efetivos e contínuos, permanentes (Fala do Profissional Paulo)”. Pois as dinâmicas sociais são refletidas dentro do sistema, bem como a sua dificuldade de integração com os demais.

A violência comprovadamente tem endereço e ocorre principalmente nas periferias brasileiras e possui índices comparáveis a uma situação de guerra. De acordo com Waiselfisz (2013)<sup>26</sup> no Mapa da Violência de 2013, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Sistema de informação e Monitoramento/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino (WAISELFISZ, 2013).

Adolescentes em conflito com a lei estão inseridos nesse público, vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social que o Mapa da Violência evidencia. Mas o apelo midiático produz a narrativa sobre estes/as a partir privilegiadamente dos comportamentos transgressores, o que justificaria os argumentos relativos à redução da maioria penal. Para os que advogam não há passado, não haveria persistências e inferimos nenhum interesse de realmente refletir sobre justiça social.

A classe subalternizada no contexto da sociedade brasileira vem historicamente sendo privada de seus direitos enquanto cidadã. Os indivíduos que a compõe são vetados de inúmeros direitos e dentre eles se destaca a ausência de voz, voz política nas decisões de uma sociedade que contempla a democracia, onde a participação efetiva de

---

<sup>25</sup> CNMP. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento as unidades de internação e semiliberdade para adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

<sup>26</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência 2013**. Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2013.

cada parte que a constitui é de plena importância para a existência de uma democracia de fato.

Entre os atos infracionais mais recorrentes nas entrevistas, observa-se o tráfico de drogas, sucedido de roubo, porte de arma e homicídio. O que de certa forma corrobora com o Levantamento Nacional realizado pelo SINASE em 2012, onde temos o roubo liderando o *ranking* com 38,1% das infrações cometidas, seguido pelo tráfico representando 26,6%, homicídio 8,4% e furto com representação de 6,3% do total de infrações cometidas no Brasil.

Se, retomando Milton Santos (2002 apud Caderno da Assistência Social n.3, 2013)<sup>27</sup> a identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, há algo de muito assustador no deslocamento da escola e do trabalho de um lugar das trocas materiais e espirituais e do exercício, para um *não lugar* na história destes adolescentes e jovens.

O perfil do preso brasileiro se mantém há anos entre os jovens, pardos e de baixa escolaridade. Essa situação permanece, pois não são apresentadas políticas públicas realmente eficazes de inserção do jovem na atual sociedade.

Os desafios que são postos à democracia e à participação são os mesmos referentes a uma melhor distribuição de recursos, possibilidade de autodeterminação e acesso ao poder na sociedade. Para Nelson Coutinho (1980) é preciso tentar reverter em alguma medida o déficit histórico de cidadania que existe entre nós. Apresentada esta co-relação essencial gostaria de finalizar este texto trazendo a tona alguns elementos que podem nos ajudar a compreender a dificuldade de ampliar a presença e intervenção dos atores em espaços políticos, mesmo os que interferem sobre as condições imediatas de suas vidas.

No entanto, percebe-se que há um longo caminho ainda para a efetivação dos Direitos de crianças e adolescentes, principalmente aqueles/as em conflito com a lei. Onde se observa que a situação de vulnerabilidade, constitui-se enquanto fator de risco para o desenvolvimento pleno e saudável. E ainda que os padrões de relações estabelecidas no território de pertencimento do/a adolescente se constituir vinculam

---

<sup>27</sup> SANTOS, Milton. **Caderno 3 – Vigilância socioassistencial**. Brasília, 2002.



positivos são importantes para a construção de sua autoimagem, principalmente quando trabalham como fator de proteção.

## IMPACTOS DO TRABALHO JUVENIL NAS REDES DE *FAST FOOD*

Letícia Barros Palma da Rosa - Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS)  
leticiabpr@yahoo.com.br  
CAPES

### INTRODUÇÃO

É por meio do trabalho que o homem se caracteriza enquanto homem, se desenvolve e diferencia-se da natureza. O trabalho possui centralidade na vida do sujeito e é fator determinante de sua sociabilidade. Para o jovem, representa uma dimensão ainda mais relevante, pois colabora com sua inserção na sociedade.

No movimento do decorrer da história, o trabalho se divide social e tecnicamente. Em meio ao seu desenvolvimento e com o processo de divisão de funções e dos meios de produção o trabalho perde, muitas vezes, seu caráter de totalidade. A característica de satisfação de demandas alheias rouba seu papel primeiro de objetivar a supressão da própria necessidade.

Essa forma de divisão colabora com a alienação do trabalhador em relação ao produto resultante de seu esforço, já que sua colaboração é parcelar e, na maioria das vezes, o trabalhador não tem ciência da totalidade do objeto produzido. A utilização da força de trabalho alheia é um dos fatores que contribui para a não identificação trabalho/trabalhador. O homem é explorado e expropriado de si mesmo. A atividade (consciente), característica fundante do homem enquanto ser social, encontra em sua forma alienada de trabalho uma contradição que a modifica, perdendo, assim, seu caráter afirmativo.

A partir da discussão do trabalho na sociedade capitalista e com base na dissertação intitulada “Jovens trabalhadores das redes de *fast food*: experiência de trabalho e subjetividade” (que foi elaborada apoiada em estudos bibliográficos e pesquisa de campo realizados pela mesma autora desse artigo), pretende-se apresentar algumas particularidades do trabalho juvenil em restaurantes *fast food*, um ramo conhecido como aquele que proporciona muitas oportunidades para jovens que ainda

não se inseriram no mercado de trabalho – abordando especialmente a rede McDonald's.

## **ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO EM REDES DE FAST FOOD E SEUS IMPACTOS PARA O JOVEM TRABALHADOR**

Na organização dos processos de trabalho das redes de *fast food* há um misto de produção e serviço no mesmo espaço, assim como coexistem traços de diferentes modelos produtivos, como o taylorismo/fordismo e o toyotismo. A produção ritmada pelo tempo é combinada com os princípios do *just in time*.

A multifuncionalidade e a flexibilidade dos trabalhadores também são características marcantes nessas empresas, já que trabalham em um sistema de rotatividade interna. Os jovens são capacitados para atuar em qualquer seção do restaurante e mudam de setor periodicamente. Vale ressaltar, porém, que, a ação mecânica e repetitiva está presente em todas as áreas, limitando as possibilidades de desenvolvimento do sujeito.

No caso dos atendentes, que constituem a base da hierarquia nessas redes de restaurante, embora possam trabalhar na chapa, na fritura, no caixa ou na limpeza, independente do exercício realizado em determinado período de tempo, recebem um mesmo salário que não sofre modificações e é calculado por hora trabalhada. Além disso, nos momentos em que o movimento do estabelecimento encontra-se mais fraco, funções diversas são distribuídas aos funcionários.

A rotatividade proporciona o desenvolvimento de habilidade de diversos funcionários nas diferentes áreas e isso possibilita a realocação de recursos humanos no interior da empresa, vinculando-se ao *just in time* (princípio que relaciona-se ao toyotismo). Essa “capacitação” vai permitir que os funcionários não fiquem ociosos, pois, caso haja baixa demanda em sua área, o mesmo poderá ser realocado, eliminando os chamados “tempos mortos”. Alves (2011) destaca que

Melhor qualidade, redução de estoque e eliminação de desperdício são léxicos do Sistema Toyota de Produção, idealizado por Taiichi Ohno, o novo produtivismo do capital que emerge sob a etapa de sua crise estrutural. Ele permeia o discurso de sociólogos do trabalho e engenheiros de produção que descrevem, com certa fascinação, o

admirável mundo novo da produção do capital nos últimos quinze anos no Brasil (ALVES, 2011, p. 84).

Para os administradores e gestores de empresas a eliminação de desperdícios é um valor de grande relevância, além do envolvimento dos funcionários e aprimoramento contínuo, como afirma Leal (2003). O professor explica que “o JIT é somente um meio de se alcançar o verdadeiro objetivo do modelo flexível, que é o de aumentar lucros através da completa eliminação de desperdícios” (LEAL, 2003, p. 40).

Para Leal (2003)

A realização de tarefas de suporte durante os períodos de baixa demanda permite que os funcionários concentrem-se nas tarefas essenciais durante os períodos de maior movimento. Esta estratégia requer treinamento multifuncional dos empregados para permitir o desenvolvimento de tarefas não relacionadas ao atendimento de clientes. [...] Empregados multifuncionais podem executar tarefas em diversas operações, criando uma capacidade flexível para atender picos localizados de demanda (LEAL, 2003, p. 43).

Da mesma forma, o empenho para a montagem de um lanche no prazo estabelecido ou da forma correta objetiva o não desperdício de tempo e de ingredientes, daí a necessidade de movimentos e técnicas padrões executados em tais estabelecimentos. Sob essa perspectiva, a negação do desperdício justifica a ininterrupção do trabalho e a ampliação da exploração dos funcionários.

Muito presentes também no ambiente de trabalho estão as chamadas “competências”.

Desta nova base técnica e modo de operar da inteligência humana disseminada pela revolução das máquinas informacionais surge, como derivação ideológica, o denominado “modelo das competências profissionais”, ideologia orgânica da formação profissional, que exige dos novos operadores saberes em ação (*savoir-faire*), talentos, capacidade de inovar, criatividade e autonomia no local de trabalho. O modelo das competências profissionais é o terreno ideológico a partir do qual se disseminam as noções estruturantes de flexibilidade, transferibilidade, polivalência e empregabilidade que irão determinar o uso, controle, formação e avaliação de desempenho da força de trabalho. Este será o novo léxico ideológico que permeará a pedagogia escolar e empresarial imbuída do espírito toyotista (ALVES, 2011, p. 76). Grifos do autor.

Por meio do exercício das competências, o aprendizado acumulado pelo trabalhador ao longo de seu processo educacional (adquirido por meio da escola formal ou de formação proporcionada pela empresa) é avaliado através da execução de tarefas. Além do resultado obtido através da execução do próprio trabalho, são realizados testes e avaliações periódicos a fim de verificar o conhecimento e habilidades e, para além disso, a materialização do aprendizado nas ações profissionais.

Esse modelo carrega também a ideia de que os trabalhadores devem supervisionar uns aos outros, o que faz com que o controle seja constante, embora travestido de modo menos formal, o que corrobora o enfraquecimento do questionamento a seu respeito. Soma-se a tal iniciativa a presença dos “colaboradores”, o que pode ser entendido como estratégia de obscurecimento da exploração e dos diferentes interesses entre as classes sociais.

Outro mecanismo adotado a fim de otimizar o trabalho executado nas empresas, segundo Corrêa e Caon (2003) é o uso de *scripts*, que são instruções bastante específicas sobre a forma de como se deve agir em cada operação determinada. Os autores reconhecem que o uso demasiado de tal padronização pode levar à alienação dos funcionários, mas ao mesmo tempo afirmam que, se utilizados de forma adequada, assegurariam maior grau de eficiência no processo de atendimento.

Em cadeias de *fast food*, por exemplo, funcionários são treinados com *scripts* que detalhadamente os instruem como: 1. saudar o cliente; 2. solicitar seu pedido (incluindo sugestões para itens adicionais); 3. montar o pedido (por exemplo, *drinks* frios antes da comida quente); 4. colocar os vários itens na bandeja; 5. receber o dinheiro e dar o troco; 6. agradecer e desejar a volta do cliente (CORRÊA, CAON, 2003, p. 231, 232). Grifos dos autores.

Os autores indicam também, como sistema que contribui com a otimização ainda maior do atendimento nesse tipo de serviços, a combinação da técnica de *scripts* com a “simulação de situações”, em que os funcionários são estimulados a lidar com situações hipotéticas, possíveis de acontecer. Dessa forma, preparam os trabalhadores para responderem da forma “correta” em determinadas condições.

Assim, a padronização do atendimento é garantida, ao mesmo tempo em que se restringe o desenvolvimento do funcionário enquanto sujeito que pode desenvolver suas próprias ações, fortalecendo a negação da dimensão ontológica do trabalho.

O uso de treinamento com *simulação de situações* (com o conhecimento do funcionário ou do tipo “cliente misterioso”) é uma importante ferramenta para treinar o funcionário, não só aplicar bem o *script*, mas também saber como agir em situações de exceção (por exemplo, como agir quando um cliente no *fast food* derruba sua bandeja acidentalmente assim que a pega no balcão?) (CORRÊA, CAON, 2003, p. 232). Grifos dos autores.

Diante da impossibilidade de o trabalhador desenvolver práticas diferenciadas e podendo apenas executar ações que se assemelham a um trabalho pautado na robotização, as relações de interação humana que poderiam estar presentes no contato com o cliente são abolidas. Passa a haver tão somente uma relação de compra e venda, relação essa mercadológica e impessoal. Como afirma Braverman (1981), tais relações não possuem exclusivamente caráter econômico e social, mas ocasionam a desumanização das relações, o que gera consequências e impactos psicológicos e afetivos.

O McDonald’s reconhece-se enquanto uma empresa que proporciona oportunidades de trabalho, formação e crescimento para a juventude. Em seu sítio eletrônico, com destaque para a chamada “McDonald’s, uma empresa jovem” a rede divulga que

Cerca de 70% dos Atendentes do McDonald’s tiveram sua primeira oportunidade profissional na empresa com carteira assinada e real possibilidade de crescimento e desenvolvimento profissional. Com mais de 50 mil funcionários, o McDonald’s é um dos maiores formadores de mão de obra no país. Todos os anos, a empresa realiza o sonho do primeiro emprego de milhares de jovens. Do atual quadro de funcionários, cerca de 70% têm menos de 21 anos de idade, o que consolida a imagem da empresa em ser um grande gerador de postos de trabalho para jovens no país (MCDONALD’S, 2014).

No entanto, apesar dos altos índices de contratação juvenil por parte da rede, é preciso buscar a intencionalidade dessa política. Por que o McDonald’s prioriza jovens trabalhadores e quais os impactos dessa experiência laboral na vida desses sujeitos? Segundo Reis (2007),

o “trabalhador do McDonald’s” recebe um discurso empresarial que prevê no marketing a construção da imagem de um trabalhador feliz, que adquire seu primeiro emprego e dá tudo de si, para um atendimento rápido e cortês, representado por um constante sorriso, parte indispensável do treinamento. Não há dúvidas de que a corporação McDonald’s contrata muitos jovens por ano no Brasil. Contudo estes jovens são para a empresa altamente “substituíveis e flexíveis” permanecendo pouco tempo no emprego. A desregulamentação se naturaliza durante estas relações de trabalho e assim que o jovem adquire certa experiência, procura outra oportunidade. O grande contingente de jovens desempregados que lutam por uma vaga no mercado de trabalho é conveniente para o McDonald’s que ocupa-se de parte deste exército excedente, procurando rapidamente “conformar” o trabalhador em seu padrão de treinamento, sobretudo buscando passar para a sociedade uma imagem positivada das relações de trabalho no âmbito juvenil (REIS, 2007, p. 09).

É possível perceber, por meio de pesquisas realizadas para a elaboração da dissertação referida no início desse artigo, que jovens que estão vivenciando sua primeira experiência profissional assimilam mais e incorporam as normatizações da empresa sem muitos questionamentos. Segundo os gerentes entrevistados na pesquisa relatada, a inexperiência facilita a “moldagem” do funcionário, o treinamento e o relacionamento, afirmação que deixa explícita a intenção da empresa em ajustar o trabalhador de acordo com as necessidades da rede (ROSA, 2013).

A “renovação geracional” (ALVES, 2001) é considerada um facilitador para a aceitação de normas impostas e a disseminação dos ideais da empresa. A contratação de jovens em substituição a funcionários que possuem – ou ao menos conhecem – uma história de reivindicação é bastante funcional ao capital. Além disso, a propagação do ideário neoliberal e da linguagem empresarial já se encontra presente no cotidiano juvenil, facilitando a internalização dos conceitos capitalistas. Considerando-se enquanto colaborador da empresa e não subalterno, o jovem sente-se estimulado a “vestir a camisa” da empresa, postura que, por outro lado, enfraquece a luta de classes.

Quando se considera os impactos do trabalho juvenil na rede para além da esfera da produção – reconhecendo a relação entre a esfera da produção e da reprodução social – constata-se que o trabalho desgastante presente nas redes de *fast food* gera consequências sobre o desenvolvimento educacional e na sociabilidade dos jovens inseridos nesse segmento.

Afere-se que a carga horária cumprida por esses trabalhadores é extensa chegando a comprometer, em alguns casos, 11 horas diárias (horas trabalhadas somadas ao tempo gasto no trajeto percorrido para se chegar ao trabalho), inclusive aos finais de semana. Considerando que muitos deles, além de trabalhar, freqüentam a escola, restam-lhes pouquíssimo tempo diário para descanso ou outras atividades (ROSA, 2013).

Nesse sentido, muitos jovens passam a se dedicar menos aos estudos devido ao cansaço, e alguns deles chegam a abandonar a escola pela dificuldade de conciliar as atividades, prejudicando seu desenvolvimento. Segundo alguns entrevistados, a rede não desenvolve iniciativas de incentivo escolar. Devido à carga horária intensa, muitos dos trabalhadores precisam estudar na hora do *break* (denominação dada ao tempo de descanso de 1 hora dos funcionários).

Nos restaurantes onde foi realizada a pesquisa supracitada, os funcionários têm direito a duas folgas semanais fixas e um domingo no mês (na semana em que descansam no domingo os jovens trabalham em uma de suas folgas semanais). Entretanto, um dos gerentes relata que em “mês de venda”, como férias e final de ano, é diminuído um dia de folga (ROSA, 2013).

Além disso, é relevante destacar que os jovens trabalhadores necessitam também de lazer, ócio, convívio familiar e social. Muitos dos jovens entrevistados contam que devido a sua inserção no McDonald's não lhes restava muito tempo livre, limitando suas formas de sociabilidade ao próprio ambiente de trabalho, assim como o convívio concentra-se em torno dos colegas da rede. A esfera da produção “rouba” o tempo do trabalhador e invade cada vez mais suas relações sociais e seu cotidiano.

Em relação às impressões gerais dos jovens quanto ao trabalho, é possível perceber algumas contradições. Pensa-se que, devido a ideologias imputadas pela rede a seus funcionários, em algumas ocasiões eles refletem suas próprias impressões e, em outros momentos, reproduzem o ideário propagado pela rede.

Nesse sentido, jovens acreditam ser funcionários de uma das melhores empresas para se trabalhar. O *slogan* “Amo muito tudo isso” (do original inglês *I'm lovin it*) foi difundido mundialmente e é incorporado por muitos de seus trabalhadores. A disseminação da ideia de uma empresa onde se constrói uma família e o jovem é um trabalhador feliz e satisfeito realmente invade a subjetividade juvenil por meio de estratégias de *marketing*. Tais mecanismos produzem resultados positivos para a rede,



interna e externamente, e faz com que muitos trabalhadores só percebam o nível de exploração a que foram submetidos depois de se desligarem da empresa.

Aliás, é interessante observar a discrepância entre os testemunhos dados pelos jovens que se encontravam na condição de funcionários da empresa e por aqueles que já não mais possuem vínculos com a mesma, sendo a percepção da exploração por parte desses últimos muito mais nítida.

Nos últimos anos o McDonald's têm sofrido denúncias, principalmente relacionadas ao descumprimento de legislações trabalhistas, que vem sendo noticiadas na mídia com mais frequência. Segundo o jornal Brasil de Fato, destacam-se as seguintes denúncias na lista das “McIrregularidades”: remuneração abaixo do salário mínimo, falta de comunicação dos acidentes de trabalho, fornecimento de alimentação inadequada, não concessão de intervalo intrajornada, ausência de condições mínimas de conforto para os trabalhadores, prolongamento da jornada além do permitido por lei, assédio moral e sexual (BRASIL DE FATO, 2013).

Apesar de críticas feitas pelos jovens e diversas problemáticas apresentadas em relação ao trabalho, é interessante observar que, quando perguntados sobre uma avaliação geral, consideram que aprenderam bastante na rede. Reforça-se, portanto, que a ideologia disseminada pela empresa é bastante incorporada por seus funcionários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do trabalho no McDonald's exaltada por muitos é aquela correspondente ao trabalho duro, que vai preparar o jovem para as próximas oportunidades. No entanto, não é esse tipo de capacitação o adequado e necessário, e sim uma formação qualificada. Esses trabalhadores inserem-se na rede de *fast food* sem experiência e sem qualificação. Por falta de tempo e condições, grande parte deixará o emprego com baixa qualificação, reduzindo as chances de conseguirem melhores postos de trabalho.

Os relatos e depoimentos dos jovens entrevistados permitem a realização da análise de suas experiências laborais enquanto experiências de vida, assim como, em sua maioria, colocam o trabalho na centralidade de suas vidas. A subjetividade desses jovens trabalhadores é construída com influências diretas do capital, que cerceia o

trabalhador, objetiva moldar seus pensamentos e desejos e adequá-los aos interesses da acumulação. Sabe-se que todas as experiências vividas pelos sujeitos vão influenciar a construção de suas subjetividades. Ressalta-se, porém, que o McDonald's desenvolve estratégias que atingem diretamente a construção e formação desses jovens.

Dessa forma, a política de contratação de jovens inexperientes demonstra-se como estratégia essencial à empresa, favorecendo suas práticas padronizadoras e em alguns aspectos, abusivas, sendo importante desmistificar a conotação social atrelada a essa política da rede e perceber, para além do imediato, que existem outras determinações que compõem o sistema adotado pelo McDonald's.

Diante da compreensão de que a subjetividade é construída a partir das experiências vividas pelo sujeito, pode-se afirmar que condições de trabalho que limitam o desenvolvimento pleno de suas faculdades e possibilidades restringem também as formas de construção de sua subjetividade, impactando diretamente seus projetos de vida e relações sociais.

O trabalho é uma das esferas mais significativas na vida dos jovens e suas condições devem ser repensadas a todo momento, a fim de garantir que seus impactos sejam positivos para a construção dos sujeitos sociais.

Para tanto, é importante conhecer e questionar os espaços de trabalho que têm sido oferecidos aos jovens, pois independentemente de sua classe social, cor, gênero ou território de pertencimento devem ter garantidas condições dignas de trabalho.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

BRASIL DE FATO. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/>>. Acesso em 20 mar. de 2013.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A Degradação do Trabalho no Século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CORRÊA, H. L. e CAON, M. **Gestão de Serviços**: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

LEAL, F. **Um diagnóstico do processo de atendimento a clientes em uma agência bancária através de mapeamento do processo e simulação computacional.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UNIFEI, Itajubá, 2003.

MCDONALD'S BRASIL. Disponível em: < <http://www.mcdonalds.com.br/>>. Acesso em 04 nov. 2014.

REIS, A. M. D. Relações de trabalho no mundo juvenil: o caso da corporação McDonald's. Associação Nacional de História – ANPUH. **XXIV Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2007.

ROSA, L. B. P. **Jovens trabalhadores das redes de *fast food*: experiência de trabalho e subjetividade.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFJF, Juiz de Fora, 2013.

## GÊNERO, MERCADOS ILEGAIS E DIFERENÇAS

Lúcia Lamounier  
Sena PPGCS da  
PucMinas  
[lsena.bh65@gmail.com](mailto:lsena.bh65@gmail.com)

Resumo: O ponto de reflexão deste artigo diz respeito às diferenças entre essas experiências das, e entre mulheres, que em algum momento da sua trajetória participaram (ou permanecem participando) de redes comercialização de drogas ilícitas. Busco identificar de que forma as práticas, os significados relativos aos atributos (adquiridos ou herdados) dos agentes conectados às redes, as autonomias relativas ao acesso e controle dos recursos sociais atrelam-se a uma experiência de conexão.

Palavras-Chave: Gênero, Redes, Autonomia

Nos anos de 1980 o ministro da educação Eduardo Portela, do governo do general João Batista Figueiredo, cunhou uma frase de grande repercussão naquele momento: *“eu não sou ministro eu estou ministro”*. Cacique Juruna, liderança indígena eleito deputado federal em 1982, portando seu lendário gravador, parodiou o ministro Portela dizendo: *“eu não estou índio, eu sou índio!”* Essa emblemática passagem da história política brasileira foi utilizada como autorreferência por uma jovem de classe média, que me testemunhava sobre sua experiência em um tipo específico de rede de comercialização de drogas ilícitas. As circunstâncias que envolvem o ser/estar dos agentes em um espaço social de relações, permeado por conexões estabelecidas no âmbito de uma rede de comércio de drogas ilícitas, dizem respeito, dentre outras coisas, às formas diferenciadas de participação, de diversidades de instâncias de poder e negociação, das posições ocupadas, das formas de apropriar-se dos bens de natureza simbólica ou material dinamizados pelas redes. O ponto de reflexão deste artigo diz respeito às diferenças entre essas experiências das, e entre mulheres, que em algum momento da sua trajetória participaram (ou permanecem participando) de redes comercialização de drogas ilícitas. Tomando como princípio que os fundamentos políticos da diferença evidenciam-se na obliteração de um sentido (relativamente hegemônico) que cria uma categoria de diferenciação social, um sujeito político (Scott, 2005; Avtar, 2006), uma suposta categoria “a mulher no tráfico”. Busco identificar de que forma as práticas, os significados relativos aos atributos

(adquiridos ou herdados) dos agentes conectados às redes, as autonomias relativas ao acesso e controle dos recursos sociais<sup>28</sup> atrelam-se a uma experiência de conexão. A questão que se coloca é: o que possibilita a constituição de um sujeito político que se apresenta através dessa prática. Quais são os mecanismos que compõem e sustentam a especificidade dessa distinção? E finalmente, de que maneira a posição de gênero intersecciona as demais diferenças, compondo um marcador específico para esse sujeito político? Este texto faz parte de uma discussão de uma parte dos dados da pesquisa sobre a participação de mulheres em duas redes distintas de comercialização de drogas ilícitas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa pesquisa, de caráter qualitativo, realizada no âmbito da minha tese de doutoramento, envolveu entrevistas com mulheres e homens que participam, ou participaram, de alguma rede de comercialização; conversas com mulheres encarceradas em duas penitenciárias femininas situadas na RMBH; observação etnográfica; e participação em algumas atividades de um grupo de luta antiprisional - Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, de Belo Horizonte. O recorte de análise diz respeito, neste artigo, a empreendedores, pessoas que estiveram ou permanecem à frente da sua rede de comercialização.

### **Redes de Empreendedores e os termos das diferenças**

Uma abordagem inicial para o mapeamento da diferença pode ser extraída do trabalho de Eduardo Marques (2005; 2010) sobre as configurações multidimensionais da vulnerabilidade e exclusões sociais, que considera tanto as condições estruturais (do mercado de trabalho e da terra e as possibilidades de acesso a ambos) quanto às práticas sociais presentes no espaço (relativas às redes de relações e pertencimento) como dimensões que “encerram mecanismos (relacionais e ambientais) que medeiam acessos e influenciam decisivamente as condições de vida” (2010, p.58). Na perspectiva do autor, os recursos são tanto acessados como, também, produzidos e mediados pelas redes de relacionamentos e, portanto, os acessos são relativos aos mecanismos de relações por homofilias, ou seja, por

---

<sup>28</sup> Utilizo como referência o conceito utilizado por Marques (2005) como serviços e oportunidades sociais, aliados à noção de recursos como tendo natureza material e simbólica “...incluindo conhecimento, poder e prestígio) dentro da família, da comunidade e da sociedade mais ampla” (JEJEEBHOY, 2000, p. 205)

semelhanças de atributos entre os agentes que compõem o conjunto dos nós que constituem as conexões de uma rede. A homofilia é uma das dimensões estruturantes das redes de relações, caracterizando-as, ao mesmo tempo em que caracteriza os modos operatórios pelos quais os mecanismos sociais condicionam padrões de proximidades e distâncias, induzem a encontros e oportunidades, canalizam acessos ou obstáculos a determinados recursos através das conexões entre os agentes, cujos atributos sociais guardam similaridades (MCPherson, 2001; Marques, 2010). Transpondo essa perspectiva para as propriedades de uma rede do varejo de comercialização de drogas ilegais, as propriedades e homofilias dos agentes em conexão implicam níveis diversos de criminalização. A criminalização é dada não somente pelo enquadramento legal de uma prática, mas pela natureza, extensão e padrões de ação que caracterizam essas redes, fato que inclui um espaço social, seus agentes e as marcações sociais dos seus atributos. Nesse sentido, as redes caracterizam-se, também, por uma dimensão política. Adapto aqui perspectiva de *embeddedness* dos mercados (Hess, 2004; Granovetter, 2007) e do sistema de comercialização ilícita, de Rosaldo da Silva (2004), para análise do embricamento entre os aspectos relacionais - as lógicas estruturantes da dinâmica das relações sociais que perpassam as conexões entre os agentes implicados em um mercado de drogas ilícitas - com os aspectos estruturais - as propriedades específicas que constituem as tipologias de funcionamento das redes, seus contextos socioespaciais e uma diversidade de conexões que impactam na dinâmica e nos resultados das redes, mas que podem não estar diretamente implicados no contexto da comercialização. Esse enraizamento social de uma rede evidencia os mecanismos que aproximam ou apartam, por semelhanças, os agentes e os recursos que eles acessam e constituem como valor para a sua dinamização.

No âmbito desta pesquisa tomo como referência a tipologia identificada em um estudo anterior (SAPORI, SENA, 2008) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em que as redes de comercialização do varejo da droga foram categorizadas como *redes de empreendedores de bocas* (neste texto atualizado para *rede de empreendedores de bocas*), cujas características conformadoras são relativas às dinâmicas comerciais e respectivas práticas e contexto socioespacial.

A *rede de empreendedores*<sup>29</sup> apresenta uma estrutura de comercialização descentralizada, com relativa autonomia e distância em relação à dinâmica de conexões empresariais de produção e/ou distribuição de drogas, ainda que eventualmente possam estar ligadas. Um empreendedor é um agente (ego) que atua como hiperlink, referência central de um conjunto de conexões, que constitui uma forma particularizada de transação comercial de drogas. A base de formação das suas conexões é, geralmente, advinda de familiares, grupos de amigos, grupos de escola, vizinhos ou conexões provenientes desses grupos de relacionamento. Isso se traduz em uma diversidade de contextos de inserção, não exclusivamente ou necessariamente do empreendedor, mas da pluralidade de pontes estabelecidas através das redes pessoais advindas das suas conexões. A propriedade de atributos das conexões entre os agentes é marcadamente de classe socioeconômica (neste estudo com predominância de grupos pertencentes a bairros de classe média)<sup>30</sup>. Para a tipologia da rede de *empreendedores de bocas*<sup>31</sup>, referencia-se um espaço físico, que se constitui como ponto de conexão para as transações comerciais de drogas ilícitas. É o lugar, e não os indivíduos, o fator mais relevante para o estabelecimento de uma conexão. Constitui, em geral, uma rede de comercialização situada em áreas periféricas ou favelas. Na RMBH observa-se um mercado em que predomina a lógica de pontos de varejo, com relativa convivência entre comerciantes, cuja formação da rede deu-se inicialmente por conexão entre amigos e moradores locais e/ou, familiares. Essas redes são, em geral, administradas pelo próprio “dono” ou por gerentes que comandam “trabalhadores” ou “guerreiros”, em nome do negócio de um patrão (morador do local ou não). Essas tipologias das redes definem os termos da diferença, não somente pelas lógicas diferenciadas de mercado que agenciam práticas, mas, também, pela relação dessas lógicas com os contextos espaciais e sociais e suas resguardas políticas. Essa diferença tem no campo institucional sua instrumentalização mais profunda, sendo o encarceramento um dos seus fundamentos centrais.

<sup>29</sup> O conceito de empreendedor aqui utilizado é uma transposição da forma como termo atualmente tem sido utilizado para os criadores do próprio negócio ou empresa, para aqueles que criam uma rede particular de comercialização de drogas. Na vastidão de referências para o termo empreendedor referencio DEGEN (2009) que toma a ação de empreender como uma opção de carreira.

<sup>30</sup> Essa tipologia assemelha-se à que foi estudada por Carolina Grillo (2008).

<sup>31</sup> Essa nova tipologia foi atualizada na medida em que a dimensão de empreendedorismo, de constituição de uma empresa (rede) própria é uma dimensão estruturadora das duas tipologias. A suas propriedades e dinâmica de comercialização é que as distinguem.

Seguindo uma tendência global, o sistema prisional brasileiro reafirma a sua natureza político-institucional efetivando a diferença em termos do recorte do espaço, dos agentes e das transgressões (Wacquant, 2008). Nos anos 2000, ainda que a população carcerária se diferenciasse em termos numéricos, os gêneros se igualavam na interseção entre a predominância do enquadramento pelo crime de tráfico, a escolaridade e a cor, que, dentre outras variáveis do corte do sistema prisional, os conectou como uma identidade resultante de categorias atribuídas como qualificadores da diferença (Misse, 1999; Joan Scott, 2005). Em 2011, na população encarcerada no Brasil, predominavam os homens (93,4%), enquanto as mulheres eram apenas 6,6%. Na categoria tráfico de entorpecentes, de 12,4%, do total da população carcerária, em 2006, o tráfico passou a representar 24,4% em 2011 (taxa de crescimento de 164,9%)<sup>325</sup>. Nas mudanças do perfil dos encarcerados, o destaque é para as mulheres. Se, em 2006, elas eram 25,5% do total da população feminina, encarceradas devido a esse crime, em 2011, esse percentual passa a ser de 49,7%. Isso significou que, enquanto para os homens registrou-se uma taxa de crescimento de 161%, no caso das mulheres essa variação foi de 192,6%. Somando-se os analfabetos, e os que apresentam até o ensino fundamental incompleto, temos 58,6% dos encarcerados. Os desiguais níveis de escolaridade, que no Brasil estabelecem uma relação direta com a cor, podem, também, ser estabelecidos com a proporção de brancos (32,0%) e pretos / pardos (45,6%) encarcerados.

Os dados nos fornecem um indicativo de que o tráfico de drogas não, necessariamente, passou a ser o crime mais cometido no Brasil, mas sem dúvida é o que tem sofrido maior nível de repressão e punição judicial. Nesse aspecto, os atributos da população carcerária e a relação com esse enquadramento criminal revelam os sujeitos como um “efeito diferencial do poder” (Foucault, 1997) processo que “(...) condensa determinadas práticas e seus agentes sob uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima”

---

<sup>32</sup> Para a categoria Tráfico foram somadas as categorias Tráfico de Entorpecentes e Tráfico Internacional de Entorpecentes. Os dados prisionais aqui apresentados, e elaborados pela autora, foram baseados nas informações disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias– InfoPen, no portal do Ministério da Justiça, Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso 10 de dezembro de 2012.



(Misse, 1999, p.67). A distribuição hegemônica das representações dos tipos sociais, supostamente, predispostos aos comportamentos violentos do tráfico de drogas, não por acaso, são formatadas pelas interações entre as mesmas variáveis encontradas entre a população carcerária, independentemente da variável sexo. Para além do sistema prisional, a forma como essas singularidades se articulam nas trajetórias de vida permeadas por algum tipo de atuação nos narcomercados, seja para reafirmar a diferença como uma desigualdade ou (re)significá-la, estabelecendo, contextualmente, os seus termos, é mais um dos caminhos para se pensar a respeito da constituição dessa diferença.

### **Atributos em Relação: as redes e seus agentes**

Na pesquisa realizada, a despeito da semelhança ou proximidade etária do início da participação em redes de comercialização ilícita, a adolescência, as justificativas apresentadas para a busca por acesso e o controle sobre recursos materiais que envolvem essa participação são diferenciados e diversamente significados. Na rede de empreendedores, representados aqui por nomes fictícios de Tina e Fred, o trabalho iniciado na adolescência, foi uma ocupação afirmada por eles como uma busca por independência, *“pra juntar um dinheiro pra poder ter as minhas coisas/“ter a minha independência”*. Essa ocupação passou a ser realizada de forma concomitante ao uso e comercialização de drogas, junto a um pequeno grupo de amigos. Abertamente distinto desse horizonte de autonomia é revelado pela descrição de Maria de um trabalho em uma indústria de sapatos aos 12 anos, trocado por uma biqueira iniciado aos 13 anos, ou Maria José que trocou um trabalho agrícola, exercido desde a infância, pela inserção em ocupações urbanas precárias e, posteriormente, a prática de crimes, incluindo o tráfico, segundo ela *“um mundo que te dá resultado muito rápido”*. Em ambos pares de situações, o acesso e o controle sobre recursos materiais são diferenciados e diversamente significados em termos do que se nomeia como uma decisão pessoal para a conquista de autonomia financeira e as formas mobilizadas para tal. São distâncias e proximidades vinculadas ao “ser e estar” da experiência desses jovens na constituição das suas diferenças a partir da atribuição de sentidos diversos para as práticas que, mesmo guardando semelhanças (estamos falando de comercialização de drogas ilegais), são

distintas pelas dinâmicas espaciais, objetivas e simbólicas que as caracterizam (e aos próprios agentes envolvidos), como diferenças.

A homofilia das redes é constituída pelas semelhanças dos seus agentes conectores dadas pela especificidade dos seus atributos, social e espacialmente determinados, mas, também, pelas especificidades dos sentidos (sociais e políticos) das práticas empreendidas através dessas redes. A princípio, a distinção mais evidente como caracterizadora dos agentes foi definida pelo acesso desigual aos recursos, que a despeito do seu padrão de desigualdade, caracteriza alguém como portador ou não de um atributo decorrente desse recurso, cujo valor social é tido como hegemônico: a escolaridade, por exemplo. No entanto, os resultados desse acesso (ou ausência dele), podem incidir de forma particularizada, não necessariamente universal, tensionando essa hegemonia. Na especificidade das redes, um recurso só é mobilizável por um agente como decorrência das dinâmicas que o acionam (ou não). É um contexto de rede de comercialização que dá significado de valor a um recurso. A distinção é operada, não somente em termos da carência ou acesso a ele, mas pela diferença do valor de uso que assume em termos dos seus resultados práticos para os agentes em questão. Essa diferença pode ser destacada no âmbito das redes pesquisadas no domínio já citado, a escolaridade, o trabalho formal e a classificação empresarial da comercialização.

### ***Os sentidos de um recurso: a escolaridade***

As credenciais escolares são consideradas como um dos principais recursos para o alcance da autonomia financeira e mobilidade social. A escolaridade, de forma hegemônica, posiciona-se como um recurso que possibilitaria mobilidade social, devido ao acesso que, supostamente, franqueia ao mercado formal de trabalho e renda, sendo a desigualdade do seu acesso dada como sendo relativa às desigualdades de inserção em contextos sociais das famílias e indivíduos (Adalberto Cardoso, 2010; 2013). A perspectiva da formação das redes de relacionamento conectadas por homofilias escolares apresentadas por MCPerson *et al* (2001) estabelece o reforço desse atributo adquirido nos efeitos de proximidade e distância social entre todos os grupos educacionais. Tomando as experiências pesquisadas, a credencial escolar não traz em si esse significado universal de um recurso mobilizável independente da

possibilidade de acioná-lo e isso se deve à rede de conexão de um agente. O valor da escolaridade evidenciou-se como uma particularidade gestada no cruzamento da dinâmica social com as necessidades das dinâmicas de conexão das redes de comercialização. A própria perspectiva de MCPerson (2001) contribui para essa reflexão. Uma vez que predominam as semelhanças entre os atributos dos agentes que compõem as redes de relações (formais, informais, de *status* adquiridos), englobando aquilo que vivenciamos como algo que nos é próprio ou similar (*“people like us”*) um recurso não somente pode não ser acessível, em termos socioespaciais, mas também não ser acionado, devido à dimensão contextual do seu valor, ou seja, daquilo que é capaz de mobilizar, no âmbito de uma rede, como mediador de acesso a outros contextos, recursos e respectivas autonomias.

A homofilia como um princípio que favorece a conexão por semelhanças, tensiona a pretensa hegemonia de valor de um recurso, uma vez que ele não atua universalmente, em todas as tipologias de rede, como um conector simbólico e prático, para a mediação entre as conexões necessárias à dinâmica de comercialização. É a especificidade de uma rede de comercialização que significa, ou atualiza um sentido de acesso (ou desigualdade de acesso) e o próprio recurso. As redes também operacionalizam a diferença numa espécie de luta travada entre a hegemonia de sentido e o uso de um recurso, cuja quebra é mobilizada, de forma particularizada, sobre grupos, distanciando-os ou aprofundando uma diferença social que não se resume ao espaço. As diferenças dos valores de troca acionados pelos atributos pessoais advindos do acesso a um recurso são dadas pelos contextos dos seus valores de uso. Não necessariamente a credencial escolar é universalmente requerida, como um “pedágio”, pois é necessário especificar qual é o acesso que ela proporciona, para qual lugar e em que tempo para a efetividade dos seus resultados na trajetória dos agentes em questão. Por exemplo, nas redes de empreendedores, a dinâmica de formação da rede de conexões não depende de um nível de escolaridade, mas esse atributo é, geralmente, inerente ao perfil das conexões do hiperlink, o empreendedor. A amplitude das conexões de um empreendedor está relacionada à variabilidade das redes em que as suas conexões se inserem, tais como as redes profissionais, de lazer, de amizade, cujas homofilias relacionam-se, também, ao nível de escolaridade. Isso reforça o valor de uso desse

recurso, distanciando-o de uma rede de empreendedores de bocas, em termos daquilo que a escolaridade mobiliza para a formação e dinâmica das conexões. Como contraponto, na rede de empreendedores de bocas, chamou-me atenção a importância que a mochila escolar de um garoto de 12 anos passou a ter, para ele, quando a utilizou para ganhar os seus primeiros “duzentos contos” fazendo um transporte de droga para um amigo e os próximos “contos” que se seguiram. Nesse sentido, as redes, também são constituidoras dos termos que demarcam as diferenças destituindo ou criando valor para os recursos, fato que não apresentou uma interseção com a dimensão de gênero.

### ***Sentidos de um acesso: o trabalho e o empreendimento***

No que tange ao mercado de trabalho, utilizo o contraponto de Tina, da rede de empreendedores, que em dado momento da sua trajetória teve autonomia para a recusa de uma subordinação à ocupação no mercado formal de trabalho, oferta que quando se apresentou para ela, foi percebida como inadequada ao seu perfil (“*ah, mãe, desculpa, mas isso não é pra mim não*”). Nesse mesmo período, sua rede de comercialização já estava constituída e sua percepção de adequação para essa atividade é dada pela qualificação que ela atribui a essa prática ilegal (“*distribuição não é movimento é uma ação entre amigos*”). Para Maria José, da rede de empreendedores de bocas, a autonomia e percepção de inadequação de perfil para a subordinação a um trabalho formal, em algum momento também esteve presente (“*eu não dava valor pra estudar, pra trabalhar*”). Atualmente, ela cumpre uma pena de 35 anos em uma penitenciária da RMBH, inclusive pelo enquadramento de tráfico de drogas, a autonomia para conectar-se a uma prática ilegal também se fez presente pela percepção de adequação (“*eu via tudo como normal!*”).

As conexões ativadas (trabalho e/ou crime) e suas percepções justificadoras de adequação, apresentadas por essas trajetórias, ao contrário da perspectiva de Bourdieu (2009) e apesar de ser uma base de referência importante neste estudo, não são exatamente um reflexo da disposição, no sentido de uma incorporação de classe que se faz maior do que o agente, ao determinar, de maneira irrefletida, a forma, o sentido e o espaço das práticas. A objetividade e a contingência da experiência podem ser estrategicamente instrumentalizadas como disposição (“*ser e/ou não ser*”).

*pra mim*”). É o que Lahire (2005), na crítica à Bourdieu, nomeia como sendo o “indivíduo um patrimônio de disposições”. Cardoso (2010) aponta a década de adolescência dos jovens pesquisados, os anos de 1990, com um período em que a insegurança, precariedade e a “ideia de uma ‘carreira para a vida’ ficou ainda mais sem sentido no mundo do trabalho flexível” (2010, p.280). No entanto, a perspectiva de uma “carreira para a vida”, mesmo que recusada, parece somente ter feito sentido no universo de inserção dos que pertencem à rede de empreendedores, mais do que na rede de empreendedores de bocas. A precariedade e a insegurança, a abertura para uma ocupação em um mercado ilegal foi para as mulheres que participam/participaram de uma rede de empreendedores de bocas, não uma conjuntura, ou oportunidade, mas um pilar estruturador da própria ideia de trabalho. Talvez isso seja uma das questões envolvidas na habilidade que buscam desenvolver, muito mais afeitas a uma perspectiva empresarial, de gerenciamento empreendedor de um negócio, mesmo que seu enquadramento seja de uma atividade ilegal, do que o fato de inserirem-se no mercado de trabalho a despeito das “zonas cinzentas” da normatividade atual desse conceito (Azais, 202). Entre as trajetórias pesquisadas a perspectiva de autonomias relativas ao empresariamento das redes, a representação da atividade exercida como um negócio a ser gerido, administrado, mantido sob domínio (“*ser dona*”) ou uma prática assumida como algo que permeia a sociabilidade (“*distribuição não é movimento é uma ação entre amigos*”) é a marcação mais forte da diferença de valor do negócio e o acesso (ou não acesso) ao “mundo do trabalho”.

A natureza classificatória da prática, dada pelo próprio empreendedor através da nomeação do que se faz implica, também, em uma forma de assumir os custos exigidos pelo gerenciamento do mercado social em que o negócio se desenvolve. Novamente, a semelhança ou diferença das representações sobre as práticas, o valor atribuído aos recursos e sua forma de mobilizá-los só fazem sentido nas próprias tipologias das redes e respectivos espaços em que se dinamizam os qualificadores de distinção. O suposto campo aberto de autonomia dos indivíduos pelos seus projetos empreendedores tem as suas “demarcações dos possíveis”. Conforme definido por Bourdieu (2009), a representação de uma prática em oposição a outra, no conjunto das posições ocupadas no espaço social, não é uma

percepção individual de um agente, mas guarda relação com as disputas pelas representações hegemônicas, com as categorias classificatórias, isto é, são relações de poder que estão na base das distinções. Mas essas relações não se dão somente nas instâncias de poder externas às redes, elas são constituídas, também, no âmbito das dinâmicas internas, nas relações estabelecidas e significadas pelas redes de conexões.

As “fronteiras de tensão”, para utilizar o feliz termo de Feltran (2010), que no espaço se delineiam, implicam em lastros de marginalidades, de vulnerabilidades, de classificações e nas suas subversões. São dinâmicas de relações de poder cuja agência também define as fronteiras dos mecanismos em que se inscrevem as experiências pessoais. Essa tensão marcada nas formas estratégicas de acionar as disposições e práticas de construir valores sobre as hegemonias são instâncias de diferenciação que retiram a primazia da categoria gênero como unidade analítica em si e a colocam em relação à mobilização política da territorialidade das redes. A especificidade do valor de troca e uso dado pelos acessos e recursos constrói um âmbito de definição de um sujeito político.

### **Referências**

AVTAR, Brah (2006), *Diferença, Diversidade, Diferenciação: cadernos Pagu*, Vol. 26 jan/junho, pp. 329-376

AZAIS, Christian (2012). *As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho* IN: AZAIS, Christian; KESLLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva(orgs). *Ilegalismos, Cidade e Política*. Belo Horizonte, Fino Traço. Cap.6

BOURDIEU, Pierre (2009). *O Senso Prático*. Petrópolis, RJ: Vozes. Cap.3 e 9.

CARDOSO, Adalberto (2010). *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV

FELTRAN, Gabriel de Santis (2011). *Fronteiras de Tensão*, São Paulo, Editora da UNESP; CEM; CEBRAP

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis:Vozes,1997

GRANOVETTER, Mark (2007) *Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão*. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 9, PP.1-41.

GRILLO, Carolina (2008) *FAZENDO O DOZE NA PISTA: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. Dissertação de mestrado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

HESS, Martin (2004) 'Spatial' relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness. *Program Human Geography*, no. 28. PP 165-186. Disponível em: [phg.sagepub.com](http://phg.sagepub.com). Acesso em 27 de setembro de 2014

MARQUES, Eduardo (2005), “Elementos conceituais da segregação da pobreza urbana e da ação do Estado”, IN: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. Orgs, *São Paulo: segregações, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora Senac. pp. 19-57

\_\_\_\_\_(2010), *Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo*, São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole.

MCPHERSON, M., SMITH-LOVIN, L., COOK, J. (2001) Birds of a Feather: Homophily in Social Networks. *Annual Review of Sociology*, no. 27. PP. 24-45. Disponível em <http://www.jstor.org>. Acesso em 02 de agosto de 2014

MISSE, Michel (1999), *Malandros, Marginais e Vagabundos e a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Sociologia – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

SCOTT, Joan (2005), O enigma da desigualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol 13, no. 1, pp. 11-30. SISTEMA INTEGRADO de INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – InfoPen, Portal do Ministério da Justiça, Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso 10 de dezembro de 2012.

WACQUANT, Loïc (2008), O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos Cebrap*, No. 80, pp. 9-19.

## **JUVENTUDE E AS REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA E TRABALHO POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA-DF**

Maciel Pereira da Silva – Universidade Federal de Goiás  
maciel0510@gmail.com  
Bolsista CAPES

### **Introdução**

O trabalho ora apresentado refere-se a uma pesquisa de dissertação de mestrado, em andamento, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG) - Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), sob a orientação do prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

O objetivo central da pesquisa consiste em compreender as representações da escola e do trabalho, produzidas pela juventude estudante da 3ª série do Ensino Médio regular nas instituições pública de ensino na Região Administrativa (RA) do Gama-DF.

Normalmente, as pesquisas que envolvem a temática juventude impõem, de imediato, uma questão de ordem conceitual a se resolver: qual o entendimento de juventude será adotado para o desenvolvimento do trabalho?

Diante do desafio em posicionar-se a respeito do entendimento de juventude, duas vertentes apresentam-se de imediato: a primeira vertente constitui-se naquela que entende e define juventude por um viés natural, a partir do desenvolvimento biológico e psicológico dos indivíduos; a segunda vertente entende juventude “como categorias socialmente construídas, portanto, históricas e passíveis de mudanças no tempo e no espaço”. (CASSAB, 2010, p. 40).

Em concordância com diversos autores das Ciências Humanas, dentre eles Turra Neto (2008), Cassab (2010), Abramo (2011), Cavalcanti (2011) e Chaveiro (2011) nos filiamos à segunda vertente e entendemos juventude como construção social, histórica e espacial.

Enquanto categoria socialmente construída, a juventude não se fez presente em todas as sociedades. Fato este que justifica algumas breves considerações a respeito de sua constituição, especialmente no Brasil. Abramo (2011), afirma que:



É forçoso, embora repetitivo, lembrar que os conteúdos, a duração e a significação social destes atributos das fases da vida são culturais e históricos, e que a juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada. Tal como foi consolidado no pensamento sociológico, a juventude "nasce" na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicando ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil. (ABRAMO, 2011, p. 41).

Para a autora, portanto, a juventude nasce na sociedade moderna ocidental para atender às novas demandas produzidas pela sociedade industrial.

Cassab (2010) destaca o período posterior à Segunda Guerra como momento de clara ascensão juvenil, que se inicia nos Estados Unidos e irradia pelo mundo ocidental. Para a pesquisadora, o período representa um marco na construção de uma consciência etária que diferenciava o mundo dos jovens do mundo dos adultos.

De maneira geral, a leitura das Ciências Humanas sobre a juventude, converge para o entendimento da mesma como um fenômeno coletivo, socialmente construído e vivenciado em um determinado momento da vida pelos indivíduos.

Embora exista grande incidência de indivíduos jovens que experimentam a juventude, esta não é uma regra. O momento de se aderir ou desvincular-se da juventude pode ocorrer em qualquer idade e é determinado pela adoção de valores sociais, culturais e simbólicos típicos da cultura juvenil.

Além de oferecer uma visão da abordagem da temática juventude por autores de diversas áreas das Ciências Humanas, a reflexão, a respeito da definição conceitual de juventude, elenca possibilidades de estudos, do referido tema, pela ciência geográfica. Em análise às possibilidades de abordagem geográfica sobre a temática, Turra Neto (2010) afirma que:

Não defendo que a Geografia tenha exclusividade sobre a abordagem espacial ou sobre a espacialidade humana, mas é preciso reconhecer que ela é a ciência que, mais precisamente, tem uma preocupação conceitual com o espaço e com conceitos correlatos, como lugar e território. Um debate sobre a espacialidade da condição juvenil, que não estabelece interlocução com a Geografia, pode deixar de explorar todas as possibilidades que a abordagem espacial oferece para o desvendamento da dinâmica das juventudes, contemporâneas ou não. (TURRA NETO, 2010, p.92)

Para o autor, a abordagem espacial é fundamental para a ampla compreensão dos fenômenos juvenis. Este raciocínio confere pertinência aos estudos geográficos da juventude, uma vez esta ciência reconhece o espaço como uma de suas principais categorias de análise.

Ainda sobre as vias de acesso ao estudo geográfico da juventude, Paula (2013) afirma que:

As juventudes, em suas relações com a cidade, desenvolvem práticas espaciais importantes para a produção do espaço urbano e para a caracterização dos lugares da cidade. O entendimento, a compreensão e o significado atribuídos por elas à cidade na qual vivem, bem como sua circulação, construção de redes de sociabilidade, estabelecimentos de territórios etc. permitem à Geografia realizar uma leitura geográfica do espaço urbano e da cidade, com base nesses processos espaciais juvenis. (PAULA, 2013, p. 80)

A autora defende, portanto, que o estudo da juventude pela geografia possa ocorrer via estudo do urbano e da cidade; através dos processos espaciais juvenis.

Embora com enfoques diferenciados, autores geógrafos como Turra Neto (2008), Cassab (2009) e Cavalcanti (2011) estudam a juventude a partir do estudo das cidades. Turra Neto (2008), em sua tese de doutoramento, buscou compreender as redes de sociabilidade juvenis em diferentes gerações e as suas influências na produção e ressignificação do espaço urbano de Guarapuava-PR. As demandas juvenis, por espaços próprios variam temporal e espacialmente e ditam tendências na forma de reorganização do espaço urbano. Nesse estudo o autor utiliza as categorias geográficas lugar e território.

Cassab (2009) foca seus estudos na relação entre a juventude, cidade e cidadania. Para a autora, a forma de apropriação da cidade pela juventude é fenômeno que merece ser investigado. O acesso ao uso pleno da cidade contribui para o avanço na construção da cidadania juvenil.

Cavalcanti (2011) tem atuado em pesquisas que investigam a relação juventude e cidade em diversos aspectos. Em síntese, a autora busca compreender a cultura dos jovens no contexto brasileiro contemporâneo, tais como suas “concepções, hábitos, comportamentos, inter-relacionamentos, rotinas, gostos sobre o espaço e práticas espaciais” (2011, p. 8). Já Chaveiro (2009) desenvolve estudos e pesquisas geográficas sobre o tema da juventude a partir da Geografia da população, mais precisamente via Demografia.

Nesta pesquisa, se lida diretamente com jovens estudantes. Assim sendo, por se tratar de jovens que produzem e vivenciam a cultura juvenil, nota-se pertinência ao vincular este trabalho também à juventude. Os jovens, nesse caso, representariam a dimensão concreta da juventude.

Em observação aos jovens sujeitos pesquisados, em horários de recreação, na chegada ou saída da escola, observa-se a forte presença de produtos mercadológicos, principalmente eletrônicos, na vida destes. Os fones de ouvido e celulares parecem itens obrigatórios; tão essenciais quanto à vestimenta. Os tênis, em cores vibrantes e chamativas, se destacam no grupo. Tal situação aponta a captura dos jovens pela força do mercado; que se desdobra em forte vínculo destes com o consumo e consequente adesão dos mesmos à cultura juvenil.

Outro importante aspecto com relação à produção teórica da temática juventude pelas Ciências Humanas consiste na quase unanimidade entre os autores ao posicionarem-se a favor da existência de diversas juventudes. A esse respeito, Esteves e Abramovay (2007), tecem a seguinte analogia:

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si. [...] vivencia-se a condição juvenil de diferentes maneiras, em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos, como o dinheiro, a educação, o trabalho, o lugar de moradia, o tempo livre etc. Logo, a definição da categoria juventude em hipótese alguma pode ser a mesma para todos aqueles que nela estão enquadrados. (ESTEVES E ABRAMOVAY, 2007, p.25)

Alinhados à ideia hegemônica da heterogeneidade dos grupos juvenis, propõe-se a caracterização socioeconômica dos jovens sujeitos desta pesquisa. Concorde-se com

Castro e Abramovay (2003, p. 25), ao afirmarem que "Na realidade, a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra". Presume-se que a aproximação da realidade socioeconômica dos jovens estudantes, bem como do território gamense, no qual vivem, poderá contribuir inclusive para a compreensão, de forma mais ampla, de suas representações acerca da escola e trabalho; o que constitui o objetivo central desta pesquisa.

## **O problema**

Estudos mais recentes, desenvolvidos por pesquisadores como Saviani (2008), Frigotto (2007), e outros apontam transformações, que vêm ocorrendo nas últimas décadas, tanto no mundo do trabalho quanto em seu vínculo com a escola, que tendem a enfraquecer a escola, enquanto elemento mediador da inserção ao trabalho formal.

Quanto às mudanças no mundo do trabalho, os estudiosos da temática apontam que estas são resultantes do processo de reestruturação produtiva do capital e avanços de políticas neoliberais; que tiveram início a partir das últimas décadas do século passado neste País.

No referido processo de reorganização do mundo fabril, as consequências negativas recaíram, principalmente, sobre o trabalhador. Diversos foram os desdobramentos para a classe que vive da venda da força de trabalho, tais como: o desemprego estrutural, no qual os postos de trabalho eliminados pelo uso da tecnologia jamais são recuperados; o processo de terceirização da produção, que subtrai a estabilidade e amplia a exploração do trabalhador; a ampliação da prática do trabalho temporário, domiciliar, parcial, subcontratado, informal e outros.

A nova forma de produção, baseada em práticas flexíveis, exigiu um novo tipo de trabalhador. Este não deve mais ser especializado e desenvolver uma única função. O novo trabalhador deve ser polivalente, possuir uma especialização ampliada e estar preparado para atuar em diversos setores no âmbito do processo produtivo.

As exigências do mundo laboral, consoante ao novo padrão de trabalhador, influenciaram na orientação formativa da escola e redefiniu a relação desta com o trabalho. A escola, submissa ao capital e atenta à necessidade da flexibilidade, passou a

fornecer ao educando um preparo polivalente, apoiado no domínio de conceitos gerais e abstratos (Saviani, 2008). Tal orientação contribuiria para a formação de um trabalhador criativo, com poder de intervenção e apto a atuar em vários setores do processo produtivo.

Porém, nesse novo contexto, as diferenças com relação ao padrão de acumulação anterior não se resumem na exigência de um novo modelo de formação do trabalhador. Na fase áurea do fordismo<sup>33</sup>, que antecedeu o processo de reestruturação produtiva do capital, a relação da escola com o trabalho era mediada pelo Estado, que, sustentado pela ideologia do projeto de “nacional desenvolvimentismo”, visava dar sustentação a um mercado que caminhava em direção ao pleno emprego. Havia, portanto, o empenho do Estado para encaminhar ao emprego, aqueles que estudavam.

Na realidade contemporânea, mantêm-se a importância da formação escolar para o acesso ao trabalho formal, porém, nesse novo contexto, a força do capital sobrepõe-se ao poder do Estado e o fragiliza na condição de mediador da relação entre a escola e o trabalho. O que impossibilita o poder público de garantir emprego para todos os letrados. A respeito desta temática, Saviani (2008) afirma que:

Nesse novo contexto não se trata mais da iniciativa do Estado e das instancias de planejamento visando a assegurar, nas escolas, a preparação da mão-de-obra para ocupar postos de trabalhos definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que na forma atual do sistema capitalista não há emprego para todos [...] (SAVIANI, 2008, p. 430)

Portanto, de acordo com o autor, a responsabilidade de inserir-se no mercado de trabalho é transferida para o trabalhador e as oportunidades são definidas pelo mercado, que passa a ter a prerrogativa de ampliar as exigências de formação do trabalhador. A

---

<sup>33</sup> Sistema produtivo que vigorou na indústria ao longo de praticamente todo o século XX. Este baseava-se produção em massa de mercadoria e estruturava-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, que reduzia a ação operária em um conjunto repetitivo de atividades, cuja somatória resultava no trabalho coletivo. (ANTUNES, 2009)

tendência em curso no País é aumentar o quantitativo de pessoas que, embora possuam formação escolar, não conseguem ingresso ou permanência no mercado de trabalho.

A discussão a respeito do vínculo entre a formação escolar e o mercado de trabalho, adquire cada vez mais relevância nas análises daqueles que pesquisam a temática. Existe uma ideia popularmente difundida, que afirma ser, a falta de formação, a causa maior do desemprego nos dias atuais. Antunes (2014, p.5) diz que: “a qualificação no Brasil tem um caráter ideológico já que o capital para deprimir o emprego coloca no trabalhador a responsabilidade pelo desemprego, acusando-o de não ter se qualificado para o trabalho”.

O autor afirma ainda, que nos países europeus, os jovens se sentem desestimulados a estudar, ao verem seus pais, com curso superior concluído, muitas vezes desempregados.

Além de pesquisador, minha atuação como docente na educação básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal, me permite uma convivência quase diária com um grande número de jovens. São perceptíveis os dilemas que a temática do trabalho impõe à suas vidas, principalmente para aqueles que estão concluindo a educação básica e encontram-se já inseridos ou próximos do desafio de buscar a inserção no trabalho formal.

Diante do atual contexto, o desafio proposto para esta pesquisa de dissertação de mestrado, consiste em investigar o posicionamento da juventude estudante contemporânea no que se refere às suas expectativas a respeito da formação escolar básica, uma vez que esta vem perdendo força diante do mundo do trabalho.

De forma objetiva, propõe-se pesquisar as representações sociais da escola e trabalho por estudantes da série final do Ensino Médio na rede pública de ensino na Região Administrativa do Gama-DF, com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: O que o jovem estudante do Ensino Médio no Gama-DF busca na formação escolar num momento em que a escola fragiliza-se na mediação com o trabalho formal?

### **O campo da Pesquisa**

A pesquisa está sendo desenvolvida com alunos da 3ª série do Ensino Médio Regular, nas instituições públicas de ensino: Centro de Ensino Médio (CEM) 01 Gama,

CEM 2 Gama e CEM 3 Gama. Todas as escolas selecionadas situam-se na área urbana da Região Administrativa do Gama-DF.

O Gama localiza-se na porção sul do Distrito Federal, mais precisamente no sudoeste do quadrilátero distrital. A distância que separa Gama e Brasília é de aproximadamente 30 km. O Gama é a Região Administrativa II<sup>34</sup> das atuais 31 RAs do Distrito Federal. As RAs se originaram dos antigos núcleos habitacionais<sup>35</sup>. A RA I é Brasília e foi criada em 1964<sup>36</sup> e a RA XXXI, a última a ser criada, é a Fercal; só foi criada em 2012.

De acordo com os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), em 2013 o Gama possuía 133.287 habitantes. Do total da população gamense, 55,83% declaram já serem nascidos no Distrito Federal<sup>37</sup>.

A Região Administrativa do Gama faz limite com os municípios goianos de Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto. A RA Gama, Juntamente com as demais 30 (trinta) RAs distritais e outros 12 (doze) municípios goianos compõem a Área Metropolitana de Brasília (AMB)<sup>38</sup>, conforme pode ser observado no mapa 1 a seguir

---

<sup>34</sup> O Gama surgiu como um núcleo habitacional em 1960 e transformou-se em Região Administrativa II em 1964. Uma redefinição da área da RA Gama foi realizada em 1989 por meio da Lei n.º 49/89 e do Decreto n.º 11.921/89 que, fixou os novos limites das regiões administrativas do Distrito Federal. Cf.: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Gama – PDAD 2013.

<sup>35</sup> Com o início das obras da nova capital, ocorreram diversas ocupações de terrenos pelos trabalhadores que vinham para trabalhar na nova capital. Surgiu então a necessidade de se criar novos núcleos habitacionais paralelamente à construção de Brasília. A Cidade Livre, posteriormente denominada de Núcleo Bandeirante, surgiu já em 1956, para alojar os trabalhadores das empresas construtoras. Em 1957 surgiu o Paranoá, para abrigar trabalhadores que vieram construir a barragem do Lago Paranoá. Taguatinga foi criada em 1958, Gama e Sobradinho em 1960. Cf.: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

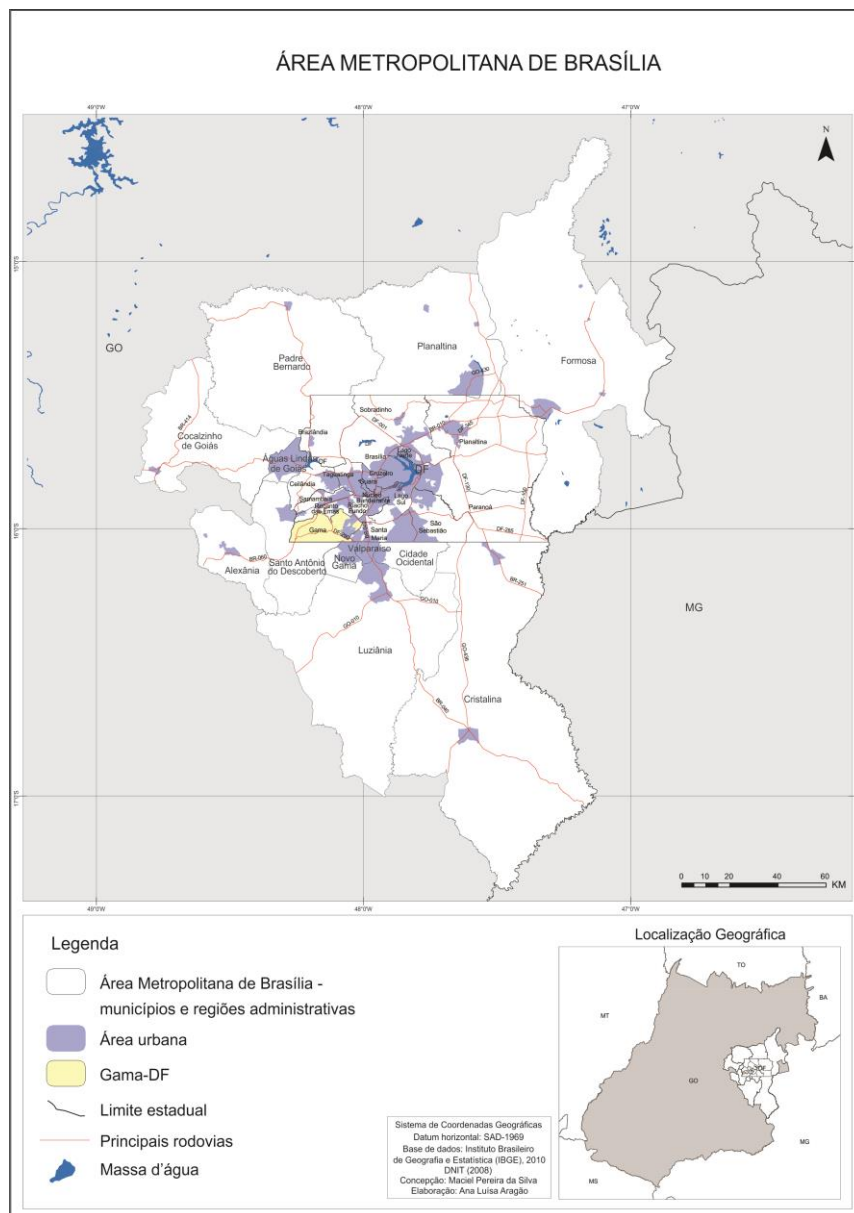
<sup>36</sup> A RA I foi criada em 1964, pela Lei 4.545 e ratificada pela Lei n.º 49/1989. Cf.: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brasília – PDAD 2012

<sup>37</sup> CODEPLAN-DF. PDAD/2013.

<sup>38</sup> Área Metropolitana de Brasília (AMB) é uma nomenclatura empregada pelo Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do DF-ODM/CODEPLAN, divulgada em 15/12/2011; que abrange o Distrito Federal e mais doze municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Cf.: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.



Mapa 1



A opção por alunos da 3ª série do Ensino Médio ocorreu basicamente por serem alunos que já estão concluindo o processo de escolarização básica. São estudantes que já vivenciaram todas as etapas da formação escolar, do ensino fundamental ao ensino médio; receberam toda a contribuição formativa da escola e fazem parte das primeiras gerações brasileiras a receberem formação escolar nos moldes exigidos pelo padrão de acumulação vigente: trabalhador polivalente ou desespecializado. Há de se considerar também que, em função da idade e término dos estudos, estão próximos ou já inseridos



no mercado de trabalho. A maior parte dos jovens de baixa renda considera o mercado de trabalho como destino imediato e, portanto, anterior a um projeto universitário.

### **Metodologia da pesquisa**

Para a realização da pesquisa proposta, procede-se inicialmente a um estudo bibliográfico sobre as principais temáticas envolvidas, tais como: juventude, trabalho, escola, a categoria geográfica território e a teoria da representação social, além de bibliografias referentes à Região Administrativa do Gama-DF.

Constitui-se em intenção, enquanto recurso metodológico, fazer uso da pesquisa quantitativa e qualitativa. (MINAYO, 2012). O instrumento metodológico quantitativo será efetivado com a aplicação de questionários, a partir dos quais serão produzidos dados primários para a pesquisa. Tais dados permitirão caracterizar socioeconomicamente os jovens e conhecer as relações de trabalho, as quais estão submetidas. Como instrumento de pesquisa qualitativa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas.

### **Referências**

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. in: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (org.) **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. A crise, o desemprego e os protestos da juventude. (entrevista). in: **A Nova Democracia**. ano 12, n. 129. abril/2014. p. 5.

CASSAB, Clarice. **(Re)construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese de Doutorado. Niterói-RJ: UFF, 2009. 228p.

\_\_\_\_\_ REFAZENDO PERCURSOS: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **PERSPECTIVA, Erechim**. v. 34, n. 128, dez. 2010, p. 39-51.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de / para / com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. In: **Revista Geográfica da América Central**. Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011. p. 1-18

CHAVEIRO, E. F., CALAÇA, M. e REZENDE, M. C. da S. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Goiânia: Ellos, 2009.

\_\_\_\_\_ **Demandas sociais e temas relevantes no Ensino de Geografia**. XI Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia-ENPEG. A produção do conhecimento e a pesquisa sobre o Ensino de Geografia. 17 a 20 de abril de 2011. Goiânia-GO. p. 51-64.

ESTEVES, Luis Carlos Gil e ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. in: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R. e ESTEVES, L. C. G. (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, out/2007, p. 1129-1152.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

PAULA, Flávia Maria de Assis. **Jovens Migrantes na Metrópole de Goiânia:** práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade. Tese de doutorado. Goiânia: UFG, 2013.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2008.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias Juvenis em Guarapuava:** territórios e redes de sociabilidades. Tese de doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Geografia das juventudes: uma pauta de pesquisa. in: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da e SOUZA, E. B. C. de. **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-tempo.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

## **TRAJETÓRIAS DE VIDA POSSÍVEIS PARA JOVENS TRABALHADORES: UM ESTUDO DE CASO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAI DA MERCEDEZ BENS DE JUIZ DE FORA.**

Anete Negreiros Andrade – Universidade Federal de Juiz de Fora  
[anete.negreiros@gmail.com](mailto:anete.negreiros@gmail.com)

A relação juventude e trabalho é re-significada após as transformações sociais e econômicas dos anos 1990. A partir do chão da fábrica emerge uma nova composição do mundo do trabalho, bem como um novo tipo de trabalhador. Neste contexto o binômio trabalho e educação também é recomposto. A análise aqui empreendida é parte de um estudo realizado sobre a formação profissional de jovens no SENAI da planta da Mercedes-Benz de Juiz de Fora.<sup>39</sup>

A empresa alemã possui uma política de formação de seus trabalhadores, de modo a formar um trabalhador que seja capaz de responder as dinâmicas do sistema de produção toyotista, no qual opera a produção da fábrica. Os jovens se formam através do curso de *Aprendizagem Industrial em Montagem de Veículos Automotores*. No primeiro ano frequentam as aulas no prédio do SENAI dentro da planta da empresa.

Depois são transferidos para realizar o estágio no chão da fábrica. De acordo com o gerente de RH, estima-se que cerca de 95% destes aprendizes são efetivados como trabalhadores da Mercedes-Benz. Percebe-se, por outro lado, que os jovens que optam por essa formação buscam se inserir no mercado de trabalho formal e funcionalizam a sua vida, a partir de então.

É possível também compreender o binômio educação/trabalho em tempos de acumulação flexível a partir da análise dessa política de formação e da própria opção dos jovens em aderir a essa possibilidade. A reestruturação produtiva não apenas reduziu drasticamente os postos de trabalho no setor fabril, como também influenciou diretamente com a transformação da educação como mecanismo privilegiado de entrada no mercado de trabalho.

---

<sup>39</sup> A pesquisa foi realizada entre os anos de 2010 e 2012 para a construção da dissertação “Trabalho e Educação: a formação profissional de jovens operários”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A reorganização do mundo do trabalho emerge a partir das transformações no chão da fábrica, com a superação do modelo *taylorismo/fordismo* (cujo trabalho era realizado por ações repetitivas, que buscava suprimir a dimensão intelectual do operário) e a adequação ao *toyotismo* (que conta com um trabalhador mais especializado, polivalente, que associa ação e pensamento na execução do trabalho). Diferenciam pelo que se refere ao “espírito” do trabalhador. Nessa esteira, a lógica da formação profissional também reorienta em consonância a nova lógica do capital. De seus desdobramentos, destaca-se aqui a Teoria do Capital Humano, disseminada pelos organismos internacionais e tornando-se referencia no ordenamento dos sistemas educacionais nos países dependentes.

A TCH influi diretamente a vida dos jovens a partir dos anos 1990, como a noção de *empregabilidade*. De acordo com Deluiz, Santana e Souza, “vem sendo referida pelos órgãos privados e governamentais de Formação Profissional a um determinado conjunto de capacidades e competências que tornam o trabalhador apto a tornar-se “empregável”.” (DELUIZ, SANTANA, SOUZA, 1999, p.68). Como resultado, a educação é transformada em um mecanismo privilegiado de garantia para a entrada, permanência, mobilidade e ascensão no mercado de trabalho formal. E passa a se tornar central nas estratégias de vida dos jovens.

“Os jovens certamente desconhecem a noção de capital humano e empregabilidade, mas sabem que o mercado de trabalho só lhes abrirá uma porta se forem altamente escolarizados e qualificados. E que essas exigências estão conectadas a novas condições de trabalho, que para eles são as únicas com as quais tiveram contato”. (CASAB, NEGREIROS, 2010, p. 89)

Além de dimensionar um novo papel a educação, a reestruturação produtiva produziu outras transformações que afetaram a vida dos jovens em relação ao trabalho. Os jovens sofrem de modo singular a redução de possibilidade para a entrada no mercado de trabalho. O desemprego, o “medo de sobrar”, passou a figurar como um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos jovens.

É preciso ressaltar que o mercado de trabalho foi reconfigurado face a outro desdobramento do *toyotismo*, cuja lógica fundamental é a flexibilização do mundo do trabalho, que é o processo de *terceirização*. No que se refere a fábrica, partes da produção, atividades fins, passaram ser executada por outras empresas, gerando, inclusive, um quadro de desigualdade salarial e de condições de trabalho entre os operários. De outro modo, diversas atividades no setor de serviços também foram terceirizadas, a exemplo dos *call centers*. Este cenário traduz-se em outra questão a ser enfrentada pelos jovens que é dos postos de trabalho precarizados, oriundos da terceirização.

Além disso, há ainda o processo de *informalização*, que diz respeito a um crescimento do número de trabalhadores informais, que são aqueles trabalhadores dispensados do setor produtivo e aqueles que ainda não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Para estes o horizonte foi a criação de novas formas de trabalho. Muitos dos trabalhadores informais são também os jovens.

É a partir da encruzilhada entre o desemprego e o trabalho precário e informal que os jovens nos anos 2000 pensam a suas trajetórias de vida. É necessário, neste ponto, remeter a uma diferenciação fundamental em relação os desafios dos jovens com a entrada no mundo do trabalho. Este desafio não é vivenciado de igual maneira por todos jovens. É singular entre eles o desafio que marca essa entrada, mas é diferente a forma e o tempo em que ela se realiza ou tem que ser realizada.

A referência da definição de juventude aqui utilizada é da de Karl Mannheim. Juventude é entendida como uma categoria sociológica, uma vez que “o fenômeno social da “geração” não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação. Abrangendo assim, “grupos etários” relacionados, incrustados em um processo histórico-social”. (MANNHEIM, 1968, p. 73)

Para tanto, pode-se afirmar que uma geração se refere a indivíduos que compartilham vivência similares dentro de um mesmo contexto social. Constituída por sujeitos que partilham uma mesma situação social dentro de um processo histórico. Na definição de Cassab:

“Assim, ser jovem é sempre uma condição transitória, é uma travessia, uma passagem sinalizada não só por algumas peculiaridades, físicas, sem dúvida, mas também por atributos que são históricos e socialmente construídos”. (CASSAB, 2001, p.63)

Juventude define-se, como categoria sociológica, a partir da situação e momento históricos, sociais e culturais que se vivencia. Todavia, dentro desse mesmo processo histórico que define a juventude é onde se encontram as desigualdades sociais e econômicas e por isso não podemos nos referir a juventude como um grupo coeso, no qual todos os indivíduos desfrutam da mesma realidade no presente e possuem as mesmas perspectivas de futuro. Em realidade, o que existe são juventudes, uma vez que os destinos dos jovens são determinados pelo seu lugar na sociedade. Como destaca Cassab, “é preciso ter claro que não é possível, antes de mais nada, falar-se de juventude no singular. As múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posição de classe é que determinarão de que jovens se fala”. (CASSAB, 2001:65)

A condição social, econômica e cultural na qual os jovens estão inseridos que determina o modo como os mesmos constroem a transição para a vida adulta. Se a representação social da juventude modifica-se em relação ao tempo e ao espaço vivido, há de se considerar também que a juventude não é vivida de igual forma, uma vez que dentro de um mesmo processo histórico encontram-se as desigualdades sociais e econômicas, com acessos e possibilidades diferenciadas. Tais desigualdades vão determinar as diferentes situações em que se encontram os jovens no contexto social. Os jovens, apesar de terem as mesmas idades, vivem juventudes desiguais.

Os jovens as quais nos atemos nesse trabalho são os filhos da classe trabalhadora, cujas possibilidades colocadas em seus destinos é da inserção precoce no mundo trabalho, e deste modo constroem suas estratégias de vida a partir de uma condição de pobreza e buscam superá-la por um esforço pessoal que alia formação e trabalho. Diante das dificuldades de continuarem seus estudos com o auxílio dos pais, a opção pela formação no SENAI-MBB foi a saída encontrada por esses jovens como uma aposta no futuro. Formação essa que ao mesmo tempo em que os qualificam para o mundo do trabalho, oferta a possibilidade real de conquista de um posto de trabalho formal em uma empresa de grande porte.

Foi essa a resposta dada pelos entrevistados 3 e 2, quando perguntados sobre o “por que” haviam decidido fazer o curso, a resposta era porque havia a possibilidade de trabalhar na Mercedes-Benz após a formação. O entrevistado 1, além de ressaltar sua preferência pela automobilística, destacou a possibilidade de crescimento profissional,

mas sobretudo, porque “tinha bolsa, o que era um incentivo pra continuar estudando, já tinha estágio garantido, as chances da gente continuar aqui depois, seguir uma carreira, eram muito grande” (Entrevistado 1).

Para o entrevistado 1 a formação do SENAI-MBB significou muito mais do que uma chance de entrada no mercado de trabalho, mas também a possibilidade de sua projeção profissional de forma continuada. Tal formação ainda é vista como uma oportunidade em meio a imprevisibilidade de perspectivas, isto quer dizer, que mesmo não necessariamente tendo identidade com a profissão e nenhum outro vínculo com a condição operária, é ainda a melhor chance. Foi assim para o entrevistado 5, segundo ele a formação,

“Pra mim foi uma oportunidade. Eu não estava fazendo nada entendeu? Aí meu pai por coincidência, sabe aqueles panfletos, né, acabei conhecendo o curso. Pelo nome da empresa também né, você vai muito né, porque tinha vários cursos lá e no meu curso era da faixa etária só pra quem nasceu em 93 e era minha faixa de idade e também tinha mais chance de entrar é claro. Aí decidi fazer também pra aprimorar o conhecimento. Melhorar né.” (Entrevistado 5)

A inserção precoce de jovens no mundo do trabalho e o acesso diferenciado dos mesmos a educação não é uma realidade nova, é um movimento comum dentro do processo de constituição do sistema capitalista. Frigotto reconhece que o capitalismo possui um caráter civilizador. Para difundir seus valores em detrimento aos do mundo feudal, a nova classe hegemônica, a burguesia, apostou na disseminação de sua ideologia. Para tanto, a escola ocupou e ocupa papel central na constituição da hegemonia burguesa. Assim Frigotto define a relação escola e capital,

“Uma leitura histórica da origem da escola enquanto instituição central do projeto societário da burguesia nascente nos mostra que essa escola era concebida, por excelência, como uma instituição social e cultural, de produção do conhecimento e de valores e como espaço para o desenvolvimento lúdico, estético e artístico para crianças e jovens. A origem etimológica da palavra escola vem do grego, significa lugar do ócio. Um espaço, portanto, onde as crianças e jovens vivem um longo tempo incorporando valores, conhecimentos e amadurecendo para a vida futura.” (FRIGOTTO, 2004: 195)

No entanto, essa escola nunca foi universal. Muito ao contrário, ela é o símbolo da divisão de classes da sociedade capitalista, nela só havia espaço para os filhos da classe dominante (hoje também da classe média), que puderam e podem dedicar mais tempo ao estudo e retardar sua entrada no mercado de trabalho. Jovens que possuem a oportunidade do tempo da maturidade para consolidar um conhecimento mais profundo.



Ao contrário, os filhos dos trabalhadores necessitavam e necessitam entrar para o mundo do trabalho de forma precoce, uma vez que as famílias dependem da contribuição destes para garantir o sustento da família, e em muitos casos, esses jovens trabalham muito cedo para terem condições de arcar com a continuidade de seus estudos. Mas por isso mesmo, a escola dos filhos da classe trabalhadora sempre foi outra, preparatória para o trabalho precoce e precário. Com a radicalização da exploração e da desigualdade social, marcas da nova lógica de acumulação, instauração do mercado mundial, avanço da capacidade de produção com novas tecnologias e o ataque aos direitos sociais e dos trabalhadores, as contradições sociais se aprofundam e impactam diretamente na vida dos jovens. Em síntese, Frigotto assinala que,

“No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza, tendo em vista que a maior produtividade do trabalho não só não liberou mais tempo livre mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a “exclusão” ou inclusão precarizada jovializaram-se. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares (...)” (FRIGOTTO, 2004: 197)

Com possibilidades reduzidas no mercado de trabalho, o credo do aparato ideológico do capital de que a responsabilidade sobre o seu destino é do indivíduo se dissemina e atinge os jovens de maneira mais incisiva. Há um processo de subjetivação de que o problema é de cada um, quando, em realidade, se trata de uma questão estrutural do capital. Mesmo assim, os jovens pobres buscam vencer essa conjuntura e criam estratégias de superação de sua condição.

As possibilidades de superação dessa condição de pobreza, por esses jovens, são reduzidas, é um percurso difícil, uma vez que são condicionadas pela realidade social em que estão inseridos. Significa dizer que a transição para a vida adulta desses jovens é determinada pela sua própria condição de classe. De maneira geral, essa transição tem sido muito espinhosa para os jovens, sendo que a entrada para o mercado de trabalho é estreita para os mesmos. Para os jovens pobres essa inserção é mais limitada, haja visto que seus mecanismos de preparação para tal são escassos, com dificuldade de uma maior qualificação e uma rede social reduzida, quando não inexistente.

Nesse sentido, o “medo de sobrar”, a sombra do desemprego é um desafio enfrentado por esses jovens. Esta pesquisa ateve-se em compreender a construção das trajetórias de vida dos jovens oriundos da classe trabalhadora. Mesmo nesse corte, pode-se perceber que há diferentes desenhos de estratégias dos jovens para efetivar a suas inserções no mundo do trabalho, condicionada pelas suas relações sociais. Comprovado pela forma como os jovens se inserem na formação profissional no SENAI da Mercedes-Benz. O requisito para inserção destes no curso é que sejam filhos ou parentes de trabalhadores da empresa. No caso de Juiz de Fora, há uma abertura para indicação de “conhecidos” dos trabalhadores. Portanto é a rede de relações sociais que permitiu a eles se formarem no SENAI da Mercedes-Benz.

Foram entrevistados 6 jovens, dentre os quais 2 já formados e trabalhadores da fábrica, 2 jovens ainda em estágio no chão da fábrica, em processo de transição e 2 jovens que iniciaram a formação no ano da realização da pesquisa, em 2012. É unânime entre os jovens a aposta nesta formação como estratégia para a entrada no mercado de trabalho formal. Diferenciam-se nas estratégias que desenham a partir dessa formação.

Dos que já se encontram no chão da fábrica, seja na condição de trabalhador efetivado e de estágio, apenas um não tinha como horizonte a construção de uma carreira na empresa. Mesmo efetivado como trabalhador da fábrica e cursando Administração, pelo PROUNI, não vislumbrava uma carreira lá dentro, nem mesmo no setor para o qual estava se qualificando. Sua fala evidencia um incomodo com a condição de operário, mas por outro lado destacava a oportunidade que obteve de está no mercado de trabalho formal. O que possibilitava, segundo o mesmo, fazer a escolha de outra formação para tentar uma reinserção profissional.

Quanto aos outros 3, apenas o roteiro da estratégia desenhada era diferente. Um já havia se formado na Faculdade Tecnológica do SENAI, como Tecnólogo de Produção Automobilística, cursava alemão e japonês, com o intuito de construir sua vida profissional na Mercedes-Benz. Os outros dois jovens, ainda em fase de estágio no chão da fábrica, demonstravam grande ansiedade em serem efetivados na empresa. E antes mesmo disso, já planejavam continuar a formação para terem maiores possibilidades de crescimento lá dentro. Um fazia ao mesmo tempo que a aprendizagem industrial no SENAI-Mercedes-Benz, o curso técnico de mecânica no Instituto Federal de Tecnologia - JF Sudeste (IFET) no turno da noite e pretendia após a conclusão dos

dois cursos ingressar em Engenharia Elétrica. O outro pretendia formar em Engenharia Ambiental e tentar seguir na empresa nesse setor.

Por fim, os dois jovens recém ingressos no SENAI-Mercedes-Benz, um sinalizava continuar a formação na área automotiva e outra na área de informática. Ambos pretendiam também tentar uma reinserção na própria, se fosse conquistado antes a oportunidade de serem trabalhadores da fábrica. Fica evidente que a formação profissional é primeira percebida por eles como a porta de entrada para o mundo do trabalho, segundo como a mecanismo eficaz de permanência, reinserção e mobilidade dentro da fábrica. Em um contexto adverso para garantia de possibilidades, esses jovens apostam nessa oportunidade para que suas trajetórias se diferenciem das de muitos de outros da mesma idade, do mesmo bairro e da mesma classe.

### **Referências Bibliográficas**

- CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Jovens pobres e o futuro: a produção da subjetividade na instabilidade e incerteza. 1. Ed. Niterói: Intertexto, 2001.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin; NEGREIROS, Anete. Jovens Trabalhadores e o debate da redução da jornada de trabalho. Revista Versus Acadêmica, nº 4, p. 85 – 91, abril de 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: Paulo Vannuchi; Regina Novaes. (Org.). Juventude e Sociedade - Trabalho, Educação, Cultura e Participação. Juventude e Sociedade - Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2004, v., p. 180-216.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi(org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, pp. 67-95, 1982.

## **PERFIL DO OPERÁRIO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO DO MUNICÍPIO EM CIANORTE: DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS**

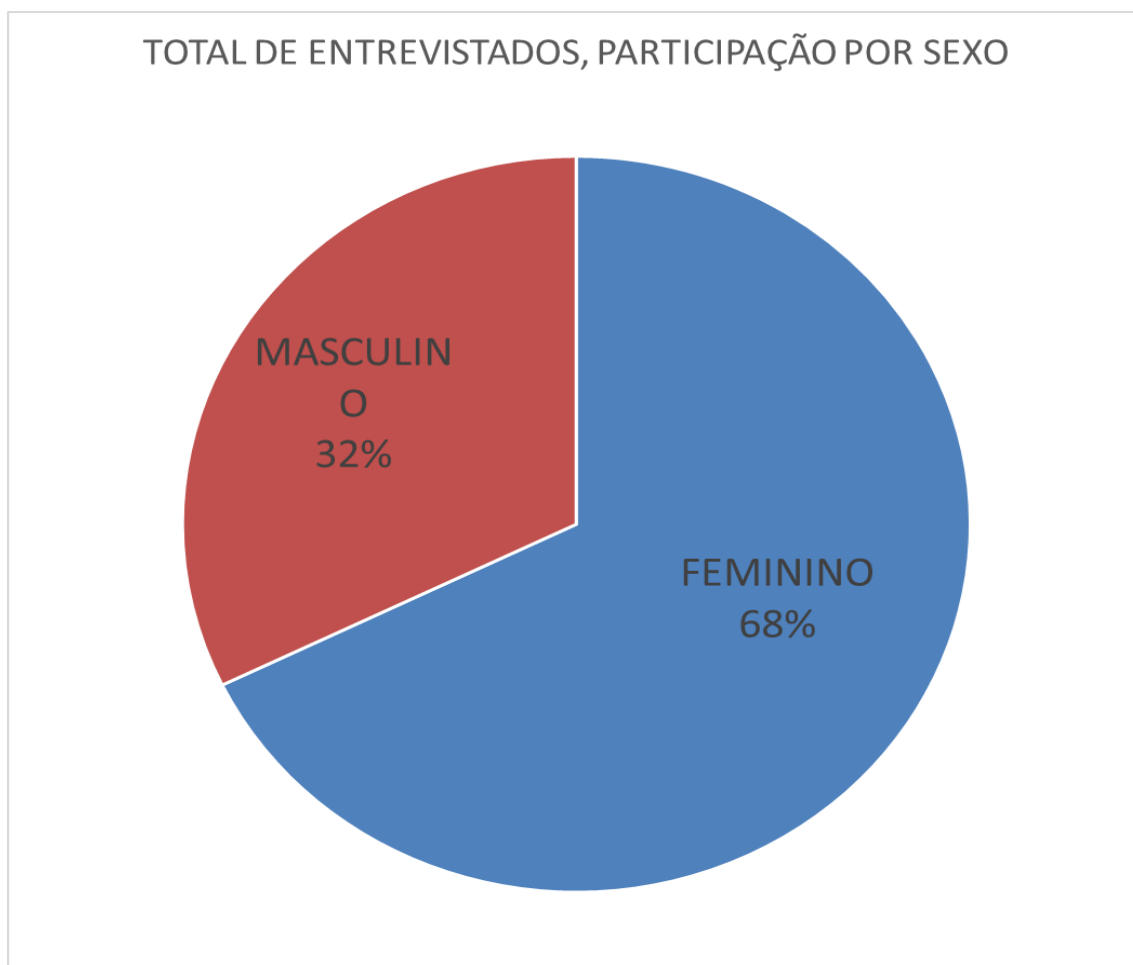
Rangel Max Lima Vidal (UNESPAR); Dr. Renan Bandeirante de Araújo  
(UNESPAR)

rangel.educar@gmail.com; renan-araujo@uol.com.br

Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento  
GT2 – “Culturas juvenis, informalidades, ilegalidades e precariedades”

Ao colocar em evidência a importância da indústria de confecção de vestuário da cidade de Cianorte, não somente no cenário regional, mas também estadual e nacional, é de suma importância uma verticalização que aborde a composição dessa indústria, no que tange ao operariado. Como perceber a forma de vida da população, o seu cotidiano, enquanto lugar onde o ser ontológico do homem se faz, ainda que inconscientemente (Heller, 2009), dando ênfase a figura do jovem adulto (que se trata de um indivíduo de faixa etária entre 14-35 anos). A análise é orientada no interior do complexo e contraditório mundo do trabalho.

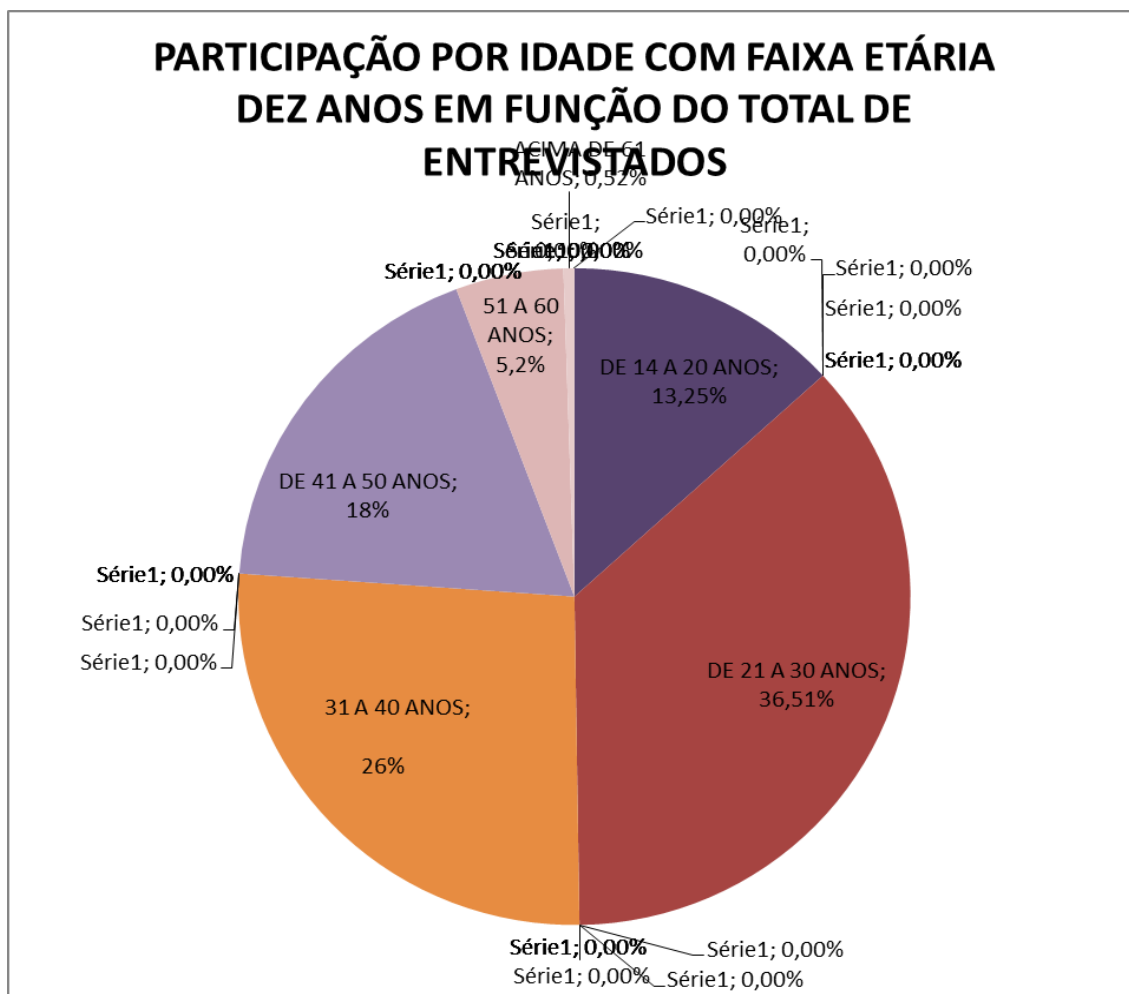
Dessa forma, a tabela abaixo, representa a composição do operariado dessa indústria a partir de um olhar de gênero e faixa etária, e ambas expectativas iram nortear as demais reflexões ou análises aqui propostas. Cabe ressaltar que os dados elencados, são oriundos de uma pesquisa realizada com 2121, trabalhadores, tanto do município de Cianorte quanto da Região, abarcando na verdade um pólo produtivo regional, por meio de aplicação de questionário impresso. Salientamos que a pesquisa feita, é algo singular, que segundo alguns pesquisadores acadêmicos, poucas vezes, para esse tipo de pesquisa, houve dados tão precisos e numericamente expressivos. Esses dados também são responsáveis por estruturar uma dissertação de mestrado, de um discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento, da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Portanto segue o primeiro gráfico acerca do perfil de gênero da indústria de confecção de vestuário do município de Cianorte e Região:



O gráfico acima justifica a necessidade de abordar esse operariado e suas reais condições a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que de 2121 trabalhadores, um percentual de 68% são do gênero feminino, enquanto apenas 32% pertencem ao gênero masculino. Em proporções reais, são 1438 trabalhadoras para apenas 683 homens. Esses números expressam uma realidade nacional, que há anos vem se alterando, com um significativo aumento da população feminina, sendo hoje maioria correlata a população masculina. Pois no cenário nacional de acordo com o IBGE, censo de 2010, do montante da população residente na área urbana, que totalizam 160,3 milhões de brasileiros, 77,3 milhões são homens, enquanto as mulheres são 83,0 milhões.

No caso da indústria de confecção de vestuário, herança histórica e parte da cadeia produtiva da chamada indústria têxtil, possui desde sua gênese na revolução industrial Inglesa, a capacidade de absolver um alto contingente de Mulheres e crianças. Dessa forma a indústria de confecção do vestuário em sua composição de gênero

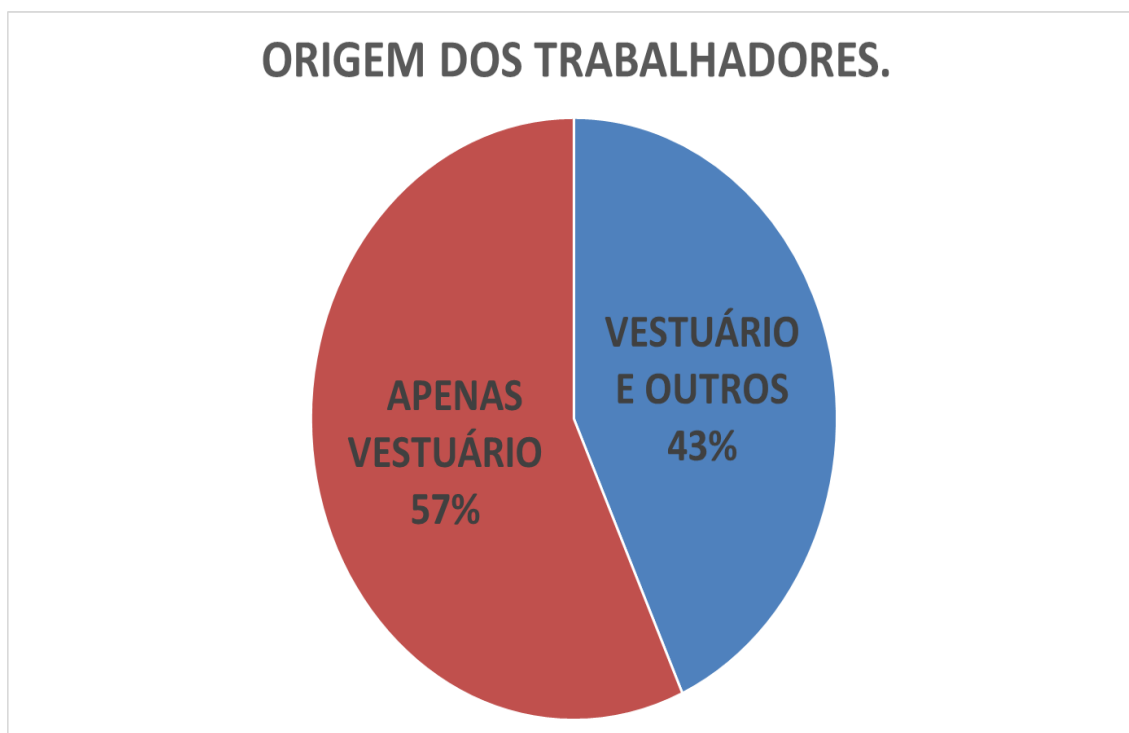
responde à uma lógica histórica inerente ao próprio setor produtivo. Mas outro ponto deve ser elencado, para melhor compreendermos a situação da saúde do nosso trabalhador. É a sua composição etária, ou seja, qual a idade da nossa indústria, quando pensamos a sua força de trabalho? Pois bem o próximo gráfico nos evidenciará esse cenário.



Essa pesquisa, ao nosso entendimento desmonta a tese de que a indústria de confecção do vestuário está envelhecendo, pois 49,76% do total de entrevistados pertencem ao segmento entendido por Araújo, como jovem adulto, indivíduo que transita na faixa etária, que vai dos 14 aos 35 anos de idade. No entanto o percentual de 49,76% nem abarcou o percentual desse segmento, que no gráfico acima se encontra no segmento que vai dos 31 a 40 anos, que representa um total, de 26% dos trabalhadores entrevistados. O que significa dizer que mais de 50% da composição operária, da indústria de confecção de vestuário de Cianorte, pertencem ao segmento jovem adulto,

condicionando-a à uma indústria cujo operariado é relativamente jovem. Se provocarmos uma média de idade, a partir do total exposto no gráfico, chegaremos ao resultado de média de 32 anos para o segmento feminino e 33 anos para o segmento masculino. Dessa forma, mesmo com uma média de idade, a composição operária da indústria de confecção de vestuário de Cianorte, pertence ao segmento jovem adulto.

Outra circunstância, que resolvemos abordar em nossa pesquisa, é quanto a suposta falta de mão de obra, e alta taxa de rotatividade, que segundo muitos industriais tem afetado a saúde processual do setor produtivo. Portanto, questionamos entre os 2121 entrevistados, qual era a sua origem de trabalho, ou seja, se sempre trabalharam na indústria de confecção de vestuário, ou se haviam migrado de outro setor produtivo ou serviços. Assim:



Do montante de 2121, trabalhadores o percentual de 57% sempre se ocuparam na indústria de confecção de vestuário. Do restante de 43% vieram de outros setores, como o setor de serviço ou alimentício, e ainda aqueles que vieram de outras etapas produtivas ligadas à indústria em perspectiva. Portanto, o que fica evidente não é o déficit de mão de obra, mas uma rotatividade exacerbada no interior do próprio arranjo produtivo da indústria de confecção de vestuário. Assim a indagação mais relevante é: O que tem motivado esse operariado migrar no interior do mesmo ramo produtivo?

As informações coesas a esses dados se darão no próximo tópico, que terá por perspectiva, responder a essas questões, demonstrando a complexa e degradante situação dos trabalhadores na indústria de confecção de vestuário em Cianorte corroborada por conceitos de pesquisadores que analisam, a sociedade a partir da centralidade do mundo do trabalho que, portanto subsidiará algumas convicções, e proporcionará terrenos para algumas indagações que serão elencadas.

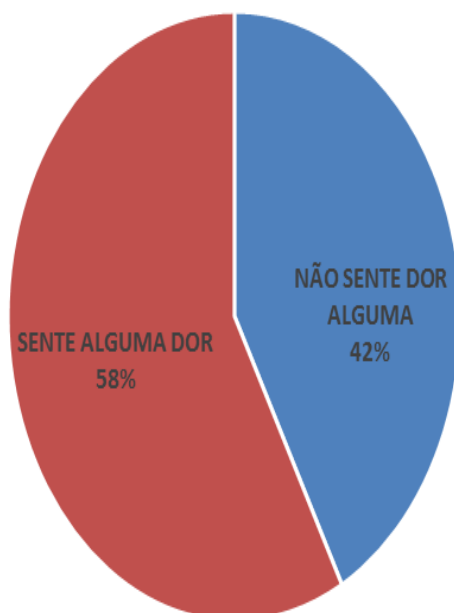
### **O processo de degradação do jovem adulto**

Em outra etapa de nossa pesquisa, nos atentamos para questionamentos que tornasse evidente, a situação da saúde de nosso trabalhador. Encontramos um cenário, preocupante, que se torna ainda mais conciso, quando pensamos a partir das questões levantadas no primeiro tópico, que é um alto número de jovens adultos e mulheres, como força de trabalho da indústria de confecção de vestuário de Cianorte.

Dessa forma, indagamos em nosso questionário, acerca alguns tipos de dores, e acerca de dores em locais específicos, como no ombro. Nesse caso a preferência de ter como local específico o ombro, é devido ao entendimento de que boa parte das funções desempenhadas na cadeia produtiva da indústria de confecção de vestuário, sobrecarregam os artelhos superiores, mãos, braço, ante braço e ombros. Assim o primeiro gráfico é referente à saúde dos trabalhadores, sob a perspectiva se sentem alguma dor.



## PERCENTUAL OS ENTREVISTADOS QUE SENTEM ALGUMA DOR



Os percentuais de trabalhadores que acusam sentir alguma dor são impressionantes, levando em consideração a faixa etária de 32 e 33 anos do operariado, e o percentual predominante da figura do jovem adulto. Assim 58% de 2121 trabalhadores acusaram sentir dores. Esse dado, ainda permite questionamentos, haja visto, que se trata de uma pergunta muito genérica, condicionando o trabalhador a pensar dores que supostamente não relaciona-se ao trabalho. Para não haver então, margem para esse tipo de questionamento, amarramos o dado dessa pesquisa, com o percentual da situação dos trabalhadores, quando questionados se sentem dores nos ombros. Dessa forma o gráfico abaixo nos apresenta o seguinte cenário:

**Percentual dos entrevistados que sentem dores no ombros.**

O percentual de 58,24% dos entrevistados acusam sentir dores nos ombros, fator intimamente ligado aos trabalhos desempenhados pelas funções que compõe a cadeia produtiva da indústria de confecção de vestuário de Cianorte. Assim esse percentual apenas confirma o processo de degradação da saúde do trabalhador da indústria de confecção de vestuário de Cianorte.

Ao propormos a análise desses dados, em diálogo com a predominância do jovem adulto, o que podemos afirmar, é que o suposto envelhecimento do operariado da indústria de confecção de vestuário de Cianorte, encontra dimensões além, do simples passar dos anos, ação responsável pelo envelhecimento natural e natalício da espécie humana. O envelhecimento causado, a partir da prática laboral na indústria de confecção, é condicionado pela própria forma de execução das atividades, bem como o processo sócio metabólico desse setor produtivo. Dessa forma, as reclamações acerca do envelhecimento da indústria de confecção de Cianorte se originam, a partir não de um envelhecimento real, mas de um envelhecimento causado. De acordo com Ricardo Antunes, renomado pesquisador da Sociologia do Trabalho, o capital vive da degradação do trabalho humano, sua precarização e consequentemente, do consumo de

mão de obra excedente, que está à disposição da indústria, quando se fazer necessário a mudança de um determinado contingente de trabalhadores que não atendem as metas produtivas propostas. Assim ele relata:

“trata-se portanto de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des.) sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se entretanto, o circuito reprodutivo do capital” (Antunes, 1996 p. 121).

Habituada a esse processo de degradação da força de trabalho, aguardando a troca pelo excedente, o baixo índice de desemprego do município de Cianorte, que segundo Ipardes, deve ser considerado zero, atrelado as políticas públicas de inserção na educação superior (PRÓ-UNI, FIES, CIENCIA SEM FRONTEIRAS) e cursos técnicos (PRONATEC), tem proporcionado ao trabalhador de ramos produtivos precarizadores, a migração para outras oportunidades de trabalho menos degradantes. Assim o que reclama os industriais não se trata do envelhecimento da mão de obra, e sim do fim de um exército de reserva, que era convocado ao trabalho sempre, o nível de degradação afetasse a sua produtividade.

Na indústria de confecção de vestuário de Cianorte essa situação é ainda mais perceptível, devido a composição social do operariado. Pois a grande maioria dos trabalhadores dessa indústria, pertencem a classe social C e D. Essas foram as classes que mais foram afetadas pelo desenvolvimento econômico do país na primeira década dos anos 2000, com acesso aos bens de consumo duráveis, e inserção real participativa na economia brasileira. Dessa forma, o que afirmamos é que o perfil do trabalhador dessa indústria atende, ao que Giovanni Alves, evidencia como o “proletaróide”.

Camada social da classe do proletariado, constituída por jovens assalariados formalizados de baixa renda, herdeiros da mobilidade social dos pobres, ocorrida na era do neodesenvolvimentismo lulista, e que construíram sua identidade social incorporando expectativas e anseios de consumo burguês. Portanto, eles são os jovens assalariados pobres da dita “nova classe média” ou classe C e D, incluídos no consumo pelo neodesenvolvimentismo, e que buscam incluir-se na sociedade burguesa por meio do consumo popular de marca”. (Alves, p. 201, 2014)

Esse “proletaróide” portanto, no caso específico do município de Cianorte, não compõe mais, as fileiras do exército de mão de obra, à espera da substituição mediante ao processo de degradação da saúde física por meio do exercício laboral. Essa circunstância de desenvolvimento econômico, também é tratada por Marcio Pochmann, e a essa classe ele chama de *working poor*, ou seja, trabalhadores pobres, são dois conceitos que atende à mesma classe social.

“O fortalecimento do mercado de trabalho resultou na expansão fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho.[...] Dada a intensidade desse movimento, a condição de país com oferta ilimitada de mão de obra passa a ser questionada, pois começam parecer sinais de escassez relativa de força de trabalho qualificada, o que somente chegou a ser conhecido na primeira metade da década de 1970 pelos trabalhadores brasileiros.[...] Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média” (Pochmann, p.10, 2012)

Dessa forma concluímos este tópico, lamentando a situação degradante da saúde dos nossos trabalhadores, que nem sempre chegam aos bancos de dados do INSS. Não de imediato, mas a longo prazo, essas circunstâncias fazem emergir, grande contingente de afastamento por invalidez ou mesmo aposentadorias precoces, ou então a necessidade de readaptação ao mercado de trabalho tendo, que de forma súbita, alterar o ramo de trabalho, tendo que apreender uma nova profissão, sobretudo para o contingente, de faixa etária superior aos 35 anos, atestando à fala de alguns trabalhadores, quando dizem que o operário desse segmento possui um “prazo de validade” e que este prazo é relativamente curto.

## Referências Bibliográficas

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**/ Marcio Pochmann. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**/ Marcio Pochmann. –São Paulo: Boitempo, 2012.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil** / Giovanni Alves. –Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**/ Ricardo Antunes. -8 ed. –Campinas: Editora Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho** /Ricardo Antunes. - 2 ed. –São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

**Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**/ Giovanni Alves, Roberto Leme Batista e Arakin Monteiro (Orgs). – Bauru: Canal 6, 2012.

ARAÚJO, Renan. **O novo perfil metalúrgico do ABC: um estudo sobre o trabalho e o modo de vida “just-in-time” do metalúrgico jovem-adulto flexível (1992 – 2008)** / Renan Araújo. – Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2012. —172 p.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Le-nadro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar ed.;2002.

BORDIEUX, Pierre. **A miséria do mundo**. 5 ed. São Paulo, Editora Vozes, 2003.

Fonte: IBGE, **Censo Demográfico 2010**.<br />Clique <a STYLE="text-decoration:none"href="http://www.censo2010.ibge.gov.br/"target="\_blank"><font

**Atlas do censo demográfico 2010** / IBGE. – Rio de Janeiro : IBGE, 2013.

156 p.

## JUVENTUDES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: DISPUTAS E NEGOCIAÇÕES ACERCA DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Lídice de Barros Guerrieiro – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro<sup>40</sup>

E-mail: [lidguer@gmail.com](mailto:lidguer@gmail.com)

### Introdução

As transformações que a contemporaneidade tem apresentado nos colocam diante de desafios práticos e interpretativos para as disputas que permeiam a relação entre capital e trabalho na cidade do Rio de Janeiro e a centralidade das favelas nesse processo. A crescente articulação entre atores sociais – sociedade civil, poder público e mercado – promove transformações de ordem econômica, política e cultural, vislumbradas como respostas ou ajustes para a atualidade das características do capitalismo globalizado.

A entrada em cena de “novos” protagonistas – organizações da sociedade civil – ancorados em discursos supostamente apartidários e supraclassistas, organizações em redes com perfil de atuação territorializada, com alto poder mobilizador, apresenta um terceiro setor capaz de construir uma mediação entre setores da população e mercado. Notamos que é na esfera das formas e práticas culturais, entendidas como construções discursivas norteadoras dos sentidos para as ações, que estão se constituindo as disputas.

O objetivo desse artigo é contribuir para o debate em torno das novas formas de sociabilidade criadas e fomentadas a partir das múltiplas mediações protagonizadas por ONGs e suas fontes de financiamento tanto públicas como privadas. Neste universo, uma categoria vem se destacando como central para melhorar a *performance* do novo trabalhador – o capital social. Este, quando articulado aos valores do empreendedorismo e da laborosidade, adquire uma funcionalidade na formação de novas subjetividades

---

<sup>40</sup> Esta pesquisa é parte do projeto de doutorado iniciado em 2014 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na UERJ.

mais adaptadas e adaptáveis a crescente necessidade de inovação e ao clima de incertezas do atual modo de produção.

### **Ideologia do empreendedorismo e atuação da sociedade civil**

No crescente processo de vocalização das demandas sociais em torno da efetivação de direitos, um complexo arranjo de sujeitos vem protagonizando formas de atendimento dessas demandas: as parcerias entre mercado, Estado e Organizações Não-governamentais.

Essa parceira vem sendo responsável pela promoção do empreendedorismo como ideologia cuja funcionalidade é estruturante para as novas bases do capitalismo flexível, desterritorializado e competitivo, que não pode prescindir de um mínimo de coesão social para sua expansão. Neste sentido, o canal ideal de fomento dessa ideologia são os projetos desenvolvidos junto à parcela da população prestes a entrar no processo produtivo como trabalhador – as juventudes das periferias e favelas – cujo objetivo é desenvolver competências para a empregabilidade, seja de forma subalterna, seja com um viés empreendedor.

Entendemos que os esforços, inovações e projetos dessas organizações constituem-se em processos formativos não formais, cujas dimensões para a produção de sociabilidade, entendida aqui como práticas sociais orientadas por valores e concepções de mundo, são tão significativos quanto os processos formais e institucionalizados pela escola.

A área de atuação dessas organizações não é apenas local, mas nacional, e contam com uma extensa rede de parcerias institucionais envolvendo o poder público, outras organizações da sociedade civil, empresas, universidades, fundações privadas e de fomento à pesquisa social, bancos, organizações multilaterais de fomento na área social.

Da mesma forma que esses inúmeros projetos podem representar sociabilidades alternativas diante da presença ostensiva da violência e poder de atração do tráfico, um olhar mais analítico para os objetivos, metodologias e categorias utilizados por projetos nos permite estabelecer relações acerca do *modus operandi* que vem marcando a

atuação de duas importantes organizações não-governamentais: Grupo Cultural Afroreggae e Central Única das Favelas (CUFA).

Tomado como realidade inexorável, o empreendedorismo como ideologia se apresenta não como uma possível leitura da realidade, mas como verdade absoluta e única (Cardoso, 2008). Sua aparência de universalidade vem norteando as pautas e as intervenções junto às referidas ONGs ora de modo explícito ora de modo diluído em pautas referentes à educação, formação humana, práticas culturais e até mesmo direitos. A desresponsabilização do Estado e da dimensão histórico-social da relação capital e trabalho promovem uma ressignificação da categoria trabalho a partir de uma sociabilidade ancorada na cultura do empreendedorismo. Esse processo tem reforçado uma perspectiva individualizante fortemente marcada pelo autoemprego.

Para exemplificar a questão acima, reproduzo parte do discurso de Celso Athayde, fundador da CUFA:

“Há tempos percebo as transformações que ocorrem nas favelas impulsionadas pelo empreendedorismo.(...) Foi esse pensamento e a necessidade de criar um ambiente favorável aos negócios dentro das favelas que nos levou a criar a LEC (Liga dos Empreendedores Comunitários).

Cada dia tenho mais convicção que a nova fase da emancipação das favelas passa necessariamente pelo fortalecimento da livre iniciativa e do empreendedorismo. Hoje, as favelas são um mercado consumidor de mais de 50 bilhões de reais. Se as favelas brasileiras fossem um estado da federação, seriam o 5º maior estado do país. A tal da Nova Classe Média cresceu mais nas favelas do que no restante do Brasil. Simplesmente não dá para ignorar o potencial que este novo mercado significa não só para as grandes empresas, mas principalmente para o empreendedor que mora na favela.”<sup>41</sup>

De outra forma, o Grupo Cultural Afroreggae produz material informativo e formativo buscando orientar estudantes de diversas idades para a resolução de conflitos a partir do desenvolvimento de habilidades socioemocionais ligadas às noções de responsabilidade, superação, avaliação e autoavaliação, trabalho em equipe enquanto requisitos para resolução de conflitos e integração social.<sup>42</sup> Em sua cartilha<sup>43</sup>, aparecem

<sup>41</sup> Disponível em <http://cufa.org.br/mudancas-na-cufa/>. Acesso em 12 de out. 2014.

<sup>42</sup> “Um programa bem sucedido citado pelo estudo é o “Empresários pela Inclusão Social”, de Portugal, preocupado em melhorar o rendimento e reduzir o abandono de alunos de 7ª e 8ª séries. Em grupo, os alunos aprendem a estudar e trabalhar em equipe, treinam suas competências sociais e praticam o controle da ansiedade e do excesso de críticas aos demais”. Disponível em



seis orientações para melhorar a escola, entretanto, o conceito-chave seria avaliação do professor como ferramenta fundamental para uma escola de qualidade.

O universo de atuação dessas organizações representa processos formativos não formais cujas dimensões para a produção de sociabilidade são percebidas aqui como práticas sociais orientadas por valores e concepções de mundo.

Esse novo padrão de sociabilidade propõe que os indivíduos se reconheçam como sujeitos dotados de uma flexibilidade necessária para compreender e interagir com especificidades que podem ser conjunturais (históricas/temporais) e locais (culturais). Situa-se aqui a construção de um sujeito *atemporal* e *a-histórico*, descontextualizado, mas apto para adaptar-se, destituído de uma historicidade que lhe permita compreender-se enquanto ser social, produto e produtor de relações sociais imersas em um conjunto maior, uma totalidade, de processos concretos de reprodução de existência permeado pela luta de classes.

A temporalidade e a flexibilidade dos fluxos dos mercados, financeirizados ou produtores de mercadorias, demandam cenários estáveis, mas pouco resistentes a mudanças, a fim de onerar o mínimo possível o capital, seja ele estatal ou privado. Por cenários estáveis entendemos contextos locais representados por governos locais, instituições, mercados locais e sociedade civil organizada, pautados por princípios funcionais ao processo de acumulação neoliberal.

## Juventudes e trabalho

Reconhecer a liminaridade da condição juvenil apontada por Regina R. Novaes nos estudos sobre a categoria juventude não impede o mapeamento dos condicionantes sociais dos processos de socialização das juventudes. Da mesma forma, a partir das análises deste segmento, percebemos as vulnerabilidades a que estão expostos em decorrência das desigualdades sociais e diante das mudanças no mundo do trabalho e

---

<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/31117/escola-deve-ajudar-a-desenvolver-habilidades-socioemocionais/>.

<sup>43</sup> Afroreggae Coleção Conversas #5 A escola tá um saco, posso largar os estudos? Disponível em <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/colecaoconversas5.pdf> . Acesso em 10 out. 2014.

das atuais formas de inserção no mercado de trabalho. São, portanto, os jovens da classe trabalhadora os sujeitos focais dos projetos como forma de diluir sua condição de vulnerável, a partir da ampliação de oportunidades e acesso à informação e processos formativos através de atividades e projetos culturais, esportivos, políticos voltados para a reconstrução da cidadania (Abramo, 1997). Retomamos aqui a importância da categoria trabalho como elemento central das políticas públicas para a juventude – a que está na favela ou nas periferias.

A contribuição de pesquisas investigando as singularidades envolvendo a execução de projetos voltados para o público jovem possibilita perceber limites, acertos e desacertos não apenas em relação ao *modus operandi* e as consequências para os sujeitos envolvidos, mas a eficácia das bases conceituais e das premissas iniciais em sua origem. Percebemos essas últimas como expressões de uma totalidade de relações cujas determinantes estão no modelo societário hegemônico produtor e reproduzidor de representações sobre juventude.

Estudo realizado por Velazco (2014) conferiu visibilidade a processos e dispositivos que compõem os repertórios discursivos orientadores das práticas via projetos focados nas juventudes das favelas cariocas no sentido de “conduzir suas condutas para que possam contribuir à produção da ‘cidade integrada’” (Velazco, 2014).

### **Capital social: redimensionando as condições de reprodução social**

A última década do século XX, diante das crises decorrentes da financeirização da economia mundial, colocou os países periféricos da economia mundializada diante da necessidade de ajustes no modelo de desenvolvimento. São os ajustes superestruturais que se complementarão aos ajustes macroeconômicos em curso no modelo de desenvolvimento.

Nos países periféricos, esses ajustes envolvem discursos em torno das categorias, polissêmicas, de desenvolvimento local (Oliveira, 2001), pobreza, cidadania e sociedade civil, por exemplo, mas atravessados e redimensionados a partir de categorias neoliberais de harmonia social, não-conflito, coesão social e individualismo. Essa perspectiva descentralizadora, mas não necessariamente desconcentradora, enseja

modernos mecanismos de mobilização de recursos humanos e materiais supostamente permeados por uma horizontalidade na organização de redes de comunicação, informação e participação.

Diante do agravamento das condições materiais, da crescente perda de poder do trabalho frente ao capital e do iminente retrocesso de direitos por medidas flexibilizadoras, é no plano superestrutural que as estratégias de manutenção do controle sobre o trabalho, este central para o processo de acumulação capitalista, que se busca essa manutenção estendendo ao máximo o limite da capacidade de trabalho.

A centralidade da categoria trabalho nas políticas públicas para desenvolvimento representa processos de normatização da emancipação política, mas não necessariamente humana (Marx, 2010), principalmente quando atravessadas pelos interesses do mercado e mediadas por este. O crescimento dos mecanismos de regulação social operados pelo mercado vem ampliando a própria concepção de trabalho enquanto mercadoria (Chesnais, 1996; Castel, 2010).

Numa forma de atualização de um tipo de darwinismo social, e partindo de uma concepção de pobreza como anomalia social, princípios e conceitos liberais ganham tonalidades palatáveis e funcionais aos modernos processos de acumulação nas políticas públicas para gestão da pobreza. Individualismo, competências, habilidades, coesão social, resolução de conflitos, empreendedorismo, empoderamento são alguns conceitos que possuem tal funcionalidade.

Dentro desta perspectiva, a pobreza vem se tornando o foco de políticas públicas, cujas orientações têm origem em documentos de agências multilaterais – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organizações das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) –, não apenas sob forma de financiamento, mas fundamentação teórica (Motta, 2012).

O conceito de capital social desenvolvido por Pierre Bourdieu e James S. Coleman não é novidade, no entanto, esse conceito tem seu uso atualizado a partir das ideias de Robert Putnam e Francis Fukuyama. Para a Teoria do Capital Social, as

respostas para a questão social envolvem uma mudança comportamental na busca de cooperação, confiança e ‘espírito cívico’. Pressupõe “disseminação de valores de solidariedade, de sentimentos de prosperidade e coesão social, da cultura cívica, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando o capital financeiro e material ao capital social, o que tornaria, assim, a dimensão econômica mais humana” (Motta, 2012, p.180).

Neste sentido, a relação entre cultura e formação humana, em seus diversos formatos, possibilita uma gama de ações e estratégias mediadoras na transmissão de valores e princípios que pouco complexificam a realidade, no sentido de problematizar os limites de ações de caráter pontual, mas também como geradora de capital humano e capital social.

O capital social passa a ser concebido como um importante ativo intangível, sendo incorporado pela agenda de instituições multilaterais como o Banco Mundial como medida de eficiência (melhora da rentabilidade) de projetos (Higgins, 2005).

De acordo com documento do Banco Mundial intitulado Questionário Integrado para Medir Capital Social (2003),

a abordagem acerca do capital social, mais precisamente associada ao cientista político Robert Putnam, refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos, o capital social é usado, nesse sentido, como um termo conceitual para caracterizar as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem. Assim entendido, é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber seu estado de saúde cívico. Um conjunto de problemas sociais – criminalidade, saúde, pobreza, desemprego – tem sido empiricamente associado à existência (ou falta de) capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas, conforme outras formas mais velhas entram em declínio (como resultado, por exemplo, de mudanças tecnológicas ou demográficas). Essas questões são relevantes tanto para países onde a renda *per capita* é alta, como para aqueles onde a renda é baixa. (Banco Mundial, 2003, p.6)

A centralidade das juventudes nas favelas, objeto e sujeito de muitas ações e projetos, é fundamental para a construção da sociabilidade necessária para o

desenvolvimento nos países da periferia do capitalismo, principalmente por ser apontado como segmento mais vulnerável. No entanto, a ostensiva participação do setor empresarial está além da arrecadação de recursos e do “envolvimento cívico para com os direitos das crianças”<sup>44</sup> e juventudes. Encontra-se também na formulação de metodologias, do arcabouço conceitual e da rede de relações que envolvem execução das ações dessas organizações. Neste sentido, este setor opera desempenhando uma função educadora, junto com o Estado, o que tem permitido dar a esses processos formativos as cores do mercado, reconfigurando os sentidos em torno de uma emancipação que não imponha riscos aos negócios, pois garante acesso a serviços sociais e culturais<sup>45</sup>, mas que não se transformam necessariamente em direitos.

### Referências bibliográficas:

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, mai/jun/jul/ago, 1997.

BANCO MUNDIAL. Questionário Integrado para Medir Capital Social. 2003. Disponível

<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf> . Acesso em 20 out. 2014.

BORÓN, Atílio. Prefacio a la segunda edición en lengua castellana. In: **La trama del neoliberalismo, mercado, crisis y exclusión social**. Emir Sader y Pablo Gentili (Compiladores). Buenos Aires, 25 de julio de 2003. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/se/uploads/20100609030645/latrama.pdf>.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social*. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 5 ed, - Petrópolis, RJ: Vozs; Buenos Aires: Clacso, 2008.

---

<sup>44</sup> Programa de Cooperação do UNICEF com o Brasil para o período de 2012 – 2016. Disponível em <http://www.unicef.org.br/>

<sup>45</sup> SILVA, Jailson de Souza, BARBOSA, Jorge Luiz, FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O novo carioca*. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** – São Paulo: Xamã, 1996.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó: Argos, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximação a enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis; Programa Gestão pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em <http://200.169.104.5/uploads/1144/1144.pdf>. Acesso em 7 jul. de 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** – São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTTA, Vania. **Ideologia do capital social. Atribuindo uma face mais humana ao capital.** – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

NOVAES, Regina Reys; MELLO, Cecília Campello do A. “Jovens do Rio. Circuitos, crenças e acessos”. In: **Comunicações do Iser**, n. 57. Disponível em [http://www.iser.org.br/arquivos/comunicacoes\\_do\\_iser\\_57.pdf](http://www.iser.org.br/arquivos/comunicacoes_do_iser_57.pdf). Acesso em 4 ago 2013.

VELAZCO, Dafne Jazmin de Azevedo. **O discurso da “cidade integrada” no Rio de Janeiro e suas implicações no cotidiano de jovens moradores da Cidade de Deus.** Trabalho de Conclusão de Curso; Graduação em Ciências Sociais; UFF, 2014.

## **O FUTURO DA CLASSE TRABALHADORA EM QUESTÃO: A CONDIÇÃO DOS JOVENS POBRES NA CONTEMPORANEIDADE**

Francinelly Aparecida Mattoso – Mestre em Serviço Social pela UFJF –  
Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira  
(UNIVERSO-JUIZ DE FORA)  
francimattoso@gmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo problematiza as condições vivenciadas pelos jovens pobres na contemporaneidade, a partir das dificuldades de inserção no mundo do trabalho e do trato dispensado à pobreza a partir do binômio assistência/coerção. No atual cenário político-econômico, a juventude, entendida como uma construção social, sofre amplamente as consequências do desemprego estrutural. Impõe-se a necessidade de analisar a condição juvenil nos dias de hoje a partir da centralidade que as experiências de trabalho ou ausência deste adquire na vida dos jovens.

### **1- INTRODUÇÃO**

A juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra. As diferenças existentes no interior da juventude são acentuadas pela posição que o jovem ocupa nas relações sociais e que é condicionada pelo acesso ou não aos bens públicos, culturais, pela forma como o Estado organiza as políticas sociais para este segmento e onde se localizam os jovens na cidade.

Nos últimos anos, em uma sociedade que experimenta profundas e aceleradas mudanças, indaga-se recorrentemente sobre qual lugar social está reservado aos jovens. Com suas trajetórias circunscritas a processos sociais complexos, que se alteram conforme os espaços, tempos e contextos em que estão inseridos, diferentes segmentos juvenis explicitam demandas e constroem caminhos diferenciados em suas vidas.

O cenário político-econômico atual, com o agravamento do desemprego paralelamente às exigências do mercado quanto às qualificações necessárias para acessar o primeiro emprego ou manter-se na condição de trabalhador assalariado impõe a necessária discussão e análise da condição juvenil na contemporaneidade. Dessa forma, são centrais as experiências de trabalho e não-trabalho na vida dos sujeitos, produzindo importantes impactos nas formas de pertencimento e ação política dos jovens.

Nesse sentido, torna-se fundamental a problematização acerca dos destinos dos jovens, a partir do reconhecimento de que a grande diversidade e desigualdade social implicada em suas

trajetórias desenham muitas juventudes, porém também imputam traços que as unificam e conferem sentidos comuns. Assim, essas vivências se entrecruzam e apresentam-se na sociabilidade burguesa contemporânea.

Ainda que não se conformem identidades rígidas e se estabeleçam interfaces e campos de convergência entre eles, três destinos podem ser pensados: o dos jovens vítimas da criminalização da pobreza impetrada pelo Estado contemporâneo, a partir da exponenciação da dimensão coercitiva do papel do Estado; o dos jovens que constituem o público-alvo da assistência social, a partir da ampliação da base do atendimento assistencial, com o foco na pobreza e o dos jovens que potencialmente comporão a força de trabalho.

## **2 - A JUVENTUDE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE**

Falar em juventude<sup>46</sup> implica reconhecer a temporalidade presente nessa noção. Em cada período histórico e nas várias formações sociais, as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes. Além desta diversidade, no interior da própria formação social, haverá diferenças a partir da posição que o jovem ocupa nas relações sociais.

Percebe-se que há variações na relação dos jovens com o seu tempo: para alguns jovens diante da incerteza quanto ao futuro e das satisfações que o presente disponibiliza torna-se necessário viver de modo intenso essa fase da vida. Para outros, há uma antecipação do porvir, o presente representa uma passagem em direção ao futuro, no qual o mesmo é permeado por sofrimento, uma vez que a instabilidade e a incerteza tornam-se as novas condições de “normalidade”.

Em contextos sociais marcados, dentre outros aspectos, pelas diferenças e desigualdades, a juventude deve ser pensada em suas múltiplas dimensões, buscando compreender de que maneiras os jovens, na sua diversidade, vivenciam as questões dessa fase

---

<sup>46</sup> Groppo (2000) defende que a juventude como categoria social corresponde a uma representação sócio-cultural e a uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens; significa uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas.



da vida. As diferentes juventudes são marcadas pelas (im) possibilidades relacionadas às desigualdades e que parecem ser condicionantes estruturais para negar o direito à cidadania a muitos desses jovens.

Essa negação de direitos relaciona-se às novas determinações do capitalismo contemporâneo, com profundas mudanças no mundo do trabalho a partir da crise estrutural do próprio capital e das alternativas que são formuladas sob a hegemonia da burguesia financeira. Soma-se a esse processo a intervenção do Estado na sustentação dos mecanismos de regulação social necessários ao processo de acumulação.

Soares (2000) destaca que a partir do final da década de 1970 as teses monetaristas e neoliberais passam a nortear as políticas econômicas de diferentes países em resposta à crise global do modelo de acumulação capitalista. Como consequência o que se viu foram transformações estruturais em virtude da adoção do velho ideário do liberalismo econômico em um novo contexto.

O modelo econômico que passa então a vigorar é o denominado neoliberal, que embora de natureza primordialmente econômica ao desencadear as necessárias mudanças por meio de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado, passa a fazer parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais.

No atual contexto político-econômico há a banalização do humano, a descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam. Há, dessa forma, um processo de aguçamento do caráter destrutivo para a humanidade, tanto no que se refere à devastação da natureza como no tocante à descartabilidade da força de trabalho.

Com base nesses postulados, pode-se dizer que os jovens vivem, na contemporaneidade, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, que afetam, de modo indelével, sua transição para a vida adulta. Sujeitos de uma sociedade do consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, deságuam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria –, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis.

Nos últimos anos, quer pela necessidade de uma maior permanência no sistema educacional, quer pela dificuldade dos jovens ingressarem no mercado de trabalho – e, com isso, adquirirem autonomia e independência econômica face às suas famílias, para, inclusive, constituírem novas famílias –, a condição juvenil vem sendo crescentemente prolongada.

Exemplo disso é o Brasil<sup>47</sup>, onde, por conta de uma série de injunções, tal condição foi recentemente estendida da idade de 25 para 29 anos (UNESCO, 2004).

No Brasil, boa parte da juventude sofre com o agravamento das condições sociais, em especial os residentes nos grandes centros urbanos. Os jovens se apresentam, em quadro geral, como uma população demandante de políticas públicas que proporcionem melhorias na qualidade de vida, como demonstram as pesquisas nacionais<sup>48</sup>.

### **3- A VIVÊNCIA DOS JOVENS POBRES NO PRESENTE E O FUTURO DA CLASSE TRABALHADORA EM QUESTÃO**

Os jovens compõem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violações presentes no Brasil: enfrentam enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho, sofrem impedimentos no acesso a bens culturais, não possuem direito a uma educação de qualidade e não recebem tratamento adequado no tocante às políticas públicas.

A partir de abordagens que apresentam uma retórica do medo, da violência, do horror diante de uma juventude vista como um problema social, a ideia de juventude se associa à noção de crise, desordem, irresponsabilidade, enfim, problema social a ser resolvido, que merece atenção pública.

Os jovens pobres, pertencentes à classe trabalhadora, compreendidos como um grupo heterogêneo, devido às diferenças de gênero, etnia/raça, local de moradia, escolaridade, podem ser pensados a partir de três destinos, conforme Cassab e Negreiros (2010): os jovens que constituem o público-alvo das ações coercitivas do Estado, os jovens usuários da política de assistência social e os jovens com possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

---

<sup>47</sup> No Brasil, com a aprovação em 2010 da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, o termo “jovem” passa a ser incorporado ao texto da Constituição Federal e a representar os brasileiros com idade entre 15 e 29 anos completos. (IPEA, 2013).

<sup>48</sup> Segundo a Secretaria Nacional de Juventude (2013), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (2009), o Brasil conta com aproximadamente 50 milhões de jovens, o que representa 25% da população. Apenas a metade daqueles pertencentes ao grupo de 15 a 17 anos frequenta o ensino médio. 84,8% dos jovens vivem em zonas urbanas, sendo que 72,2% desse universo vivem em moradias inadequadas fisicamente e, destes, cerca de dois milhões moram em favelas. A pesquisa ainda mostra que o desemprego juvenil é três vezes maior que a taxa entre adultos.

### **3.1- Os jovens que configuram o público-alvo da coerção e da assistência social**

Maranhão (2008), a partir da análise da hegemonia neoliberal e das medidas implementadas que tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, observa que a partir desse processo foram criadas as condições que possibilitaram tornar excedentes e supérfluos uma parcela considerável de trabalhadores. Nesse sentido, foram desenvolvidos mecanismos que tornaram a força de trabalho excedente por meio da extinção de vários postos de trabalho e a expulsão maciça de trabalhadores de seus empregos.

Com o desemprego estrutural, os jovens sofrem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo quando a essas dificuldades somam-se preconceitos relacionados à condição juvenil como o local de moradia, a aparência física, a raça, a cor, a maneira de vestir e a condição social.

Essa percepção sobre os jovens orienta o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas a esse segmento que configuram-se em estratégias de controle e o fortalecimento de um discurso e de um conjunto de práticas que culpabilizam os jovens pela violência.

Conforme assinala Pastorini (2012), o tratamento dado às manifestações imediatas da questão social indica que o capital instaurou um sistema orientado para a sua autovalorização que não depende das reais necessidades de auto-reprodução da humanidade. O sistema do capital reserva um lugar específico para a atenção às manifestações da questão social, que tem como objetivo administrar a pobreza e a população excedente.

São centrais neste contexto as ações em curso direcionadas aos segmentos pobres a partir de alternativas protetivas ao desemprego, como as políticas de transferência de renda aos pobres para alívio da pobreza, e as que incentivam o empreendedorismo por meio da capacitação para atividades autônomas e informais.

Aos demais indivíduos, considerados como perigosos e suscetíveis ao crime, como geralmente são identificados os homens negros, moradores de periferias urbanas, aos quais são associadas ideias de ameaça social, delinquência e rebeldia, são destinadas formas de institucionalização, sobretudo em instituições privativas de liberdade. Em alguns casos há até mesmo a eliminação física.

Conforme dados do IPEA (2010), 78% das mortes dos jovens do sexo masculino são ocasionadas por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito) num cenário em que a violência cotidiana é cometida por jovens contra outros jovens a partir da disseminação do porte de armas, do culto à violência e exacerbação das desigualdades sociais e a partir das intervenções desencadeadas pelo Estado para manter a ordem. Como elementos

potencializadores dessas ações há o acesso ao “dinheiro fácil”, o reconhecimento imediato e a afirmação da identidade e da auto-imagem juvenil em construção.

Esses dados traduzem a situação em que está submetida a juventude atualmente, com demonstrações de que os recursos disponibilizados a essa parcela da população mostram-se insuficientes para diminuir os níveis de deterioração das condições de vida desse segmento.

A partir do exposto, é exemplificativo o primeiro grupo juvenil abordado por Cassab e Negreiros (2010): são os jovens capturados nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado. São os “soldados” do tráfico e têm seu modo de vida, mobilidade espacial e tempo cotidiano definidos por essa forma de inserção. Seu horizonte de expectativas está circunscrito ao imediato dentro da imediatez.

O outro grupo é o dos usuários da política de assistência social. Sua condição de usuários através de programas de transferência de renda, tais como os que distribuem bolsas, e de atendidos na rede de prestação de serviços assistenciais, os definem como pobres. Essa implicação localiza esse indivíduo em sua relação com outros e no universo das relações da política e do pertencimento de classe. Apesar de sujeito de direito não se constitui como sujeito da e na ação política.

Esses jovens também possuem um outro critério de diferenciação que possui grande relevância para esta problematização: o local de moradia. Hoje, o endereço não é apenas um indicador de subalternidade econômica ou de diferenciação de classe social. Certos endereços trazem consigo a marca de áreas urbanas subjugadas pela criminalidade e negatividades.

Ao preconceito e discriminação de classe, gênero e cor, adiciona-se o preconceito e “a discriminação por endereço”. (...) Conscientes da existência da “discriminação por endereço” presente no mercado de trabalho, muitos jovens encontram estratégias para ocultar o lugar onde vivem e lançam mão de endereços de parentes, de bairros próximos ou caixas postais (NOVAES, 2008, p.122-3).

A desigualdade social manifesta-se na cidade por meio das distinções de oportunidades, das desigualdades de acesso aos bens públicos, na falta de infraestrutura urbana de determinadas localidades. Nesse sentido, o território pode cumprir importante papel de produção e reprodução das desigualdades, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza.

Os jovens sofrem com os processos que privilegiam a acumulação do capital em detrimento dos investimentos sociais. Nesse sentido, o elevado índice de mortes violentas entre os jovens, sobretudo os mais pobres, apontam para a configuração de uma sociedade que elimina os “indesejáveis”, principalmente os que estão apartados do consumo.

### 3.2- Os jovens trabalhadores

No que se refere aos jovens que compõem o terceiro grupo, Cassab e Negreiros (2010) observam que é preciso entendê-los em suas aspirações e esforços de diferenciação em relação aos jovens que se encontram em situação desprivilegiada, como são os jovens inseridos nos grupos anteriormente citados. Dessa forma, as contradições sociais se aprofundam e impactam diretamente a vida dos jovens.

Especialmente, para os jovens pobres, o trabalho pode contribuir para a supressão de certas marcas do não pertencimento. Estar trabalhando é uma forma de “mostrar” para a sociedade que pertence à classe trabalhadora e, não ao mundo do tráfico de drogas, por exemplo. Dessa forma o trabalho para esses jovens pode abrir novas vias de sociabilidade e integração societária.

No processo de transição para a vida adulta, esses sujeitos possuem dificuldades de encontrar espaços para desempenhar os novos papéis socialmente estabelecidos, relacionados à vida produtiva. Os jovens pobres vivenciam as atuais transformações societárias de forma ampliada, já que os reflexos dos processos em curso os atingem de forma a dificultar o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Com a crescente radicalização da exploração e da desigualdade social, precarização e instabilidade do emprego e a política de sistemática demonização dos jovens e judicialização de seus comportamentos, cumpre-se o papel regulador do mercado de trabalho. Consequentemente, há uma condição de instabilidade e depreciação dos direitos sociais que favorece a aceitação por estes jovens da condição de trabalhadores pobres.

Esse terceiro grupo é o que formará o segmento dos trabalhadores, segundo as autoras. Sobre eles é preciso discutir as possibilidades de tornarem-se sujeitos da ação política em sua inserção, de variadas formas, no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho hoje apresenta aos jovens requisições crescentes que envolvem o binômio trabalho/educação. Nesse sentido, a ideia de empregabilidade como atributo do trabalhador cresce. Além da formação escolar se impõe uma qualificação cada vez mais voltada às necessidades do processo de trabalho redefinido.

A escolaridade passa a ser cada vez mais cobrada, considerada como imprescindível para o desenvolvimento econômico. A qualificação para o domínio de novas tecnologias presentes nos processos de trabalho, seja nos serviços ou no fabril, surge como exigência feita pelo capital de uma força de trabalho capacitada a lidar com as inovações tecnológicas já existentes, bem como preparados para implementações constantes de novas tecnologias. A

incapacidade de manejo dessas tecnologias é um fator de déficit e de sentido de menos valia na formação do *ethos* do trabalhador.

A identidade de trabalhador pobre apresenta no plano do consentimento a ideia de empregabilidade, através da qual os trabalhadores são os próprios responsáveis pela sua entrada e continuidade no mercado de trabalho.

Nesse sentido, há a necessidade de problematizar o movimento de construção de valores sociais que influenciam a vida social como um todo e se efetiva pela reprodução social e nas relações sociais. Ao mesmo tempo em que constrói as possibilidades de conformação da subjetividade individual, o capital disputa, também, a construção da subjetividade coletiva operária, ao disseminar seus valores como universais e hegemônicos.

Embora desconheçam a noção de empregabilidade, os jovens sabem que o mercado de trabalho só lhes abrirá uma porta se forem altamente escolarizados e qualificados. Reconhecem que somente a escolarização/qualificação poderá garantir maiores possibilidades de obter uma inserção no mercado de trabalho, qualquer uma.

No conjunto dos jovens que potencialmente comporão a força de trabalho de modo mais permanente pode-se ainda distinguir três experiências diversas; os que estão tentando entrar no mercado de trabalho e ainda não obtiveram êxito, os que já estão no mercado de trabalho em postos precários ou informais e almejam outra inserção menos provisória e por fim, aqueles que estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos e lutam por sua permanência e ascensão. Nas três experiências um denominador comum, a relação entre educação e trabalho (CASSAB e NEGREIROS, 2010, p. 88).

Segundo as autoras, o primeiro segmento refere-se aos jovens que almejam entrar no mercado de trabalho e ainda não conseguiram; são os jovens pobres que não possuem condições materiais e objetivas de atender a exigência da qualificação, mas que mesmo assim sua família e ele próprio arcam com muito sacrifício com essa escolarização. Esse grupo usuário das políticas públicas de formação para o trabalho sofre forte influência das tendências que elas apresentam ao longo do tempo, na alteração de sua ênfase entre o assistencial e o instrumental.

Porém, esse segmento de jovens depara-se com dificuldades inerentes à sua condição de classe, seja em virtude de não possuírem uma rede de vínculos sociais que lhes garanta a possibilidade de obter um emprego de qualidade ou não dispor de um patrimônio de relações de outros trabalhadores que estejam em bons empregos e lhes ofereçam informações e acessos, o que limita suas possibilidades.

O segundo segmento, composto por aqueles que já estão no mercado de trabalho em postos precários e informais e almejam outra inserção é composto por jovens que trabalham, em sua maioria, no setor de serviços, em pequenas e médias indústrias com péssimas condições de trabalho e salários baixos, e os jovens que trabalham na informalidade. Esses jovens desejam ter

outra inserção no mercado de trabalho, ou seja, obter um trabalho formal, com direitos garantidos, que lhes possibilitem inclusive melhores condições de vida.

Suas dificuldades derivam da baixa escolaridade, da incompletude do ensino médio e não possuem condições de arcar com a continuidade dos estudos e muitas vezes não têm tempo para isso. Esses jovens permanecem pouco tempo em um mesmo posto de trabalho e vivenciam grande rotatividade de empregos e funções.

Por fim, as autoras destacam aqueles que são a minoria, os quais estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos e que buscam sua permanência. São os jovens inseridos em grandes empresas e nas instituições públicas e que passaram por um processo de formação. Muitos destes tentam conciliar o trabalho com educação em busca de conquistar outra inserção social. Possuem como horizonte a permanência no posto de trabalho que ocupam, bem como ter a possibilidade de progredir nos quadros da empresa/instituição.

As questões problematizadas no que se referem à inserção dos jovens no mundo do trabalho revelam os desafios apresentados a esses sujeitos nos dias de hoje.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os jovens, apesar de terem as mesmas idades, vivem juventudes desiguais. O entendimento que perpassa essa discussão é a de que as diferenças, desigualdades e distinções entre os jovens desenham juventudes, com traços que as unificam e conferem sentidos comuns ao que aparentemente não traz identidades entre si.

Assumindo-se, portanto, essa visão de juventude, a centralidade das experiências educacionais e de trabalho na vida juvenil apresenta a necessidade de se considerar, a partir das transformações sociais e tecnológicas dos últimos anos, a importância dessas experiências como dimensões constitutivas do ser jovem no mundo de hoje.

A configuração das forças produtivas no cenário atual permite afirmar que o chamado desemprego estrutural tende a se tornar uma característica permanente da sociedade do capital. Ou seja, mesmo a implementação de medidas que protelem a entrada dos jovens no mercado formal de trabalho, terminam por não enfrentar a gravidade da questão.

Aliado ao medo do desemprego e das preocupações com o mundo do trabalho, a violência destaca-se como um dos problemas que mais acomete os jovens no atual contexto, principalmente os do sexo masculino.

Pode-se afirmar que a geração atual de jovens se singulariza pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, já que representam o segmento etário mais afetado pelas

mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, e a exposição à violência, sendo esta a evidência que permite afirmar que a escalada da violência homicida no país avança vitimando, preferencialmente, a juventude.

Em questão está o futuro da classe trabalhadora. Reforça-se a constatação de que as ações destinadas aos jovens precisam levar em consideração as especificidades vivenciadas por esses sujeitos na contemporaneidade, como experiência sócio-cultural particular, experiência essa de uma geração marcada pelo desemprego e pelas dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas a partir de seus locais de moradia.

Essas ações podem contribuir para que os jovens filhos de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, e que hoje reproduzem sua vida em condições de incerteza e precariedade, tenham possibilidades reais de participação na vida social.

Na luta pela sobrevivência, vivenciada cotidianamente, os jovens pobres podem ter um horizonte que extrapola a imediatividade de suas demandas e apresenta possibilidades de participação na transformação da realidade social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASSAB, M. A. T.; NEGREIROS, A. Jovens trabalhadores e o debate da redução da jornada de trabalho. **Revista Versus Acadêmica**, Rio de Janeiro: UFRJ, abril de 2010. p. 85-91.
- GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Juventude levada em conta – Demografia**. Brasília: IPEA, 2013.
- MARANHÃO, C. H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: BEHRING, E. R; ALMEIDA, M. H. T. de. (Orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percurso e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.
- NOVAES, R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 121-141.
- PASTORINI, A. Transformações societárias e questão social: as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: ENPESS, 13, 2012, Juiz de Fora. **Anais do XIII ENPESS**. Juiz de Fora: ABEPSS, 2012, p. 1-9.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: SNJ, 2013.
- SOARES. L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- UNESCO. **Políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.



# GT 2

## Resumos Expandidos

### Culturas juvenis, informalidades, ilegalidades e precariedades

## **FILHOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000**

Luiz Paulo Jesus de Oliveira (UFRB)

luzpaulooliveira@gmail.com

GT2 – Culturas juvenis, informalidades, ilegalidades e precariedades

No início dos anos 2000, os jovens reapareceram na cena pública brasileira como problema social, objeto de problematização e intervenção pública, que estava na “agenda do dia” dos pesquisadores das universidades, das instituições e organismos internacionais (UNESCO, OIT e outras), das Ong’s, dos planejadores e executores das políticas públicas entre os diversos entes federados do Estado brasileiro. No epicentro da agenda, o problema do desemprego juvenil surgia enquanto preocupação e questão de primeira ordem a ser enfrentada, colocando em evidência as mutações e as dificuldades encontradas pelos jovens no processo de transição e inserção num mercado de trabalho brasileiro reestruturado. Segundo os dados Pnad/IBGE, em 1999, havia 14 milhões de jovens brasileiros “sem-emprego” na faixa etária de 15 a 24 anos, ou seja, 71% dos jovens economicamente ativos estavam de desempregados (3,6 milhões) ou ocupados na informalidade (10,4 milhões). Quando comparado com os dados de 1992, verifica-se que os jovens dos anos de 1990 se incorporaram ao mercado de trabalho com déficits estruturais de lugares, uma vez que a taxa de desemprego juvenil aumentou expressivamente, saindo do patamar de 11,9% em 1992 para 18,3%, em 1999, um aumento de 1,4 milhões de jovens desempregados em 1999. Embora se tenha observado uma retomada do nível de ocupação, de geração de empregos formais, redução das taxas de desemprego e elevação do rendimento médio dos trabalhadores ocupados, frente a uma conjuntura favorável à retomada do crescimento da economia brasileira a partir de 2004, a herança dos anos de 1990 persistiu ao longo dos anos 2000, sendo que as taxas de desemprego juvenil apresentaram uma curva crescente até o ano de 2005 (19,6%), com redução nos anos seguintes até 2008 (15,7%), e em 2009, após os efeitos negativos da crise mundial, retomou ao mesmo patamar registrado pela Pnad em 1999 (18%). Após uma década, houve uma pequena redução dos jovens brasileiros “sem emprego”,

de 8 p.p. (pontos percentuais), que em números absolutos significa que havia em 2009, 13 milhões de jovens que ainda se encontravam a margem do trabalho socialmente protegido. Embora tenha ocorrido uma leve redução da taxa de desemprego, isto não implicou na redução do estoque de jovens desempregados (3,7 milhões, 100 mil a mais em relação 1999), portanto, continuam sobre-representados entre desempregados do país (44%). Neste sentido, objetiva-se neste trabalho apresentar os principais resultados da minha pesquisa de doutoramento, concluída em 2013, que teve como principal objetivo analisar as principais transformações e especificidades dos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, mediante o estudo de caso das trajetórias sócio-ocupacionais, das experiências de trabalho e expectativas futuras de jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador, as quais podem nos oferecer os elementos teórico-empíricos de compreensão das mutações do trabalho e de seus significados sociais, culturais e políticos incrustados na cartografia e na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, bem como as suas implicações na própria vivência da condição juvenil. Parte do pressuposto que o trabalho é um eixo estruturante da condição juvenil brasileira, não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Para os jovens pobres, filhos e filhas da classe trabalhadora, das camadas populares, a juventude não pode ser caracterizada como *moratória* em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida porque trabalham, para assegurar o mínimo de recursos para a sobrevivência familiar, o lazer, o estudo, o namoro etc. Logo, o mundo do trabalho se configura como uma mediação efetiva e simbólica de experimentação da condição juvenil brasileira. A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas nos padrões brasileiro de transição escola-trabalho; provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram no adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas) passaram a ser disputadas entre jovens e adultos. Nos anos 2000, observa-se uma relativa melhora dos principais indicadores do mercado de trabalho (aumento da formalização do emprego; a redução do desemprego e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores). Mas, tal processo não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos, sobre eles recaem a vivência desigual da precarização

social do trabalho, estando mais vulneráveis ao desemprego, e, às formas de trabalho e contrato mais precários (terceirizado, contrato temporário, estágios etc.). Neste sentido, conclui-se que na cartografia social dos mercados de trabalho metropolitanos, os jovens trabalhadores das RMS são aqueles que estão mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de desempregados. Portanto, sobre eles o peso das transformações do mundo do trabalho assume feições próprias, cujos percursos, trajetórias de trabalho e expectativas futuras carregam as marcas materiais e simbólicas da herança socialmente imposta: *filhos da precarização social do trabalho*. Por fim, este estudo se baseia na análise dos dados secundários e nos principais resultados de um estudo de caso, de caráter qualitativo, realizado com 21 jovens egressos do Consórcio Social da Juventude na Região Metropolitana de Salvador entre os anos de 2004 e 2007.

**PALAVRA-CHAVES:** Juventude trabalhadora; Mercado de Trabalho; Precarização Social do Trabalho Juvenil

## A VITÓRIA SOCIAL NO PRECARIADO: ASCENSÃO OU ESTAGNAÇÃO?

Prof. Ms. Márcio Renato Teixeira Benevides – Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: [marcio\\_rhcp@yahoo.com.br](mailto:marcio_rhcp@yahoo.com.br)

Agência Financiadora: CNPq

Esta pesquisa discute as estratégias contidas nos investimentos agentivos promovidos por jovens trabalhadores do município de Fortaleza, no contexto do trabalho precário. Os interlocutores com quem dialogo são moradores de periferias da capital cearense, oriundos de escolas públicas, com renda familiar, geralmente, inferior a dois salários mínimos e que trabalham em uma megaempresa de *call center*. Vale destacar que trabalho nesse *locus* de pesquisa há cerca de cinco anos produzindo Benevides (2011; 2013; 2014).

É perceptível nos discursos e nas narrativas desses jovens que há uma negatividade a respeito do exercício laboral na empresa a qual eles pertencem. De fato, os impactos dos processos de precarização do trabalho são muito fortes na vida dos trabalhadores. A terceirização, a reengenharia, a tecnologização, a reestruturação produtiva, a descartabilidade, dentre outros fenômenos, não são meros discursos analíticos – visto em leituras relevantes como por exemplo em Antunes (2006), Cavalcante (2009), Sennett (2008) e Vilela (2004) -, mas se enraízam e ganham concretude nos cotidianos de quem vive do trabalho.

A situação de instabilidade do emprego – com uma taxa média de demissão de 25% do efetivo dos trabalhadores – e a “urgência” dos tempos com relação à juventude e suas responsabilidades acabam influenciando nas tomadas de decisão dos funcionários. Nesse sentido, se fortalece a necessidade de lutar por algo mais seguro e mais estável na sociedade. Via de regra, a opção tomada por meus interlocutores é a de ingressar no Ensino Superior em alguma faculdade privada, financiando seus estudos por meio dos salários obtidos no trabalho.

O emprego no *call center* é caracterizado pelos discursos de flexibilidade e de motivação para os trabalhadores, sempre conciliando as ideias de meritocracia com as noções de expectativas e necessidades. Nesse bojo, é cada vez mais comum o misto de sensações em um lugar onde se compreende o trabalho como algo “ruim”, mas que pode

servir como um “trampolim” para a melhoria de vida de cada jovem, como visto também em Georges (2009) e Venco (2009).

O que pode ser observado com clareza é a visão instrumental tanto do trabalho como da diplomação. No caso do trabalho, como o elemento que consegue garantir as condições materiais objetivas para o financiamento dos estudos. Por sua vez, o diploma de “graduado” surge mobilizando uma esperança coletiva de mobilidade social, além de imprimir um *status* diferenciado entre seus pares.

Portanto, encarar a circunstancialidade do emprego como algo concreto e necessário para uma possibilidade de ascensão faz parte da crença alimentada por estes jovens trabalhadores com quem me relaciono. Entretanto, é preciso destacar que essa “mobilidade” tem se dado maneira muito fluida e diretamente ligada à perspectiva da possibilidade de ser reconhecido enquanto consumidor - vale aqui mencionar as perspectivas de Bauman (2001; 2008), Canclini (2008), Mészáros (2007) e Santos (2007) -. Como assalariados e mantenedores de suas próprias casas, o que sobra para investir nos estudos é financeiramente insatisfatório, no sentido de que tanto as instituições de ensino como os cursos escolhidos são opções feitas a partir do dinheiro que lhes sobram em cada mês.

O que a pesquisa tem mostrado é que há uma dupla representação. Se por um lado, o esforço para a obtenção do diploma não tem trazido uma concreta mobilidade social, por outro lado há um reconhecimento muito grande por parte das redes de sociabilidade de cada um desses trabalhadores. O simples fato deles possuírem um trabalho de carteira assinada ou por fazerem alguma faculdade já lhes imprime uma condição diferenciada de prestígio e “consideração”. Esse nível de *status* aparece nos discursos emergentes nas comunidades atrelado ao elemento da “vitória”. Portanto, há uma tensão entre um cenário estrutural de mobilidade reduzida e uma empolgação discursiva, a partir de baixas expectativas sociais, que gera vencedores do precariado.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. Disponível

Em

<<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%20LIVRO%20GRA%C3>

%87A202007.pdf>. Acessado em 03 de outubro de 2011. ITCP/USP: São Paulo, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENEVIDES, Márcio R. T. **As faces da oportunidade no Capitalismo Contemporâneo**: da paranóia à consternação em uma empresa de *call center*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

\_\_\_\_\_. **Expectatividades e necessidades**: as estratégias de adesão, sobrevivência e resistência de jovens trabalhadores do *call center*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

\_\_\_\_\_. Jovens supervisores de um *call center*: ex-teleoperadores ou sujeitos responsáveis pelo exercício disciplinar da empresa. **Sociologias Plurais**, v.1, n. 2, ago. 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2008.

CAVALCANTE, Sávio. **Sindicalismo e privatização das telecomunicações**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GEORGES, Isabel. Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma nova cultura política emancipatória. In: \_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VENCO, Selma. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

VILELA, Lailah Vasconcelos de Oliveira; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Os mecanismos de controle da atividade no setor de teleatendimento e as queixas de cansaço e esgotamento dos trabalhadores. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(4):1069-1078, jul-ago, 2004



## **Adolescentes, periféricos e ilegais**

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes- PGCDs- UFRPE;  
aragaouchoa@hotmail.com

CNPQ

Priscila Karla da Silva Marinho- UFRPE  
pri\_facchini@yahoo.com.br

CNPQ

Michelle Cristina Rufino Maciel- UFRPE  
michelle8maciel@gmail.com

CNPQ

Laura Susana Duque-Arrazola-PGCDs-UFRPE  
lsduquearrazola@uol.com.br

CNPQ

GT2 – Culturas juvenis, informalidades, ilegalidades e precariedades

Sennett (2008) dá destaque à flexibilidade que está mudando o significado do trabalho, e o sentido das categorias para a sua análise. O distanciamento da perspectiva de carreira como ponto de equilíbrio reflete a intensidade das mudanças provocadas nas subjetividades dos indivíduos, seja para os que foram socializados a partir da percepção da carreira, seja, para os que demandam referências mais ou menos fixas para a construção da sua identidade, como é o caso de adolescentes e jovens. O que está associado a abordagem de Bourdieu sobre o habitus, uma vez que são estas experiências do curso de uma vida que interferem na forma como os sujeitos, remetendo ao passado, simbolizam o futuro, através de práticas e representações geradas nas regularidades, relacionadas às condições materiais de existência.

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas a longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Estas as questões sobre o caráter impostas no novo capitalismo flexível (SENNETT, 2008).

Para Claude Dubar (2005), o ressurgimento do termo identidade no vocabulário está associado à tentativa de compreender o que fundamenta e ameniza a incerteza quanto ao futuro, num contexto onde há uma “corrosão do caráter” e uma “crise de identidades” configurada. A identidade não é dada, e o indivíduo jamais a constrói sozinho, “ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias auto-definições. A identidade é produto de sucessivas socializações” (DUBAR, 2005).

Dáí a gravidade da perda progressiva e permanente da segurança nas relações de trabalho, fundamentada na precariedade reproduzida enquanto padrão formando ou corroendo o *habitus* do trabalho e do trabalhador. Para Dubar (2005) a “crise de identidades” manifesta-se através da dificuldade de inserção profissional dos jovens, na ampliação das exclusões sociais, na confusão das categorias que servem para se definir e para definir os outros. Modos de identificação variáveis na história coletiva que dependem do contexto porque, são de um lado, atribuídas pelos outros e, de outro, reivindicadas por si mesmo.

A pesquisa *Adolescentes e periféricos: trajetórias do cotidiano e marcas da cultura do consumo* expressa como esta “corrosão” nas possibilidades de construção de identidade em um ambiente hostil sob vários aspectos, influencia nas dinâmicas cotidianas e construção subjetiva de adolescentes da periferia do Recife. Adolescente e jovens periféricos/as, que apresentam marcas simbólicas e subjetivas relacionadas ao cotidiano em uma cidade constituída através da desigualdade na distribuição social e espacial, e as diferentes formas de vinculação estabelecidas por esses/as adolescentes através do trabalho [informal, ilegal e precário] e o consumo.

Esse trabalho informal, ilegal e precário, sobretudo o “trabalho” quando nos referimos ao tráfico e/ou roubo, vem assumindo um sentido na vida dos adolescentes, haja vista a expressiva fala dos adolescentes quando enfatizam que tem “um trabalho, uma renda”, isso quando estão envolvidos com o tráfico de drogas e/ou roubo, pois o recurso proveniente dessas ações vem viabilizar desde o acesso as necessidades básicas como o aluguel, a alimentação da família até o acesso a artigos de consumo, como o tênis, o vestuário, o acessório da marca, além de que é tão importante para construção da sua valorização e autoimagem do adolescente no território.

Nesse processo não podemos deixar de refletir sobre as contribuições de Martins (2009) quando chama atenção para o problema da exclusão social numa sociedade capitalista, na medida em que se reforça a ideia da reinclusão, porém essa reclusão se dá quando uma pessoa consegue ganhar alguma coisa (recurso) para sobreviver, mas essa reinclusão não se dá no plano social. Haja vista que a “pessoa não consegue se reintegrar numa sociabilidade “normal”, a reintegração não se dá sem deformações no plano moral” (MARTINS, 2009 p. 33) E isso acontece de modo dramático quando falamos dos adolescentes em conflito com a lei, nesse caso mais específico, os

adolescentes envolvidos com o trabalho informal, ilegal e precário como o tráfico de drogas e o roubo.

Herdeiros de uma determinada posição social que se caracteriza pelo silenciamento e a vivência de inseguranças intergeracionais, o que os filia na maior parte dos casos à *Rale* discutida por Jessé de Souza, esses adolescentes e jovens encontram em um ambiente “corroído”, alternativas muitas vezes informais e ilegais para romper com o contexto de limitação que os cerca.

A reflexão sobre estes sujeitos na referida pesquisa se volta para adolescentes que vivenciam esta realidade de forma bastante específica. Estão privados de liberdade. Foram retirados do convívio no território por ter cometido algum tipo ato infracional. Entre os/as adolescentes, de acordo com Costa e Palmeira (2010 *apud* Nascimento et al., 2012) a idade mais propícia para à prática de delitos situa-se entre 15 a 17 anos, momento em que a família, escolas, amigos e comunidade, tornam-se determinantes na formação dos/as aspectos identitários destes/as adolescentes. Fundamentais à “percepção [...] de que fazem parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional” (MANNHEIM, 1982 *apud* CASTRO, 2005). Estar na escola, viver em família, estabelecer relações equilibradas e promotoras de autonomia no território, ter uma imagem positiva sobre si mesmo/a e sobre os outros, se sentir escutado/a e levado em consideração, são elementos que produzem oportunidade de um funcionamento adequado em sociedade. Fatores, portanto, de proteção, que se revelam como atenuadores do impacto dos fatores de risco. Conforme diz Jório, Venturine e Oliveira (2009) o abandono escolar é atribuído à ineficácia dos métodos educacionais em sua totalidade. É observado, portanto que a escola se faz ausente ou simplesmente não foi um espaço de constituição de vínculos na trajetória destes adolescentes.

Entre os jovens, inferimos que é a persistência deste quadro, que os vinculam ainda adolescentes aos atos infracionais, assim como a pobreza e a exclusão guardam aspectos intergeracionais. A análise do sistema socioeducativo e carcerário têm demonstrado que as práticas informais e ilegais de trabalho, ou aferição de renda, remontam a persistências nas relações estabelecidas com o território, o Estado, a escola, a sociedade, o trabalho e o consumo.

A violência comprovadamente tem endereço e ocorre principalmente nas periferias brasileiras e possui índices comparáveis a uma situação de guerra. De acordo com

Waiselfisz (2013) no Mapa da Violência de 2013, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Sistema de informação e Monitoramento/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino (WASELFISZ, 2013).

Adolescentes em conflito com a lei estão inseridos nesse público, vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social que o Mapa da Violência evidencia. Mas o apelo midiático produz a narrativa sobre estes/as a partir privilegiadamente dos comportamentos transgressores, o que justificaria os argumentos relativos à redução da maioria penal. Para os que advogam não há passado, não haveriam persistências e inferimos nenhum interesse de realmente refletir sobre justiça social.

Entre os atos infracionais mais recorrentes nas entrevistas, observa-se o tráfico de drogas, sucedido de roubo, porte de arma e homicídio. O que de certa forma corrobora com o Levantamento Nacional realizado pelo SINASE em 2012, onde temos o roubo liderando o *ranking* com 38,1% das infrações cometidas, seguido pelo tráfico representando 26,6%, homicídio 8,4% e furto com representação de 6,3% do total de infrações cometidas no Brasil.

Os dados apresentados revelam um contexto de significação dos atos infracionais na adolescência e na juventude que os vincula a um campo de análise muito mais amplo do que o da violência provocada pelo tráfico e pelas armas de fogo. As desigualdades persistentes que caracterizam a nossa sociabilidade têm correspondência direta com este quadro, e é a arma mais letal de nossa sociedade. Seja pela frágil identificação que produz com a escola e trabalho, seja pelo desigual acesso ao universo do consumo, seja pela inserção precária às riquezas produzidas pela sociedade. Trazer a trajetória destes sujeitos para a análise do mundo do trabalho precário, informal e ilegal a que se vinculam estes adolescentes e jovens, é reconhecer o campo que constitui a precariedade, informalidade e a ilegalidade na sociedade brasileira.

## GÊNERO, MERCADOS ILEGAIS E DIFERENÇAS

**Lúcia Lamounier Sena – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**

[Llsena.bh65@gmail.com](mailto:Llsena.bh65@gmail.com)

Um dos elementos centrais na lógica de funcionamento dos mercados diz respeito à dinâmica de disputas que se estabelece, entre outras coisas, pelas possibilidades diferenciadas de participação, de formatos produtivos, diversidades de poder de negociar, distribuir e apropriar-se dos bens ofertados, seja de natureza simbólica ou material, inclusive a força de trabalho. As desiguais modalidades em que as disputas têm lugar podem ser ilustradas quando se pensa em uma integração aos mercados globais. Uma forma de conexão pode ser através de uma startup que atenderá um segmento de mercado global. Outra forma bem distinta é fazer parte de uma conexão das redes produtoras de produtos de logos globais como, por exemplo, o mercado da moda na condição de mão de obra boliviana, atuando em modalidades semelhantes à mão de obra escrava que funciona em São Paulo ou qualquer outra capital da América Latina. Ambas as redes estão ligadas aos sistemas globais cuja dinâmica de conexões funciona como um sistema aberto. Para ambas, as incertezas que permeiam os mercados são inerentes. No entanto, o embricamento, mais ou menos estreito, entre os domínios legais e ilegais, que permeiam cada uma dessas formas de rede revelam as distinções sobre os acessos, os tipos de recursos disponíveis que são acionados pelas conexões para e respectivas possibilidades de controle, a natureza diversa dos agentes conectores. O tráfico de drogas ilícitas é um exemplo privilegiado de um sistema aberto, formado por um padrão ampliado e autônomo de conexões, que atuam como processos de composição de uma estrutura de comercialização em redes. São conexões que podem se estruturar em âmbitos locais, nacionais ou transnacionais que abarcam uma diversidade de agentes e práticas não necessariamente conformando uma unidade a que se atribui como o tráfico de drogas. As circunstâncias que envolvem os deslocamentos e posições ocupadas por um agente em um espaço social de relações, em que as conexões estabelecidas no âmbito de uma rede de comércio de drogas, não são relativas à uma essência, uma *persona* vasculhada na sua formatação *suis generis*, na linear genialidade ou desastre de sua existência. As experiências assumem a perspectiva das condições de

possibilidade de participação em um mercado formal e/ou informal de trabalho e/ou em um mercado ilegal – conexões favorecidas ou interdidas por mecanismos sociais - nas diversidades de formas assumidas pelas redes de comercialização – conexões que determinam práticas relativas à dinâmica própria dessa diversidade de transação, que por sua vez são atreladas aos agentes. O elemento central de reflexão deste artigo diz respeito às diferenças entre as experiências de autonomia (recursos e controles) das e entre algumas jovens mulheres que em algum momento da sua trajetória participaram (ou permanecem participando) de redes comercialização de drogas, mas com sentidos e formas de empresariamento da sua conexão com essas redes diferenciados, inclusive para elas próprias. Os fundamentos políticos da diferença evidenciam-se na obliteração de um sentido (relativamente hegemônico) que cria uma categoria de diferenciação social, um sujeito político (Scott, 2001; Avatar, 2006), atrelado às práticas, a significados relativos aos seus atributos (adquiridos ou herdados), às condições sociais, materiais e simbólicas do seu estar no mundo, transpostos para o seu ser no mundo. Adaptando as indagações de Avatar (2006) sobre a constituição da diferença, no que tange aos mercados de drogas ilícitas, a questão que se coloca é o que possibilita a constituição de um sujeito político que se apresenta através da sua prática representada como socialmente pertinente ou não na sua dimensão de criminalidade? Quais são os mecanismos que compõem e sustentam a especificidade dessa distinção? E finalmente, de que maneira a posição de gênero intersecciona as demais diferenças compondo um marcador específico para esse sujeito político? Este texto faz parte de uma discussão de uma parte dos dados da pesquisa sobre a participação de mulheres no tráfico de drogas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que realizei no âmbito da minha tese de doutoramento, em fase de finalização.

## **A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR – UM ESTUDO INTRODUTÓRIO**

Danielle Martins Rezende, Pedro Henrique Parada Ferrari – Universidade Federal de Uberlândia

[daniellemartinsrezende@gmail.com](mailto:daniellemartinsrezende@gmail.com) [paradaferrari@gmail.com](mailto:paradaferrari@gmail.com)

FAPEMIG, CAPES

Analisar o trabalho de maneira amplificada é compreendê-lo dentro de seus processos históricos resguardando a consciência de sua constante mutabilidade, até desembocar na forma como este se estrutura e determina as relações na conjuntura atual da sociedade capitalista e no vislumbre de diferentes alternativas para outra formação social. O modelo econômico pautado na propriedade privada dos meios de produção e na venda da força de trabalho como uma mercadoria - descrito por Karl Marx no período de seu embrionário desenvolvimento - já apresentava inúmeras contradições que hoje ainda podem ser evidenciadas cotidianamente na vivência do trabalho em si ou mesmo na ausência deste através do desemprego. O exército de reserva se expandiu a níveis exorbitantes, com isso o modo de produção capitalista, sustenta sua exploração de maneira efetiva e perversa, com a certeza de que a fila de famigerados pela obtenção de condições de sobrevivência irá se formar frente às imposições da suposta seguridade de um emprego, ou seja, que novos indivíduos sempre irão compor o quadro de funcionários, caso haja algum desfalque.

No palco da exploração do homem pelo homem no processo de trabalho alienado, os indivíduos não proprietários dos meios produtivos são culpabilizados pelo insucesso na luta desigual que acontece no ringue do mercado de trabalho. Dessa maneira, o homem moderno tem que ser altamente qualificado, resiliente e atender às demandas com louvor, para que então, possa combater os adversários em condições concretas de individualismo e competitividade. Frente a este cenário, destacamos a flexibilização do trabalho. O movimento de flexibilização do trabalho é recorrente, pois dessa maneira o capital pode exigir dos trabalhadores quaisquer competências e qualificações que sejam pertinentes ao seu próprio sucesso sustentado em situações imprevisíveis do mercado.

Realizamos a partir dessas reflexões, um recorte dos possíveis horizontes da carreira docente em sua iniciação. Ao finalizar os cursos de licenciatura, os recém formados que

queiram optar pela carreira de professor possuem no mercado de trabalho opções que geralmente recaem nas seguintes possibilidades: concursos públicos para fazerem parte do quadro efetivo da união, rede privada de ensino ou cargos de designação. Dado o tempo despendido em estudos para obtenção de títulos, além da restrição de vagas nos programas de pós graduação, ou para o surgimento de concursos públicos que exijam apenas a graduação, nota-se que muitos dos jovens que optam pela carreira docente, iniciam sua vida no labor no ensino básico de instituições privadas via contratação ou no ensino público através das chamadas designações, que também são contratos com durações amplamente variadas e muitas vezes incertas:

Essa realidade imposta através da estruturação do modelo econômico capitalista engessa a escolha dos jovens educadores que por não possuírem experiência profissional - o que dificulta sua entrada na rede privada pela acirrada competitividade e demasiadas exigências - optam pelas designações dada a maior chance de inserção imediata no mercado de trabalho. Nesse contexto os professores iniciantes abarcam nas salas de aula sem muitas vezes compreender as implicações de como seu trabalho se configura.

O plano de carreira do professor concursado no ensino básico da rede pública, geralmente, possui perspectivas limitadas. A progressão de carreira é vergonhosa e o profissional sucumbe à desvalorização e frustração de um emprego estagnado, em comparação com o veloz crescimento dos valores dos bens de consumo. A estagnação salarial representa assim, a dificuldade do trabalhador em “reproduzir os meios de subsistência”, tudo isso mergulhado na precariedade que é a escola pública e o seu próprio trabalho. O designado, no entanto, sofre para além de tais limitações com a insegurança, a instabilidade inerente dessa ocupação e a ausência de alguns benefícios restritos aos empossados.

A falta de atrativos da profissão - direcionadas principalmente à desvalorização salarial e à precarização das instituições, das condições de trabalho como um todo, influem diretamente nas escolhas da carreira, relegando a rede pública de ensino uma gama de professores que torna a atividade transitória. Em contraposição, a formação inicial recebida é repleta de exigências de desempenho eficaz para um trabalho altamente precarizado.

Ao pontuar os limites dos cargos públicos para professores no ensino básico, é factível que o numero de designados continue se expandindo devido a quantidade de



exonerações dos cargos pelos concursados, dadas as condições já citadas, que empurram o professorado para fora de sua profissão, pois ao refletir sobre questões salariais, bem estar e qualidade de vida (uma vez que o adoecimento dos professores tornou-se fator inerente à sua ocupação) o educador percebe que a única forma de caminhar para outros rumos é negar a sua própria profissão.

As implicações da transitoriedade e da expansão do mercado de designados, certamente podem ser premeditadas. Essa morfologia do trabalho incide, por exemplo, nas reflexões acerca da politicidade do ato educativo, uma vez que os profissionais acabam impossibilitados temporalmente de amadurecimentos profundos no exercício da prática. A necessidade de uma formação dialética com embasamento político e epistemológico é urgente e dificilmente é concebida em situações de transitoriedade. Nota-se que os professores que continuam trilhando nos caminhos da educação, através da inserção em programas de mestrado e doutorado, sinalizam uma forte recusa ao retorno às salas de aula do ensino básico, pois sabem que os títulos obtidos, proporcionam melhores condições para concorrer à melhores fatias do mercado, com trabalhos também precarizados, entretanto em algumas ocasiões com melhor remuneração. Outra consequência é a desvalorização da licenciatura. Com a ampliação do número de designados, não é assustador o fato de que por vezes, sobrem vagas nas escolas. Com isso, em disciplinas específicas, muitas vezes são contratados indivíduos de outras áreas de formação, e torna-se rotina a contratação de profissionais não licenciados.

A flexibilização e precariedade do trabalho do professor, deve ser contraposta através das possibilidades de luta por melhores e novas condições de trabalho. A participação do professorado nas cotidianas decisões que moldam o trabalho docente é elemento fundamental e pode contar com o apoio de instancias sindicais com a finalidade de pressionar as negociações em favor da valorização da profissão.

A formação inicial do licenciando, munida de uma compreensão que vise à totalidade do mundo do trabalho, diante da realidade em movimento e contraditória, concebe profissionais com maior capacidade de atuação e confronto no espaço de disputa que é o trabalho.

Quando os trabalhadores se inserem nos campos institucionais de educação, nasce a fundamental contradição para a luta política, o vislumbre de melhores condições de trabalho somente surgirão a partir do fortalecimento dos trabalhadores

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente uteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador (ANTUNES, 1999, p. 96).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999.

MARX, Karl. O Capital. V. 1 Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, Rio de Janeiro, n. 4, Outubro, 2000.

## **JOVENS QUILOMBOLAS E A MOBILIDADE DO TRABALHO NAS COMUNIDADES DA POÇA E DO MANDIRA, NO VALE DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE – SÃO PAULO**

Marcos Henrique Martins (USP); Prof. Dr. Júlio César Suzuki (USP)  
marcos.henrique.martins@usp.br; jcsuzuki@usp.br  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

A exclusão sempre fez parte da história do negro no Brasil: se antes de forma visivelmente brutal e socialmente aceita, hoje de forma veladamente brutal e socialmente invisível.

Um ganho significativo relacionado à história do negro no Brasil está incorporado nos termos do artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que declara o direito aos remanescentes das comunidades quilombolas, que estejam ocupando suas terras, da propriedade coletiva e definitiva das mesmas, cabendo ao Estado a emissão dos títulos de propriedade.

As comunidades quilombolas são comunidades tradicionais constituídas de pequenos camponeses descendentes de africanos que possuem modos de vida particulares e que estão integradas na sociedade brasileira de modo precário, instável e marginal, como é possível de se constatar, em geral, na condição dos negros no Brasil.

Os casos da comunidade quilombola do Mandira e o da de Poça são exemplares na leitura de caminhos distintos trilhados por sujeitos com origens étnicas semelhantes, mas com mediações distintas com o ambiente em que se inserem; ambas no Vale do Ribeira paulista, porém a primeira com práticas caiçaras muito fortes, enquanto a segunda transformada em pequenos produtores, inicialmente, policultores e, em seguida, monocultores na produção de banana.

As novas oportunidades conquistadas pelas comunidades quilombolas apresentam um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que buscam garantir a permanência dos remanescentes de quilombo, reconhecendo sua origem comum, sua cultura e tradição, garantindo assim a titulação de suas terras e o acesso às políticas especiais do Estado, acabam por facilitar o processo emigratório, especialmente a saída dos indivíduos mais jovens da comunidade, tornando-se assim, em primeiro lugar, mecanismos perversos de expropriação.

Tendo como objetivo compreender a alteridade e a intersubjetividade entre os jovens quilombolas em relação às alterações do modo de vida da comunidade de remanescentes de quilombo de Poça, no Vale do Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo, o projeto de pesquisa que deu origem a esta exposição teve seu escopo ampliado nos últimos meses. Tal ampliação se deu tanto em termos geográficos, já que incluímos em nossas análises a comunidade quilombola do Mandira, também localizada no Vale do Ribeira de Iguape, como em termos de discussão teórica, que enriqueceram o debate da alteridade e da intersubjetividade, associando-o às discussões relativas à Economia Política.

Destarte, estruturamos nossa compreensão com base em duas escalas de análise, uma delas circunscrevendo os fenômenos de ocorrência local, tendo como foco as comunidades da Poça e do Mandira enquanto *locus* de vida e atividade humana e social, dando enfoque ao reiterativo e ao *Cotidiano*; e outra mais ampla, relativa aos fenômenos mais gerais, da *História*, da sociedade em geral, cujas relações não podem escapar ao adjetivo *capitalismo*. Procuramos, com isso, não uma fragmentação da realidade, mas, ao contrário, demonstrar como o *Cotidiano* e a *História*, aparentemente distintos, se completam (MARTINS, 2008). Antes, procuramos compreender *como* e *porque* o Cotidiano se aparta da História no seio da *reprodução ampliada de capital*. Para isto, retomamos noções e conceitos fundamentais associados à *produção de capital* (MARTINS, 1975; 1997; 2013) e à *mobilidade do trabalho* (GAUDEMAR, 1977).

Auxiliados por esses instrumentos teóricos e munidos de dados coletados em campo junto às sociedades tradicionais, com o uso da história oral, por meio da aplicação de questionários e da realização de entrevistas, arrolamos um conjunto de fatores essenciais para a compreensão dos processos específicos de que participam as comunidades da Poça e do Mandira. São eles: a) a questão ambiental; b) as disputas fundiárias; c) a atuação de agentes econômicos, como os atravessadores ou mesmo as organizações cooperativas; d) a forte influência da mentalidade urbana advinda da cidade, especialmente aquela associada à educação e aos meios de comunicação mais modernos.

Esses são os elementos presentes no Cotidiano dessas comunidades e que as inserem no processo de produção de capital presente no seio da própria reprodução ampliada de capital. Neste sentido, a *emigração* e o *assalariamento* dos quilombolas

estão entre os elementos mais importantes de nossa compreensão, pois garantem a emancipação e a realização da força de trabalho recém-produzida dos remanescentes de quilombo, completando parte essencial do processo de produção de capital que está associado à emancipação da força de trabalho. Ademais, a emigração possibilita a transferência da renda da terra que seria apropriada pelo conjunto dos indivíduos que constituem as comunidades quilombolas para o processo de reprodução ampliada de capital, como compreendido pela literatura clássica.

Os jovens quilombolas que emigraram nos últimos anos têm ocupado várias áreas de trabalho, principalmente atividades do setor de serviços, como atendentes em lojas, serventes de pedreiro, telefonistas, garçons, e do setor secundário, como operários, predominando as atividades de baixa remuneração. Em geral, esses sujeitos têm migrado para cidades próximas do Quilombo (onde o custo de vida é mais baixo) ou para os grandes centros metropolitanos de Curitiba e São Paulo.

As condições econômicas desfavoráveis em que vivem os jovens quilombolas, somadas às atividades de baixa remuneração em que são empregados nas cidades, fazem com que esses sujeitos habitem as regiões dessas cidades que são comumente foco de residência de grande parcela dos imigrantes e da população mais empobrecida em geral. Nas pequenas cidades, essas regiões encontram-se geralmente mais distantes de seus centros comerciais, enquanto que, nas metrópoles, como São Paulo, são as áreas degradadas dos centros comerciais, os conjuntos habitacionais e os bairros dormitórios que recebem seja os jovens quilombolas, como a grande massa de migrantes que para aí se dirige.

Ao se inserir enquanto produtores de capital, agentes, portanto, da História de nossa Sociedade, os remanescentes de quilombo da Poça e do Mandira veem sua própria história sendo esquecida, para honra e mérito do avanço, do moderno, em detrimento do tradicional, daquilo que seria atrasado e impróprio. Seu cotidiano, ligado à temporalidade única da natureza e dos costumes religiosos e festivos, fica apagado, esquecido, engavetado na memória dos sujeitos mais velhos da comunidade, enquanto que os mais jovens se inserem cada vez mais nas múltiplas temporalidades da modernidade, produzindo um novo *Cotidiano*, ligado ao tempo do relógio, ainda que produto de diversas temporalidades. Um *Cotidiano* admoestado pelo *esquecimento* da História, para o benefício do Capital.

Que futuro terão essas comunidades, mergulhadas como estão nesses processos? O que será o *remanescente de quilombo*, se desprovido de sua própria História, de seus próprios hábitos, de sua memória, em resumo, daquilo que garante a Alteridade e a Intersubjetividade que constituem singularmente cada comunidade quilombola?

A compreensão dos mecanismos da produção de capital que atuam ainda hoje na reprodução ampliada de capital torna-se fundamental, pois possibilita pensarmos em ações que tendam a superar as contradições na busca incessante de rearmos não apenas o produtor à sua obra, mas o sujeito a sua História, ou seja, o sujeito a si próprio.

Destarte, alteridade e intersubjetividade são instrumentos de memória e identificação que servem de oposição ao *esquecimento* em que caem as comunidades quilombolas. A diferenciação que esses conceitos promovem deve se dar não em termos de raça ou espírito, mas em termos de definição da própria vida. Deve, portanto, ser indicativo de que o caminho que essas comunidades trilham atualmente é rumo ao fim, à sua total desagregação. É por isso que a noção de *remanescente de quilombo* deve se tornar *crítica*, ou seja, ser capaz de mobilizar uma luta na qual as escalas que utilizamos para análise sejam conscientemente apreendidas. Em outras palavras, tal noção deve ser capaz de ligar não somente o Cotidiano dos sujeitos mais velhos à História dos sujeitos mais velhos, como tem sido feito em inúmeros trabalhos que utilizam como método a história oral, mas o Cotidiano fendido dos sujeitos mais jovens à sua História, que é a História de sua comunidade, sem deixar de ser a História da França do século XVIII, à qual sua consciência se liga irreversivelmente nas escolas marcadamente urbanas em que estudam.

As comunidades da Poça e do Mandira, portanto, estabelecem relações e estão associadas a processos mais amplos que os que podem ser observados dentro dessas comunidades. A luta pela posse da terra e a permanência de seus indivíduos passam pelo processo de mobilização do trabalho. Tais relações e processos são determinantes para o seu futuro e compreendê-los, portanto, é uma ação não mais que necessária e não menos que fundamental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:  
384

<[http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constituicoes\\_declaracao.pdf](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In:\_\_\_\_\_. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977. cap. 5, p.185-211.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. 5ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. 282p.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Espaço & Geografia*, v.16, n.2, 627-640, 2013.

## **JOVENS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO: TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL**

LIMA, Priscila Fidelis de Souza; Burnier, Suzana Lanna. CEFET-MG.  
[prifidelis@yahoo.com.br](mailto:prifidelis@yahoo.com.br); [suzanaburniercoelho@gmail.com](mailto:suzanaburniercoelho@gmail.com)

Este texto se insere na interface das discussões sobre juventudes e trabalho no contexto da modernidade contemporânea (Giddens, Touraine) governada pela intensificação da globalização, pelo pluralismo e pelo risco. Apresentamos dados da dissertação defendida em 2011 pelo Programa de Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG, em estudo baseado em uma investigação qualitativa, com 14 sujeitos, por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas com estudantes do diurno do terceiro ano do Ensino Médio público, rapazes e moças das camadas populares, moradores da cidade de Belo Horizonte.

A pesquisa procurou conhecer os sentidos que os jovens têm formulado sobre o trabalho, tendo como foco seus projetos (Velho) e apontando suas tensões, expectativas e estratégias de inserção no mercado de trabalho. A análise leva em conta as trajetórias biográficas dos sujeitos, entendendo que os sentidos e representações são construídos em situações concretas, a partir do universo cultural e do campo de possibilidades em que eles se inserem, em uma abordagem teórico-metodológica que compreende o jovem como sujeito histórico e a juventude como categoria social, histórica e cultural marcada pela diversidade (Sposito).

Neste contexto, os dados da pesquisa aqui apresentada apontaram que o trabalho é o principal projeto na vida dos jovens estudados, com o sentido principal de fonte de recursos financeiros, mas também, para alguns, de satisfação, autonomia e dignidade. Esses jovens desejam um futuro melhor e constroem sonhos de melhoria de vida em que projetam conquistar independência, conforto e bens, de forma a poderem oferecer uma vida melhor para si mesmos, seus filhos e seus pais.

A análise aqui apresentada aborda a posição, no mercado de trabalho, ocupada por esses jovens das camadas populares que ainda cursam o Ensino Médio, procurando mostrar suas perspectivas de inserção profissional, quais são as ocupações que eles têm acessado e quais estratégias e trajetórias têm sido percorridas por eles.



Dos quatorze rapazes e moças, nove já haviam desempenhado alguma atividade remunerada, e cinco nunca haviam se envolvido em nenhum tipo atividade de trabalho, seja formal ou informal. Por formal entendem-se aqui os vínculos empregatícios regidos por contratos e “carteira assinada”, enquanto as ocupações que mesmo envolvidas no mercado de trabalho não são formalizadas por documentação são consideradas informais. No momento em que aconteceram as entrevistas, três estavam empregados no mercado de trabalho formal, um desempenhava uma atividade informal e um estava desempregado no momento da entrevista, sendo que cinco relataram situações isoladas e esporádicas de atividades remuneradas, geralmente associadas a prestações de serviços pontuais.

Dos quatorze jovens, sete, protelam conscientemente sua entrada no mercado de trabalho investindo em permanecerem somente como estudantes pelo menos até término do Ensino Médio. O prolongamento da escolaridade pode ser visto como uma resposta, um investimento estratégico em capital escolar, entre os entrevistados, três pretendem, primeiro, ampliar seu nível de escolarização para posteriormente conseguir melhores empregos. Mas tal prolongamento também pode ser visto para dois dos entrevistados como uma adaptação, um caminho paliativo ao desemprego (Garcia).

As trajetórias de Antônio que quer ser administrador ou dono do próprio negócio, Kevin que pretende cursar medicina, Gabriel que quer ser Designer Gráfico e Cristina que mesmo sentindo medo gostaria de ser da marinha ou engenheira, ilustram o movimento dos jovens que buscam crescer e alcançar seus projetos de formação e realização profissional e não se dispõem a aceitar qualquer tipo de trabalho.

A maior parte dos jovens que entrevistei, onze dos quatorze, poderiam se enquadrar no grupo constituído por jovens que não reconhecem os “bicos” como trabalho já que são aceitáveis para ganhar um “dinheirinho” até o final do Ensino Médio, quando então encontrarão um trabalho de verdade. Este grupo corrobora os estudos de Carla Carrochano que os nomeou como “Do sonho com o trabalho de verdade à busca pelo trabalho possível”, identificando que quando o Ensino Médio termina e os jovens não conseguem o emprego que gostariam, eles passam a aceitar qualquer colocação. Outro ponto analisado pela autora neste grupo foi a maior ênfase à sociabilidade nas relações escolares do que aos conhecimentos adquiridos na escola. Dessa forma, ainda que

alguns jovens e seus pais dessem maior centralidade à escola, investindo na conclusão do ensino, suas relações com o estudo e o conhecimento eram superficiais.

A trajetória de Letícia uma jovem de 19 anos é bastante ilustrativa. Os pais de Letícia não completaram o Ensino Fundamental. Ambos estão desempregados, o pai é pedreiro, a mãe faxineira e possuem uma história de alcoolismo. Letícia mora com a avó materna que é aposentada como professora e investe na educação da neta. Desde o Ensino Fundamental Letícia faz “bicos” para conseguir algum dinheiro que usa para ajudar a mãe e “comprar suas coisinhas”. Ela diz não pensar sobre trabalho agora, pois quer se dedicar à escola. Pretende decidir sua profissão depois que conquistar o diploma do Ensino Médio. Letícia acredita que estudando alcançará ascensão social, mas seu envolvimento com os conteúdos escolares é superficial e, apesar de desejar fazer uma faculdade, não conhece os processos vestibulares nem está se preparando para eles. Ela entende as dificuldades para conseguir bons empregos e acredita que estudando alcançará ascensão social, mas não gosta de pensar em futuro, recusa-se a fazer planos e projetos, dizendo que “planejar a vida é pior”, por isso, está esperando o Ensino Médio terminar para depois pensar o que fará para enfrentar o mercado de trabalho.

Em maior ou menor grau, o que encontramos é uma juventude decepcionada, que “sabe” que não alcançará o melhor sonho, pois a sociedade e, muito concretamente, a escola pública, de classe, privou-lhes das condições básicas para isso. A escola aparece no discurso de alguns jovens como grande vilã do fracasso de seus sonhos.

Está claro que há outros fatores, capazes inclusive de relativizar o peso da condição social da família em alguns casos particulares, como o investimento em escolarização e o esforço pessoal. Entretanto, estatisticamente, a exclusão social gera exclusão social e, tragicamente, esses jovens se apercebem disso e parecem não dispor de outros instrumentos analíticos para elaborarem alternativas de enfrentamento individual e, principalmente, coletivo, da situação, como poderia ser uma maior vigilância sobre a escola, maior participação dos pais no conselho da escola, pressão sobre órgãos públicos, pressão sobre políticas para juventude, etc. É igualmente trágico que o principal vetor dessa exclusão, em suas representações, seja a escola pública, por sua precariedade.

Independente de qual foi a trajetória de inserção profissional de cada um dos jovens que participaram da pesquisa, observa-se a valorização da busca por adquirir um diploma e

pelo aumento da qualificação como estratégia para “melhorar de vida”. A aposta desses jovens e de suas famílias é de que o aumento da escolarização garantirá melhores colocações no mercado de trabalho e por isso, investem na conquista do diploma de Ensino Médio. Compondo um grupo de “privilegiados” a maioria tem conseguido postergar sua entrada no mercado de trabalho. Como filhos de trabalhadores da classe popular, pode ser considerado um privilégio terem podido contar com o apoio de suas famílias para alcançarem a conclusão do Ensino Médio na idade prevista, frequentando o turno diurno sem interrupções na sua trajetória escolar, ainda que alguns jovens conciliem a rotina escolar com um trabalho de meio horário.

Entretanto, é marcante a falta de informações sobre o universo de trabalho e sobre as oportunidades de qualificação e formação. O mercado de trabalho é percebido como competitivo por esses jovens, que ainda que amedrontados pela possibilidade do desemprego empreendem pouca ou nenhuma reflexão crítica sobre as condições de precariedade a que estão submetidos.

As análises apresentadas permitem concluir que os projetos de longo prazo são, para esses jovens, geradores de angústias e provocadores de postergação, já que enfrentam a ausência de garantias e controle, o que resulta na predominância de projetos de curtíssimo prazo, onde o que impera é ausência de planos e de ações pré-estabelecidas, fazendo com que os projetos sejam regidos pela experimentação e pela provisoriidade. A isso se soma a ausência, em seu campo de possibilidades, de informações sobre o mundo do trabalho e de oportunidades de formação, além do limitado acesso às poucas oportunidades e possibilidades que lhes estão disponíveis hoje em seu contexto social.

## **DESEJOS QUE MOBILIZAM ADOLESCENTES - JOVENS NA SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO E COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Vanilda PEREIRA - Universidade do Estado de Minas Gerais

[vanildaap@gmail.com](mailto:vanildaap@gmail.com)

Gilvanice Barbosa da Silva MUSIAL - Universidade do Estado de Minas Gerais

[gilvanicemusial@yahoo.com.br](mailto:gilvanicemusial@yahoo.com.br)

### **Introdução**

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de Mestrado em andamento vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – FAE/UEMG. O principal objetivo é identificar e analisar, a partir dos discursos dos jovens de 15 a 17 anos inseridos na EJA, as suas expectativas no que diz respeito a sua escolarização e às suas possibilidades de inserção no trabalho. Neste sentido perguntamos: quem são os jovens da EJA, de 15 a 17 anos, do ponto de vista sociocultural e econômico? Quais as formas de inserção desses jovens na EJA? Existem políticas que associam educação e qualificação para o trabalho direcionadas para jovens neste recorte etário e nessa modalidade escolar? Estão inseridos em ocupações laborais ou possuem experiência de trabalho? Quais expectativas trazem em relação à inserção no trabalho e ao percurso escolar na EJA? Quais tipos de ocupação laboral que experimentam? A pesquisa está sendo realizada em uma escola pública municipal da cidade de Belo Horizonte com estudantes da Educação de Jovens e Adultos da faixa etária entre 15 e 17 anos, que encontram-se em descompasso com o tempo de formação escolar esperado e que, por não terem concluído o ensino fundamental estão matriculados na EJA. A escolha desta faixa etária se deu em função da existência de lacuna na produção acadêmica sobre juventude e EJA, nessa faixa etária específica. Na pesquisa, compartilhamos da concepção de juventude como uma construção social e como uma categoria composta por sujeitos com perfis variados, com interesses e desejos distintos. Entendemos que a inserção no trabalho na faixa etária investigada possui várias implicações. Assim não fez parte desta pesquisa a defesa do trabalho como solução das questões sociais enfrentadas pelos adolescentes-jovens em evidência. Entendemos que as políticas para juventude em nosso país são incipientes e, frequentemente elaboradas para atender

demandas emergenciais. Somente nos últimos anos tem sido incluído nas discussões sobre juventude a complexidade que envolve o seu reconhecimento e atendimento. No que diz respeito às políticas voltadas para a inserção laboral, sabemos que têm como alvo a população pobre. Pautada pela oferta de empregos precários, baixos salários, o que contribui para a perpetuação da exclusão social. Aos indivíduos que acessam estas políticas poucas oportunidades são dadas no sentido de conseguir uma ascensão profissional e a flexibilização das leis trabalhistas retiram aos poucos a possibilidade de se construir um futuro estável ou promissor.

### **Abordagem metodológica**

Do ponto de vista metodológico adotamos a abordagem qualitativa, organizada em três momentos: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa exploratória e a pesquisa de campo propriamente dita. Em um primeiro momento realizamos a análise documental, tendo como referencial a base legal das políticas de geração de primeiro emprego voltadas para o público investigado e um levantamento da produção acadêmica sobre Juventude, EJA e trabalho. Na etapa exploratória foram realizadas três entrevistas coletivas e aplicado um questionário. Nesse momento, dialogamos com vinte e cinco adolescentes-jovens. Nessa etapa, realizamos três encontros com grupos distintos de adolescentes-jovens. Cada encontro foi dividido em três partes consecutivas sendo que na primeira parte além do esclarecimento sobre a pesquisa a ser realizada, instigamos os estudantes a refletirem e falarem sobre a importância da educação de jovens e adultos e do trabalho em suas vidas. No segundo momento, exibimos um curta metragem de dez minutos, em que três jovens na faixa etária entre 16 e 19 anos falavam sobre projetos de vida, a partir de sua formação educacional e de seus papéis sociais. Fizemos uma breve reflexão sobre o filme. Por último entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) reforçando que a participação era facultativa e solicitando a sua autorização e de seu responsável legal, uma vez que todos eram menores e, por fim entregamos o questionário para ser preenchido. Para registrar a pesquisa exploratória utilizamos como recurso a filmagem dos encontros, fotografamos em alguns momentos. Na etapa seguinte faremos uso de entrevista semiestruturada, entrevistando seis estudantes, sendo três sem experiência laboral e três com experiência de trabalho, selecionados de acordo com análises da pesquisa exploratória, para que possamos

confrontar e ampliar o escopo das respostas que foram dadas na pesquisa exploratória, além de esclarecer questões que foram percebidas no diálogo com os adolescentes-jovens durante a entrevista coletiva.

### **Algumas Considerações**

Na faixa etária estudada, o predomínio do sexo masculino contraria os dados de perfil de estudantes da EJA, presente nas pesquisas acadêmicas, que aponta ser esta modalidade genuinamente feminina. Dos vinte e cinco estudantes investigados, quinze são do sexo masculino. Os dados indicam uma presença significativa de estudantes que não estão inseridos no mundo do trabalho e, entre aqueles que estão, parte deles possui vínculos precários de trabalho. Dos catorze estudantes que declararam trabalhar, seis afirmaram não possuir carteira assinada. Dos sete estudantes que trabalham, apenas dois informaram ter trabalhado como aprendiz, os outros não têm garantidos o respeito as especificidades de sua faixa etária, assumindo funções inadequadas ou sendo levados a trabalhar um número de horas superior ao previsto na legislação. Percebe-se nos discursos dos estudantes investigados a dificuldade ou impossibilidade de escolha das ocupações laborais disponíveis. Ao serem indagados sobre a Educação de Jovens e Adultos, os jovens afirmaram que estudar é importante para se conseguir trabalho. No entanto demonstraram insegurança em relação às possibilidades de aprendizagem na EJA e ao reconhecimento desta modalidade de ensino no mercado de trabalho. Os jovens que são o centro desta nossa investigação, ainda acreditam que através dos estudos eles podem conseguir romper com a reprodução da miséria que os vitimou e em grande parte, aos seus familiares também. Entretanto eles já chegam na Educação de Jovens e Adultos carregando a marca do insucesso definida pelo atraso na conclusão do ensino fundamental. Neste contexto agregar e ampliar conhecimentos torna-se uma prioridade difícil de garantir, pois muitos trabalham em atividades inadequadas para a sua idade e desenvolvimento. O trabalho que deveria ser uma fonte inspiradora, retira de muitos dos estudantes sua força vital e criadora.

**Palavras-chave:** Juventude; Trabalho; Educação de Jovens e Adultos

## **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni – As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.87, p.335-351, maio/ago.2004 Disponível in: Capes. Periódicos.

BRASIL, [Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm)  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei n. 10.097**, de 19 de dezembro de 2000

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei Federal 9394/96**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da Aprendizagem.**  
[http://www3.mte.gov.br/politicas\\_juventude/aprendizagem\\_pub\\_manual\\_aprendiz\\_2009.pdf](http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf)

CASTRO, Lucia Rabello de – Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: **Crianças e jovens na construção da cultura**, Castro, Lucia Rabello de Castro Org. – Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo – NAU Editora – Faperj. RJ,2001.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam - Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas – in: **VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA.** Mundos Sociais: Saberes e Práticas. 2008. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa. Número de série 254. Junho 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural - A pesquisa em história da educação**, Editora Atica, 2010, cap. 02, p. 52 a 57.

SPÓSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação, In: SPÓSITO, Marília Pontes (coord.), **Juventude e Escolarização (1980-1998)** - Brasília-DF. MEC/Inep/Comped. 2002, p. 07 a 25.

## **JUVENTUDE E AS REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA E TRABALHO POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA-DF**

Maciel Pereira da Silva – Universidade Federal de Goiás

[Maciel0510@gmail.com](mailto:Maciel0510@gmail.com)

Bolsista CAPES

Estudos recentes apontam transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, tanto no mundo do trabalho quanto em seu vínculo com a escola, que tendem a enfraquecer a escola, enquanto elemento mediador da inserção ao trabalho formal. Quanto às mudanças no mundo do trabalho, os estudiosos da temática apontam que estas são resultantes do processo de reestruturação produtiva do capital e avanços de políticas neoliberais no País. No referido processo de reorganização do mundo fabril, diversos foram os desdobramentos negativos para a classe que vive da venda da força de trabalho, tais como: o desemprego estrutural, o processo de terceirização da produção, a ampliação da prática do trabalho temporário, domiciliar, parcial, subcontratado, informal e outros. A nova forma de produção, baseada em práticas flexíveis, exigiu um novo tipo de trabalhador. Este não deve mais ser especializado e desenvolver uma única função. O novo trabalhador deve ser polivalente, possuir uma especialização ampliada e estar preparado para atuar em diversos setores no âmbito do processo produtivo. As exigências do mundo laboral, consoante ao novo padrão de trabalhador, influenciaram na orientação formativa da escola e redefiniu a relação desta com o trabalho. A escola passou a fornecer ao educando um preparo polivalente, apoiado no domínio de conceitos gerais e abstratos. Porém, nesse novo contexto, as diferenças com relação ao padrão de acumulação anterior não se resumem na exigência de um novo modelo de formação do trabalhador. Na fase áurea do fordismo, que antecedeu o processo de reestruturação produtiva do capital, a relação da escola com o trabalho era mediada pelo Estado, que, apoiado na ideologia do projeto de “nacional desenvolvimentismo”, visava dar sustentação a um mercado que caminhava em direção ao pleno emprego. Havia, portanto, garantia de emprego para aqueles que estudavam. Na realidade contemporânea, mantêm-se a importância da formação escolar para o acesso ao trabalho formal, porém, nesse novo contexto, a força do capital sobrepõe-se ao poder do Estado e



o fragiliza na condição de mediador da relação entre a escola e o trabalho. O que impossibilita o poder público de garantir emprego para todos os letrados.

Assim, a responsabilidade de inserir-se no mercado de trabalho é transferida para o trabalhador e as oportunidades são definidas pelo mercado, que passa a ter a prerrogativa de ampliar as exigências de formação do trabalhador. A tendência em curso no País é ampliar o quantitativo de pessoas que, embora possuam formação escolar, não conseguem ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Diante do atual contexto, o desafio proposto para esta pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, consiste em investigar o posicionamento da juventude estudante contemporânea no que diz respeito às suas expectativas a respeito da formação escolar básica, uma vez que esta vem perdendo força diante do mundo do trabalho. De forma objetiva, propõe-se pesquisar as representações sociais da escola e trabalho por estudantes da série final do Ensino Médio na rede pública de ensino na Região Administrativa do Gama-DF, com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: O que o jovem estudante do Ensino Médio no Gama-DF busca na formação escolar num momento em que a escola fragiliza-se na mediação com o trabalho formal? A pesquisa está sendo desenvolvida em turmas da 3ª série do Ensino Médio regular em três escolas da rede pública de ensino na Região Administrativa do Gama-DF. As escolas selecionadas foram: Centro de Ensino Médio 1 Gama, Centro de Ensino Médio 2 Gama e Centro de Ensino Médio 3 Gama. O estudo está sendo desenvolvido por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa. No que se refere aos elementos quantitativos utilizou-se a aplicação de questionários, com o objetivo de caracterizar socioeconomicamente os jovens sujeitos da pesquisa. No estudo de caráter qualitativo foi adotada a metodologia das representações sociais e como instrumento metodológico de pesquisa, a realização de entrevistas semiestruturadas.

## **O CONDOMÍNIO DE VIDRO: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDE E FRONTEIRAS DA ILEGALIDADE NO RESIDENCIAL DOS OITIS, EM ARARAQUARA**

Annie Rangel Kopanakis

[annie\\_rk@hotmail.com](mailto:annie_rk@hotmail.com)

Augusto Caccia-Bava - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara

[augusto@fclar.unesp.br](mailto:augusto@fclar.unesp.br)

Interessa a este projeto tratar como foco, famílias do condomínio residencial dos Oitis, que é um complexo de moradias construídas pela prefeitura de Araraquara a famílias pobres. Essas moradias foram distribuídas às famílias com renda total até R\$ 1.395,00 inscritas no cadastro da Secretaria de Habitação e no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Logo após a inauguração do residencial dos Oitis, a mídia começou a revelar a problemática da criminalidade instalada nesse local, demarcado, periférico, com precariedade de serviços públicos, que expõe desigualdade social, através da pobreza. Segundo dados da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, existem 220 crianças com até 06 anos de idade e 172 crianças, na faixa etária entre 07 a 15 anos, que vivem nesse residencial. Existem dados de notificação, pela Delegacia do 4º Distrito Policial, e pelo presidente do Conselho Municipal de Segurança (Conseg), que levantam a hipótese de possível aliciamento de menores, no envolvimento com comércio e consumo de drogas nesse local. Não há dados de notificação de jovens dos 16 aos 29 anos de idade, pelo que a presente pesquisa será realizada com vistas a compreensão do cotidiano dos jovens moradores desse bairro, no contexto de violência instalada na localidade. Também pretende-se estudar a relação dos jovens com agentes públicos de programas locais de Assistência Social. O objetivo é entender como se configura consciência juvenil e como agentes públicos atuam junto às famílias desses jovens. O objeto de estudo serão jovens integrantes de famílias desse bairro.

Para isso tomamos como autores de referência estudiosos de juventude, de urbanismo e de violência urbana. A metodologia adotada tem por base a obra do cientista social Telmo Cária, que propõe prática metodológica associando momentos de estudo em moldes etnográficos e discussões teóricas com base em entrevistas realizadas. Para ele o conhecimento se constitui como expressão de uma relação social

entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Trata-se de um estudo sobre juventude associado a discussão de segurança urbana, como vem se dando no Grupo de Pesquisa ao qual me integro como pesquisadora – Segurança Urbana, Juventude e Prevenção de Delitos, CNPq. Como resultado esperado pretende-se produzir conhecimento que permita aproximação maior de agentes públicos ao cotidiano da violência juvenil, na perspectiva de produção de novos projetos de segurança urbana, também chamada comunitária.

O presente projeto encontra-se em andamento e as entrevistas semi-estruturadas estão em fase de elaboração para serem efetuadas em sequência; esperamos ter parte das entrevistas finalizadas no mês de outubro. As discussões teóricas que orientam esse projeto e subsidiarão a elaboração de resultados futuros tem sido aprofundadas no âmbito do Gp, sobre trabalho informal, envolvendo jovens moradores de periferias, em contextos de violência. Esperamos apresentar resultados iniciais a partir da análise das entrevistas, para apresentação nesse Seminário Internacional em novembro.

Consideramos que o território brasileiro engloba diversos aspectos que propiciam o consumo, o comércio e a produção de drogas ilícitas. O extenso território, a geopolítica e as estruturas governamentais encarregadas de cuidar do narcotráfico, em conjunto, somam fatores bem favoráveis a essa disseminação de prática econômica no país. Nesse momento o destaque é o das políticas de urbanização, que tem privilegiado a construção de imóveis nas periferias, deixando esse território afastado dos serviços públicos fundamentais e suscetível aos interesses do crime organizado. Para compreensão desses espaços sociais, é interessante que a estrutura social que os produziram seja estudada. O espaço físico é resultado das realidades sociais que são estruturadas na desigualdade social permanente. Sendo assim, é conveniente evitar o equívoco de naturalizar esses espaços sociais. A desigualdade social se reflete na desigualdade espacial e vice-versa. Essa desigualdade é facilmente percebida nas concentrações de serviços e na sua reprodução simbólica, já que são atribuídos significados a cada componente do espaço urbano e social.

Nota-se que frequentemente a atividade de jovens dentro do contexto do narcotráfico ocorre em bairros de periferia. Sociólogos já apontaram que esse envolvimento não acontece devido à pobreza em si, instalada; mas trata-se de uma prática decorrente da desigualdade social extremamente pronunciada em nossa

sociedade. Portanto, a periferia das cidades merece especial destaque para os estudos que visam compreender essa relação entre narcotráfico e famílias pobres. O sucesso do mercado das drogas tem por razão sua grande ocupação nos espaços preenchidos pelos jovens. Destarte, se fazem necessárias pesquisas nessa área, abrigando espaços recentemente constituídos. O dinheiro da droga movimenta a economia urbana e tem impacto direto nos mercados de trabalho. Os jogos de poder que permeiam esses territórios são palco de violência aberta ou camuflada, clientelismo e corrupção. Tal mundo do crime é um mecanismo de geração de renda, que revela a necessidade de compreensões mais profundas sobre a temática da desigualdade, criminalidade e justiça.

Através dessa primeira exposição apontamos algumas de nossas orientações e discussões teóricas. Também justificamos interesse em discutir a temática proposta de forma a contribuir e adquirir experiências que colaborem com a nossa e demais trajetórias que esbarram nesse complexo tema dos mercados informais envolvendo jovens no Brasil.

## **JUVENTUDES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: DISPUTAS E NEGOCIAÇÕES ACERCA DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL**

Lídice de Barros Guerrieiro – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro<sup>49</sup>

E-mail: [lidguer@gmail.com](mailto:lidguer@gmail.com)

### **Resumo expandido**

#### **Introdução**

As transformações que a contemporaneidade tem nos apresentado nos colocam diante de desafios práticos e interpretativos para as disputas que permeiam a relação entre capital e trabalho na cidade do Rio de Janeiro e a centralidade das favelas nesse processo. A crescente articulação entre atores sociais – sociedade civil, poder público e mercado – promove transformações de ordem econômica, política e cultural, vislumbradas como respostas ou ajustes para a atualidade das características do capitalismo globalizado.

A entrada em cena de “novos” protagonistas – organizações da sociedade civil – ancorados em discursos supostamente apartidários e supraclassistas, organizações em redes com perfil de atuação territorializada, com alto poder mobilizador, apresenta um terceiro setor capaz de construir uma mediação entre setores da população e mercado. Notamos que é na esfera das formas e práticas culturais, entendidas como construções discursivas norteadoras dos sentidos para as ações, que estão se constituindo as disputas.

O objetivo desse artigo é contribuir para o debate em torno das novas formas de sociabilidade criadas e fomentadas a partir das múltiplas mediações protagonizadas por ONGs e suas fontes de financiamento tanto públicas como privadas. Neste universo, uma categoria vem se destacando como central para melhorar a performance do novo trabalhador – o capital social. Este, quando articulado aos valores do empreendedorismo e da laborosidade, adquire uma funcionalidade na formação de novas subjetividades

---

<sup>49</sup> Essa pesquisa é parte do projeto de doutorado iniciado em 2014 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na UERJ.

mais adaptadas e adaptáveis a crescente necessidade de inovação e ao clima de incertezas do atual modo de produção.

### **Ideologia do empreendedorismo e atuação da sociedade civil**

No crescente processo de vocalização das demandas sociais em torno da efetivação de direitos, um complexo arranjo de sujeitos vem protagonizando formas de atendimento dessas demandas: as parcerias entre mercado, Estado e Organizações Não-governamentais.

Essa parceira vem sendo responsável pela promoção do empreendedorismo como ideologia cuja funcionalidade é estruturante para as novas bases do capitalismo flexível, desterritorializado e competitivo, que não pode prescindir de um mínimo de coesão social para sua expansão. Neste sentido, o canal ideal de fomento dessa ideologia são os projetos desenvolvidos junto à parcela da população prestes a entrar no processo produtivo como trabalhador – as juventudes das periferias e favelas – cujo objetivo é desenvolver competências para a empregabilidade, seja de forma subalterna, seja com um viés empreendedor.

Da mesma forma que esses inúmeros projetos podem representar sociabilidades alternativas diante da presença ostensiva da violência e poder de atração do tráfico, um olhar mais analítico para os objetivos, metodologias e categorias utilizados por projetos nos permite estabelecer relações acerca do *modus operandi* que vem marcando a atuação de duas importantes organizações não-governamentais: Grupo Cultural Afroreggae e Central Única das Favelas (CUFA).

Tomado como realidade inexorável, o empreendedorismo como ideologia se apresenta não como uma possível leitura da realidade, mas como verdade absoluta e única (Cardoso, 2008). Sua aparência de universalidade vem norteando as pautas e as intervenções junto às referidas ONGs ora de modo explícito ora de modo diluído em pautas referentes à educação, formação humana, práticas culturais e até mesmo direitos. A desresponsabilização do Estado e da dimensão histórico-social da relação capital e trabalho promove uma resignificação da categoria trabalho a partir de uma

sociabilidade ancorada na cultura do empreendedorismo. Esse processo tem reforçado uma perspectiva individualizante fortemente marcada pelo autoemprego.

Para exemplificar a questão acima, reproduzo parte do discurso de Celso Athayde, fundador da CUFA:

“Há tempos percebo as transformações que ocorrem nas favelas impulsionadas pelo empreendedorismo(...) Foi esse pensamento e a necessidade de criar um ambiente favorável aos negócios dentro das favelas que nos levou a criar a LEC (Liga dos Empreendedores Comunitários).

Cada dia tenho mais convicção que a nova fase da emancipação das favelas passa necessariamente pelo fortalecimento da livre iniciativa e do empreendedorismo. Hoje, as favelas são um mercado consumidor de mais de 50 bilhões de reais. Se as favelas brasileiras fossem um estado da federação, seriam o 5º maior estado do país. A tal da Nova Classe Média cresceu mais nas favelas do que no restante do Brasil. Simplesmente não dá para ignorar o potencial que este novo mercado significa não só para as grandes empresas, mas principalmente para o empreendedor que mora na favela.”<sup>50</sup>

De outra forma, o Grupo Cultural Afroreggae produz material informativo e formativo buscando orientar estudantes de diversas idades para a resolução de conflitos a partir do desenvolvimento de habilidades socioemocionais ligadas às noções de responsabilidade, superação, avaliação e autoavaliação, trabalho em equipe enquanto requisitos para resolução de conflitos e integração social.<sup>51</sup> Em sua cartilha<sup>52</sup>, aparecem seis orientações para melhorar a escola, entretanto, o conceito-chave seria avaliação do professor como ferramenta fundamental para uma escola de qualidade.

O universo de atuação dessas organizações representam processos formativos não formais cujas dimensões para a produção de sociabilidade são percebidas aqui como práticas sociais orientadas por valores e concepções de mundo.

---

<sup>50</sup> Disponível em <http://cufa.org.br/mudancas-na-cufa/>. Acesso em 12 de out. 2014.

<sup>51</sup> “Um programa bem sucedido citado pelo estudo é o “Empresários pela Inclusão Social”, de Portugal, preocupado em melhorar o rendimento e reduzir o abandono de alunos de 7ª e 8ª séries. Em grupo, os alunos aprendem a estudar e trabalhar em equipe, treinam suas competências sociais e praticam o controle da ansiedade e do excesso de críticas aos demais”. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/31117/escola-deve-ajudar-a-desenvolver-habilidades-socioemocionais/>.

<sup>52</sup> Afroreggae Coleção Conversas #5 A escola tá um saco, posso largar os estudos? Disponível em <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/colecaoconversas5.pdf> . Acesso em 10 out. 2014.

Estudo realizado por Velazco (2014) conferiu visibilidade a processos e dispositivos que compõem os repertórios discursivos orientadores das práticas via projetos focados nas juventudes das favelas cariocas no sentido de “conduzir suas condutas para que possam contribuir à produção da ‘cidade integrada’ ” (Velazco, 2014).

### **Capital social: redimensionando as condições de reprodução social**

A centralidade da categoria trabalho nas políticas públicas para desenvolvimento representa processos de normatização da emancipação política, mas não necessariamente humana (Marx, 2010), principalmente quando atravessadas pelos interesses do mercado e mediadas por este. O crescimento dos mecanismos de regulação social operados pelo mercado vem ampliando a própria concepção de trabalho enquanto mercadoria (Chesnais, 1996; Castel, 2010).

Numa forma de atualização de um tipo de darwinismo social, e partindo da uma concepção de pobreza como anomalia social, princípios e conceitos liberais ganham tonalidades palatáveis e funcionais aos modernos processos de acumulação nas políticas públicas para gestão da pobreza. Individualismo, competências, habilidades, coesão social, resolução de conflitos, empreendedorismo, empoderamento são alguns conceitos que possuem tal funcionalidade.

Diante do agravamento das condições materiais, da crescente perda de poder do trabalho frente ao capital e do retrocesso de direitos sociais por medidas flexibilizadoras, percebemos que é no plano superestrutural que as estratégias de manutenção do controle sobre o trabalho, este central para o processo de acumulação capitalista, o que vem permitindo estender ao máximo o limite da capacidade de trabalho produtivo.

O conceito de capital social desenvolvido por Pierre Bourdieu e James S. Coleman não é novidade, no entanto, esse conceito tem seu uso atualizado a partir das ideias de Robert Putnam e Francis Fukuyama. Para a Teoria do Capital Social, as respostas para a questão social envolvem uma mudança comportamental na busca de cooperação, confiança e ‘espírito cívico’. Pressupõe “disseminação de valores de



solidariedade, de sentimentos de prosperidade e coesão social, da cultura cívica, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando o capital financeiro e material ao capital social, o que tornaria, assim, a dimensão econômica mais humana” (Motta, 2012, p.180).

Nesse sentido, o capital social é concebido como um importante ativo intangível, sendo incorporado pela agenda de instituições multilaterais como o Banco Mundial como medida de eficiência (melhora da rentabilidade) de projetos (Higgins, 2005).

A centralidade das juventudes nas favelas, objeto e sujeito de muitas ações e projetos, é fundamental para a construção da sociabilidade necessária para o desenvolvimento nos países da periferia do capitalismo. No entanto, a ostensiva participação do setor empresarial está além da arrecadação de recursos e do “envolvimento cívico para com os direitos das crianças”<sup>53</sup> e juventudes. Encontra-se também na formulação de metodologias, do arcabouço conceitual e da rede de relações que envolvem execução das ações dessas organizações. Neste sentido, este setor opera desempenhando uma função educadora, junto com o Estado, o que tem permitido dar a esses processos formativos as cores do mercado, reconfigurando os sentidos em torno de uma emancipação que não imponha riscos aos negócios, pois garante acesso a serviços sociais e culturais<sup>54</sup>, mas que não se transformam necessariamente em direitos.

### Referências bibliográficas:

BORÓN, Atílio. Prefacio a la segunda edición en lengua castellana. In: **La trama del neoliberalismo, mercado, crisis y exclusión social**. Emir Sader y Pablo Gentili (Compiladores). Buenos Aires, 25 de julio de 2003. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/se/uploads/20100609030645/latrama.pdf>.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social*. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e**

<sup>53</sup> Programa de Cooperação do UNICEF com o Brasil para o período de 2012 – 2016. Disponível em <http://www.unicef.org.br/>

<sup>54</sup> SILVA, Jailson de Souza, BARBOSA, Jorge Luiz, FAUSTINI, Marcus Vinícius. O novo carioca. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

**democracia na nova ordem mundial.** 5 ed, - Petrópolis, RJ: Vozs; Buenos Aires: Clacso, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** – São Paulo: Xamã, 1996.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó: Argos, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximação a enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis; Programa Gestão pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em <http://200.169.104.5/uploads/1144/1144.pdf>. Acesso em 7 jul. de 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** – São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTTA, Vania. **Ideologia do capital social. Atribuindo uma face mais humana ao capital.** – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

VELAZCO, Dafne Jazmin de Azevedo. **O discurso da “cidade integrada” no Rio de Janeiro e suas implicações no cotidiano de jovens moradores da Cidade de Deus.** Trabalho de Conclusão de Curso; Graduação em Ciências Sociais; UFF, 2014.

## **IMPACTOS DO TRABALHO JUVENIL NAS REDES DE *FAST FOOD***

Letícia Barros Palma da Rosa - Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS)  
leticiabpr@yahoo.com.br  
CAPES

É por meio do trabalho que o homem se caracteriza enquanto homem, se desenvolve e diferencia-se da natureza. O trabalho possui centralidade na vida do sujeito e é fator determinante de sua sociabilidade. Para o jovem, representa uma dimensão ainda mais relevante, pois colabora com sua inserção na sociedade.

No movimento do decorrer da história, o trabalho se divide social e tecnicamente. Em meio ao seu desenvolvimento e processo de divisão de funções e dos meios de produção perde, muitas vezes, seu caráter de totalidade. A característica de satisfação de demandas alheias rouba seu papel primeiro de objetivar a supressão da própria necessidade.

Essa forma de divisão colabora com a alienação do trabalhador em relação ao produto resultante de seu esforço, já que sua colaboração é parcelar e, na maioria das vezes, o trabalhador não tem ciência da totalidade do objeto produzido. A utilização da força de trabalho alheia é um dos fatores que contribui para a não identificação trabalho/trabalhador. O homem é explorado e expropriado de si mesmo. A atividade (consciente), característica fundante do homem enquanto ser social, encontra em sua forma alienada de trabalho uma contradição que a modifica, perdendo, assim, seu caráter afirmativo.

A partir da discussão do trabalho na sociedade capitalista e com base na dissertação intitulada “Jovens trabalhadores das redes de *fast food*: experiência de trabalho e subjetividade” (que foi elaborada apoiada em estudos bibliográficos e pesquisa de campo realizados pela mesma autora desse resumo), pretende-se apresentar algumas particularidades do trabalho juvenil em restaurantes *fast food*, um ramo conhecido como aquele que proporciona muitas oportunidades para jovens que ainda não se inseriram no mercado de trabalho – abordando especialmente a rede McDonald’s.

Na organização dos processos de trabalho das redes de *fast food* há um misto de produção e serviço no mesmo espaço, assim como coexistem traços de diferentes modelos produtivos, como o taylorismo/fordismo e o toyotismo. A produção ritmada pelo tempo é combinada com os princípios do *just in time*.

A multifuncionalidade e flexibilidade dos trabalhadores também são características marcantes, já que trabalham em um sistema de rotatividade interna. São capacitados para atuar em qualquer seção do restaurante e mudam de setor periodicamente. Vale ressaltar, porém, que, a ação mecânica e repetitiva está presente em todas as áreas, limitando as possibilidades de desenvolvimento do sujeito.

No caso dos atendentes, que constituem a base da hierarquia nessas redes de restaurante, embora possam trabalhar na chapa, na fritura, no caixa ou na limpeza, independente do exercício realizado em determinado período de tempo, recebem um mesmo salário que não sofre modificações e é calculado por hora trabalhada. Além disso, nos momentos em que o movimento do estabelecimento encontra-se mais fraco, funções diversas são distribuídas aos funcionários.

Além dessas estratégias bastante generalizadas, existem características marcantes das redes de *fast food*. Por meio dos *scripts*, que são instruções bastante específicas sobre a forma de como se deve agir em cada operação, os funcionários são treinados a dar respostas padronizadas durante o atendimento aos clientes. Através da *simulação de situações*, exercitam situações possíveis para que os trabalhadores saibam responder da forma “correta” em determinadas condições.

Esse tipo de treinamento restringe a possibilidade de desenvolvimento da iniciativa e da criatividade e leva ao adestramento do funcionário, que tem seu exercício restrito a formas bastante específicas de atuação. Como consequência, as possíveis relações de interação humana no contato com o cliente são restritas e até mesmo abolidas. As relações são desumanizadas, gerando consequências e impactos psicológicos e afetivos.

O McDonald's reconhece-se enquanto uma empresa que proporciona oportunidades de trabalho, formação e crescimento para a juventude. Segunda a própria empresa, aproximadamente 67% de seus funcionários estão em situação de primeiro emprego. É importante, porém, conhecer as condições de trabalho nas quais esses

jovens se encontram e quais os interesses por parte da rede em empregar pessoas sem experiência.

É possível perceber, por meio de pesquisas realizadas, que jovens que estão vivenciando sua primeira experiência profissional assimilam mais e incorporam as normatizações da empresa, sem muitos questionamentos.

Reconhecendo a relação entre a esfera da produção e da reprodução social vivenciada por esses jovens, afere-se que a carga horária cumprida por esses trabalhadores é extensa chegando a comprometer, em alguns casos, 11 horas diárias (horas trabalhadas somadas ao tempo percorrido para se chegar ao trabalho), inclusive aos finais de semana. Considerando que muitos deles, além de trabalhar, freqüentam a escola, resta-lhes pouquíssimo tempo diário para descanso ou outras atividades.

Nesse sentido, muitos jovens passam a se dedicar menos aos estudos devido ao cansaço, e alguns deles chegam a abandonar a escola pela dificuldade de conciliar as atividades, prejudicando seu desenvolvimento.

Além disso, é relevante destacar que os jovens trabalhadores necessitam também de lazer, ócio, convívio familiar e social. Muitos dos jovens entrevistados na pesquisa supracitada contam que devido a sua inserção no McDonald's não lhes restava muito tempo livre, limitando suas formas de sociabilidade ao próprio ambiente de trabalho, assim como o convívio concentra-se em torno dos colegas da rede. A esfera da produção “rouba” o tempo do trabalhador e invade cada vez mais suas relações sociais e seu cotidiano.

Em relação às impressões gerais dos jovens quanto ao trabalho, é possível perceber algumas contradições. Pensa-se que, devido a ideologias imputadas pela rede a seus funcionários, em algumas ocasiões eles refletem suas próprias impressões e, em outros momentos, reproduzem o ideário propagado pela rede.

Nesse sentido, jovens acreditam ser funcionários de uma das melhores empresas para se trabalhar. O *slogan* “Amo muito tudo isso” (do original inglês *I'm lovin it*) foi difundido mundialmente e é incorporado por muitos de seus trabalhadores. A disseminação da ideia de uma empresa onde se constrói uma família e o jovem é um trabalhador feliz e satisfeito invade a subjetividade juvenil por meio de estratégias de *marketing*. Tais mecanismos produzem resultados positivos para a rede, interna e

externamente, e faz com que muitos trabalhadores só percebam o nível de exploração a que foram submetidos depois de se desligarem da empresa.

Aliás, é interessante observar a discrepância entre os testemunhos dados pelos jovens que se encontravam na condição de funcionários da empresa e por aqueles que já não mais possuem vínculos com a mesma, sendo a percepção da exploração por parte desses últimos muito mais nítida.

Apesar de críticas feitas pelos jovens e diversas problemáticas apresentadas em relação ao trabalho, é interessante observar que, quando perguntados sobre uma avaliação geral, consideram que aprenderam bastante na rede.

A experiência do trabalho no McDonald's exaltada por muitos é aquela correspondente ao trabalho duro, que vai preparar o jovem para as próximas oportunidades. No entanto, não é esse tipo de capacitação o adequado e necessário, e sim uma formação qualificada. Esses trabalhadores inserem-se na rede de *fast food* sem experiência e sem qualificação. Por falta de tempo e condições, grande parte deixará o emprego com baixa qualificação, reduzindo as chances de conseguirem melhores postos de trabalho.

Os relatos e depoimentos dos jovens entrevistados permitem a realização da análise de suas experiências laborais enquanto experiências de vida, assim como, em sua maioria, colocam o trabalho na centralidade de suas vidas. A subjetividade desses jovens trabalhadores é construída com influências diretas do capital, que cerceia o trabalhador, objetiva moldar seus pensamentos e desejos e adequá-los aos interesses da acumulação. Sabe-se que todas as experiências vividas pelos sujeitos vão influenciar a construção de suas subjetividades. Ressalta-se, porém, que o McDonald's desenvolve estratégias que atingem diretamente a construção e formação desses jovens.

Dessa forma, a política de contratação de jovens inexperientes demonstra-se como estratégia essencial à empresa, favorecendo suas práticas padronizadoras e em alguns aspectos, abusivas, sendo importante desmistificar a conotação social atrelada a essa política da rede e perceber, para além do imediato, que existem outras determinações que compõem o sistema adotado pelo McDonald's.

Diante da compreensão de que a subjetividade é construída a partir das experiências vividas pelo sujeito, pode-se afirmar que condições de trabalho que limitam o desenvolvimento pleno de suas faculdades e possibilidades restringem

também as formas de construção de sua subjetividade, impactando diretamente seus projetos de vida e relações sociais.

## **JUVENTUDE, ASSISTÊNCIA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Carolina Morais Simões de Melo – Universidade Federal de Juiz de Fora  
caroolmorais@gmail.com

Os temas educação e trabalho têm sido cada vez mais centrais na formulação de políticas públicas e na discussão da vivência da juventude na contemporaneidade, que sofreu de forma mais intensa as transformações do mundo do trabalho ocorridas nas décadas de 1980 e 1990.

O cenário econômico e político desenvolvido a partir da década de 1970 inaugura uma crise estrutural do capital, decorrente da queda da taxa de lucro e do esgotamento do padrão fordista-taylorista de produção. A reestruturação da produção e do trabalho – reestruturação produtiva - foi a tentativa de retomada dos padrões de acumulação do capital.

As transformações no mundo do trabalho foram intensas, modificando as formas de produção, de contratação, de organização da classe trabalhadora, bem como a divisão internacional do trabalho. Entre as suas principais expressões estão: o neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Observa-se o desemprego estrutural, a perda salarial e o retrocesso da luta sindical. No que tange aos postos de trabalho, há uma reestruturação do mercado com o surgimento de regimes e contratos mais flexíveis, priorizando contratos parciais e temporários em detrimento dos regulares (ANTUNES, 1999).

Vários autores assinalam (CASTRO e AQUINO, 2008; GONZALEZ, 2009; POCHMANN, 2007) que os reflexos da crise do capital atingem em maior grau a juventude em comparação com o resto da população, e dentro deste grupo, os jovens filhos da classe trabalhadora. Esses reflexos são perceptíveis principalmente no que tange às taxas de desemprego, à rotatividade e à precarização dos postos de trabalho ocupados, que são mais altos para os jovens. Ao mesmo tempo, a economia brasileira tem demonstrado uma baixa capacidade em gerar novos postos de trabalho para a juventude, sendo que, em 2005, a cada 10 novos postos de trabalho gerados, somente um ficou para os jovens (POCHMANN, 2007).



A juventude também enfrenta uma condição histórica que limita os avanços nas condições de trabalho: o trabalho precoce. Em 2000, apenas 46,8% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam na escola, enquanto a maioria, 53%, já estavam fora das escolas, apontando a distorção idade/série e suas implicações psicossociais e pedagógicas (FRIGOTTO, 2004). Esses dados apontam para a baixa taxa de continuidade de escolarização dos jovens, para a dificuldade em efetivar a transição escola-trabalho e para o imperativo da entrada destes jovens no mundo do trabalho para compor a renda familiar. Mais do que isso, sinaliza para o recorte de classe no acesso a educação que é importante para esta análise: enquanto a elite acessa a educação geral, os pobres são alvo da preparação para o trabalho (ANDRADE, 2012).

Desde a década de 1940, a educação oscilou entre a fragmentação e à integração (CUNHA, 2000). Os projetos de educação que prevaleceram no Brasil atendiam as orientações dos organismos internacionais, que trataram a profissionalização como um mecanismo de alívio da pobreza, e aos interesses das indústrias, construindo uma Educação Profissional subordinada ao ideário do mercado e do capital e a um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda (FRIGOTTO, 2001).

O que se destaca nessa ideologia é o “telos da competitividade” como discurso dominante, transformando-se na perspectiva pedagógica da educação básica e profissional.

A “pedagogia da competitividade”, baseada nos conceitos de competências e habilidades, desencadeia uma mudança profunda no papel econômico atribuído à escola e ao processo de formação técnico-profissional, transferindo a esta instituição a função de empregabilidade ou formação para o desemprego. No plano ideológico, a responsabilidade do Estado é transferida para o indivíduo, não havendo mais a discussão em torno das políticas de emprego, nem acerca da perspectiva de uma carreira, mas na existência de indivíduos empregáveis ou não, refletindo a educação profissional adequada à nova divisão do trabalho (FRIGOTTO, 2001).

Ao mesmo tempo, as transformações na produção exigem um novo modelo de trabalhador, o que vai exigir mudanças nos cursos técnicos e na educação profissional. Este é mais um elemento que comprova que o Estado sempre buscou atender as demandas do capital no que se refere ao ensino profissionalizante, inserindo-a numa

lógica de mercado e diminuindo cada vez mais o investimento neste setor (CUNHA, 2000).

Uma das medidas da agenda neoliberal é um determinado perfil de ação do Estado na política social. Essas medidas consistiam em programas compensatórios e medidas emergenciais, além das medidas de estabilização econômica (controle do déficit fiscal, corte nos gastos públicos, etc). No Brasil, as primeiras modificações no âmbito da proteção social se expressam no redirecionamento dos recursos sociais gerais ou privados para programas focalizados (compensatórios, emergenciais, temporários e seletivos) com o argumento de que os mais necessitados não estavam sendo beneficiados pelas políticas sociais, carecendo de maiores recursos para ações direcionadas a este público. Assim, a proposta de universalidade da Constituição de 1988 vai sendo enfraquecida diante do triunfo da teoria neoliberal no país (PASTORINI e GALIZIA, 2007).

As políticas sociais no Brasil seguem, principalmente a partir dos anos 2000, a dinâmica de uma unidade contraditória: enquanto avança a privatização e mercantilização da saúde e da previdência, a Assistência Social cresce “transformando-se em novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (MOTA, 2008,134).

A centralidade da proteção social construiu-se sob a assistência social, que assume então um papel estruturador da proteção no lugar de mediar o acesso a outras políticas e a outros direitos, como o trabalho. Este processo é denominado por Ana Elizabeth Mota (2008) como a “assistencialização” da proteção social. O que está em jogo é uma nova forma de se tratar a “questão social” no Brasil, através de ações e programas de combate à pobreza, com a centralidade nos programas de transferência de renda (MOTA, 2008).

Diante do cenário contemporâneo de desemprego estrutural, precarização e flexibilização do trabalho, de fragmentação da classe trabalhadora e de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, que afetam em grande escala a juventude brasileira, foi proposto como projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Serviço Social a análise de um dos programas criados pela Administração Municipal de Juiz de Fora na década de 1990 com o objetivo de inserção produtiva de jovens “vulneráveis” no mercado de trabalho.

A questão central do trabalho se desenvolveu a partir da inquietação a respeito das possibilidades reais dos jovens inseridos nos programas da assistência se tornarem jovens trabalhadores, considerando sua classe social e as condições macroestruturais da sociedade capitalista moderna, e em quais condições essa preparação para o trabalho se desenvolve.

Considera-se que o trabalho ocupa uma dimensão central na trajetória de vida dos jovens, em especial dos jovens inseridos nos programas da assistência, pois muitas vezes os caminhos são definidos mais a partir das necessidades imediatas do que dos projetos e anseios de vida dos sujeitos. Ao mesmo tempo, o trabalho representa a primeira condição para a “autonomia” da família, já que se configura como “porta de saída” da política de assistência social, transferindo esse sentido também ao jovem.

O programa pesquisado, o Programa Municipal de Atendimento ao Adolescente – PROMAD, é um programa de aprendizagem que oferece um curso de Auxiliar de Escritório, tem como público-alvo adolescentes de 14 a 17 anos e busca propiciar o primeiro emprego.

A pesquisa utiliza o método Materialista Dialético de conhecimento da realidade, buscando apreender o objeto em sua totalidade. Utilizará entrevistas semi-estruturadas a serem realizadas com jovens egressos do PROMAD buscando localizá-los após a participação no programa: se deram continuidade aos estudos, se estão inseridos no mercado de trabalho, se os postos ocupados são da mesma natureza do curso oferecido pelo programa, se há uma progressão nos postos de trabalho, qual foi o tempo médio de permanência no emprego.

Com relação ao programa, objetiva-se compreender, através de entrevistas com os profissionais e o estudo do currículo do programa, quais os objetivos e resultados do programa e como são encaradas as contradições entre os interesses e os projetos de vida dos jovens e o atendimento às demandas do mercado; a realidade de vida dos jovens e as cobranças de um perfil para o trabalho; o reconhecimento das condições e modos de vida de suas famílias; o encaminhamento imediato para o mercado e a continuidade da escolarização.

## **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Anete Negreiros. **TRABALHO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS OPERÁRIOS**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CASTRO, J.A.; AQUINO, L. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), abr. 2008.

CUNHA, L. A. **Ensino Médio e o Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile**. Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, nº 111, p. 47-70, dezembro/2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: **Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

GONZALEZ, Roberto. **Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?** In: CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In **O mito da assistência. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PASTORINI, A e GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. **Revista Praia vermelha**. Rio de Janeiro, Nº 14-15, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos dez anos.** São Paulo, fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos>. Acesso em: 01/09/2014.

## **ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, TRABALHO E O PROJETO DE VIDA DOS JOVENS**

Clarice Cassab – UFJF  
[clarice.torres@ufjf.edu.br](mailto:clarice.torres@ufjf.edu.br)  
CNPq

O texto objetiva discutir a centralidade assumida pelo o trabalho na construção dos projetos de vida de jovens em Juiz de Fora. Seu ponto de partida é o entendimento de que a readequação do capitalismo a partir da superação do modelo de acumulação fordista por formas produtivas desregulamentadas e flexíveis implicaram em profundas transformações em todas as esferas da vida social. Nesse novo cenário imperam os sentidos de instabilidade e insegurança. Num mundo onde tudo é descartável, mutável e fluído, o tempo presentificado anula o futuro. Tais condições força pensar os jovens e as condições de elaboração e realização de seus projetos de vida nesse contexto em que a instabilidade e o medo pelo futuro são imperativos.

É ainda comum a associação entre juventude e instabilidade. Nela o jovem aparece como sendo naturalmente flexível e capaz de dar respostas rápidas em diferentes situações. Dinâmico e mutável estaria sempre disposto a mudanças. Tais característica atribuídas aos jovens coadunam com o discurso e as práticas de flexibilização. No entanto, se é verdade que do ponto de vista do capital e dos mecanismos que levam a aceleração de seu tempo de giro, o jovem parece estar mais apto as novas exigências da “pós-modernidade”, um olhar mais direcionado e atento aos jovens conduzirá para além dessa aparência, possibilitando a compreensão da juventude como representação simbólica fabricada pelos grupos sociais. O que implica firmar a juventude como uma categoria socialmente construída, uma representação forjada tanto pelos grupos sociais quanto pelos próprios jovens, e que busca traduzir um conjunto de comportamentos, atitudes, aparências a ela atribuídos. Desta forma, juventude se aproximar de uma representação simbólica e de uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens.

Tal afirmativa implica entender os limites de se tratar a juventude como fase e o jovem como instável e capaz de se adaptar e construir sua vida num tempo e num cenário de instabilidade e insegurança. Pensada como categoria social, a juventude é

constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade. Assim, se antes as supostas características próprias da juventude – instabilidade, gosto pelo risco e mutabilidade – deveriam ser disciplinadas com o intuito de garantir a formação de um homem adulto respeitável (e para isso o trabalho fordista cumpriu bem essa função) hoje, os arroubos juvenis, sua presumida propensão a mudança e sua aptidão para mover-se em solo instável e inseguro, são valorizados e incentivados nas esferas da produção e do consumo flexível.

Mas, se por um lado a imagem da juventude respalda a idéia da flexibilização, por outro, a própria juventude vem expressando cada vez mais seus anseios por emprego, por estabilidade e segurança. Anseios que se manifestam, inclusive, na dificuldade de estabelecerem projetos de vida ancorados nas condições concretas de seu tempo presente.

Durante a pesquisa com os jovens, fundamentalmente, dois aspectos se destacaram. O primeiro é a centralidade depositada no trabalho quando da anunciação de seus projetos. De modo geral, ao responderem o que planejam para seu futuro destacaram um “bom emprego”, “crescer profissionalmente”, “investir num negócio”. Para eles a realização desses desejos implica num bom emprego em sua área de formação, seja no setor privado, e preferencialmente pela via de um concurso público, que lhe garantissem estabilidade

Suas trajetórias, suas escolhas e as oportunidades que aparecem ou são construídas se direcionam para a realização de projetos de vida eminentemente sustentados na qualificação e na prática profissional, que lhes possibilitariam segurança e estabilidade no futuro. Nesse caso, foi comum a realização de concursos como um dos caminhos para se alcançar essa estabilidade profissional.

O vínculo social pela via do trabalho ainda é, para esses jovens, condição essencial na construção das esferas de sociabilidade sendo ele um dentre as múltiplas possibilidades simbólicas que contribuem na construção da identidade do jovem. É no trabalho que ele busca realizar sua autonomia financeira, sua inserção como “sujeito produtivo” e um status moralmente aceito.

O segundo aspecto destacado pela pesquisa foi a significativa dificuldade que esses mesmos jovens tem em formularem seus projetos bem como em determinarem as condições para a sua realização. Embora tenham um horizonte de construção do futuro,

quando diretamente perguntados sobre qual seria seu projeto de vida alguns apontaram a dificuldade de projetar e realizar esse futuro. Foi comum expressões como “não dá para saber” ou “depois vejo o que faço”. Questionados sobre o que projetam para sua vida, como se vêem no futuro, o que desejam realizar e o que precisam fazer para atingirem seus projetos, parte significativa deles não souberam responder ou expressaram não ter clareza do que querem. Também, foi notória a dificuldade de estabelecerem projetos num tempo mais estendido. A dificuldade de se projetarem para o futuro relaciona-se a um sentido de tempo cada vez mais presentificado para os jovens.

Os projetos de vida estariam situados na dimensão do após, sendo a construção de algo a ser realizado a partir de escolhas e possibilidades mediadas pelas condições (históricas, sociais, culturais e econômicas) do tempo presente e atravessado pelas mediações das experiências passadas. O presente é, portanto, condição para o futuro. Contudo, diante de um presente absoluto e incerto, os jovens manifestam essas mesmas qualidades quando desafiados a pensarem seus projetos de vida. Não são claras as estratégias a serem adotadas ao longo dessa trajetória. Há, todavia, o reconhecimento de que é pela via do trabalho que poderão garantir seus projetos. Assim, como também é significativa a presença da família como elemento de suporte.

Para os entrevistados o sucesso de seus objetivos está depositado no trabalho, na família e em si mesmo. No plano individual afirmaram a necessidade de terem força de vontade, de estudarem, de disciplina. No familiar, o apoio dos pais, amigos e familiares. Não há um reconhecimento claro do papel do Estado. Ao contrário eles próprios desresponsabilizam o Estado desse papel transferindo para si e seus familiares as causas de seu sucesso ou fracasso. A individualização como forma da sociabilidade moderna ganha uma tonalidade ainda mais forte num cenário de insegurança e instabilidade em que a apreensão sobre o que poderá vir a acontecer é uma constante.

### **Considerações finais:**

Os projetos desses jovens se realizam em um espaço/tempo que acolhe o passado, o presente e o futuro e está cheio de mediações. Nesse movimento o trabalho aparece como o motor que possibilitaria a realização de seus objetivos na medida em



que através dele alcançariam segurança e estabilidade. Sentimentos que entram em confronto com a velocidade e a instabilidade que marcam a atualidade.

O contraponto ao tempo presentificado e o sentimento de descartabilidade é a busca por segurança e estabilidade representada, na fala dos jovens, pelo desejo de um bom emprego e de uma família. Todavia, isso não se dá sem que haja o enfraquecimento do sentido de futuro e de continuidade. Portanto, embora o discurso da “pós-modernidade” e da flexibilização identifiquem nos jovens os sujeitos emblemáticos desse novo tempo, cada vez mais veloz, mais instável e mais mutante, a realidade da vida de muitos deles parece indicar outra face. Sua busca por segurança sugere o quanto à associação direta entre flexibilidade e juventudes desconsidera as implicações reais na vida dos jovens.

São eles o que experimentam um tempo incerto onde as experiências do passado perdem força e/ou importância, pois já não servem de guia para o presente e nem para o futuro, sendo este último irrelevante, já que é o presente a medida de todo o tempo. A apreensão, o medo, a insegurança são recorrentes em suas falas e se refletem nas dificuldades de elaborarem seu projeto de vida, no desejo por estabilidade financeira e afetiva, no temor de não conseguirem se realizar profissionalmente, na extrema individualização e na sensação de “poder contar apenas consigo mesmo”.

Resgatar uma sociabilidade centrada no fato de que os indivíduos só existem uns para os outros, implica entender que o viver comum não é apenas uma contingência ou um momento. Ele se constitui como a própria essência do indivíduo que condiciona sua existência, sua forma de estar e ser no mundo. Projetar-se no futuro só é possível quando se tem o controle sobre o presente e quando há a confiança no futuro. E para os jovens o trabalho ainda parece ser o caminho e a salvaguarda para o futuro.

### **Referências Bibliográficas**

- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 1993.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 2007.

## **Perfil do operário da indústria de confecção de vestuário em Cianorte: Desdobramentos possíveis**

Rangel Max Lima Vidal (UNESPAR); Dr. Renan Bandeirante de Araújo (UNESPAR)

[rangel.educar@gmail.com](mailto:rangel.educar@gmail.com); [renan-araujo@uol.com.br](mailto:renan-araujo@uol.com.br)

Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento

O município em perspectiva é responsável por abrigar um importante pólo da indústria de confecção de vestuário do Brasil. Comportou por algum tempo o título de capital do vestuário, devido a sua importância no cenário nacional da moda e da confecção de roupas. Fundada em 1953 pela Companhia Melhoramento do Norte do Paraná se tornou ao longo de sua história em umas das cidades mais importantes para região noroeste, onde está situada, juntamente com Paranavaí e Umuarama.

A regionalização desse município é necessária para que se compreenda, a sua importância e historicidade em dialética com o cenário político-econômico nacional, pois no desenvolvimento desse trabalho priorizamos por perceber como a economia e a sua reestruturação produtiva, estão diretamente ligados ao cenário nacional e na atualidade, inclusive global.

Até a década de 1970, a atividade cafeeira que predominava a região e foi o propulsor do desenvolvimento econômico do município. A partir desse período a baixa nas exportações e a chamada “geada negra” (1975), ocasionaram a erradicação dos cafezais e a necessidade de um rearranjo no setor produtivo para o desenvolvimento de toda região. Foi nesse período que iniciou-se um processo de reestruturação do setor produtivo do município que toma a forma estrutural que perdura até os dias atuais (2014). Esse município é Cianorte.

É ao final do século XX que esse processo de reconstrução do setor produtivo do município de Cianorte toma a forma estrutural que perdura até os dias atuais (2014). É necessário entender que foi o setor industrial do ramo de confecção que realmente possibilitou um desenvolvimento econômico ao município o tornando de suma importância para a região e para o Paraná.

Essa indústria de confecção de vestuário de Cianorte possui algumas características muito peculiares, que são enumerados por Fresca e que ela chama de gênese desse setor industrial. De início seu desenvolvimento ocorre pelo “contato imediato próximo”, que na prática é: “a partir do sucesso de uma empresa gerou-se a perspectiva de implantação de outras, sem a existência de uma política ou ações coordenadas” (Fresca pg.327). Outro aspecto é da “gênese das indústrias confeccionistas” que ocorre por meio de uma experiência previa com o ramo e a instalação de uma unidade própria; há também aqueles que exercem alguma atividade e acumulam um pequeno capital (por meio de poupança ou acerto rescisório) e implantam sua própria unidade produtiva (ex-costureira, ex-modelistas, etc.). E por fim aqueles proprietários sem nenhuma experiência, mas com o capital para investimento, que abrem sua unidade contratando pessoas com a experiência necessária no ramo, sendo norteadores de suas ações produtivas. A autora ao analisar uma segunda gênese, com características um pouco diferenciadas, nos revela uma forma produtiva inicial bastante pragmática dessas confecções.

Os dados técnicos serão responsáveis por esclarecimentos acerca do perfil do operário que compõe a indústria de confecção de vestuário de Cianorte, para então trabalharmos questões que propiciarão uma maior verticalização sobre o objeto. Os números apresentam uma perspectiva a partir dos dados de 4983 operários. Desse montante, a primeira situação que deve ser notada, é o olhar para esse setor a partir das implicações de gênero. Pois 77%, do operariado, conforme a planilha A2, são do sexo feminino, ou seja, mulheres de diferentes faixas etárias, que são responsáveis pela maior parte dos processos que compõe a cadeia produtiva desse setor. Aos Homens coube o percentual de 33%. Essa característica da indústria de confecção de Cianorte, com um maior percentual de mulheres como operárias, possui uma evidente herança histórica. Pois a confecção de vestuário, é segmento produtivo, oriundo da cadeia produtiva da indústria têxtil, que desde a revolução industrial francesa e inglesa, abrigam considerável operariado feminino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, como forma de liberdade, se trata muito mais de uma fala ideológica serva da lógica da reprodutividade sócio metabólica do capital, do que de fato exercício de uma liberdade. Dessa forma, quando pensamos as

mulheres e crianças que eram absolvidas pelas grandes indústrias no século XIX, em situações existenciais caóticas e precárias, não era uma busca por liberdade. O que levou aquelas mulheres a ocuparem setores produtivos do capital foram o que Marx em o *Capital*, evidenciou como sendo as necessidades do estômago. O capitalismo enquanto sistema produtivo, que possui como maior objetivo o lucro, não faz distinção de sexo, raça ou quaisquer outras circunstâncias. A inserção dessas mulheres conforme nos relata Antunes, se trata de uma manobra do capital que ganha novas dimensões no capital contemporâneo a partir da gestão fordista/taylorista e depois a gestão toyotista. Modos de produção que exacerbaram a capacidade do capital cooptar a subjetividade humana, por meio do trabalho. Isso não é diferente com as mulheres, não na história humana.

Outra situação que se faz necessário expor é o perfil da escolaridade dos operários da indústria de confecção de vestuário de Cianorte. Dessa forma, a educação institucionalizada, conforme salienta Meszáros, não colabora para a sua proposta de uma educação para além do capital, que colabore para a emancipação e formação humana, enquanto ser ontologicamente social. Como a organização do Projeto Político Pedagógico, é organizado sumariamente pela localidade de cada escola, e se torna o objeto norteador para a maioria dos educadores. Nesse sentido, a organização do Projeto Político Pedagógico a partir das localidades, possibilita refletir a partir do seguinte questionamento: Se a educação é para o mundo do trabalho, e organizado conforme as localidades municipais, qual o tipo de formação que compõe a indústria de confecção do vestuário de Cianorte? Esse tipo de educação e trabalho colabora para o desenvolvimento regional ou mesmo local? Essas indagações nortearam as próximas análises acerca da escolaridade do operariado da indústria de confecção de vestuário de Cianorte. Ao analisarmos os gráficos acima, percebemos algumas diferenças que acentuam discussões que permeiam as relações de gênero. O gráfico que expõe a escolaridade dos homens que da totalidade da indústria de confecção do vestuário em Cianorte representam um percentual de cerca de 30%, aponta que 54% não conseguiram completar o ensino médio. Esse percentual se efetiva a partir da soma dos dados de homens que declararam, ensino primário completo, ensino primário incompleto, ensino fundamental completo, ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto. Enquanto o percentual de homens formados com o ensino médio completo é de 40,36%.

O gráfico das mulheres, demonstram uma realidade ainda mais crítica. Do percentual aproximadamente 70% de mulheres que compõem essa indústria local, 58,75% não concluíram o ensino médio. E igual aos homens esse percentual é a soma dos dados referentes ao ensino primário completo, ensino primário incompleto, ensino fundamental completo, ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto. O percentual de mulheres que concluíram o ensino médio, é de 37,01%. Quando analisamos a escolaridade invertendo a pirâmide, ou seja, a partir dos que possuem o ensino superior cursando ou completo, os números gerais são alarmantes. Ao juntarmos homens e mulheres o percentual é de 4,9%. Ao desmembrarmos os números entre homens e mulheres, o percentual de homens com ensino superior completo é de 3,01% enquanto as mulheres é de 1,81%.

Dessa forma, a afirmação de Antunes, acerca da distribuição de atividades entre homens e mulheres quando diz, “aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas as mulheres trabalhadoras”, pode ser encontrada na indústria de confecção de vestuário em Cianorte. Pois a atividade de costureira, responsável pelo maior número de operários, é preenchido fundamentalmente por mulheres. Dessa forma, os homens que ocupam cargos nessa cadeia produtiva, ocupam em maior contingência comumente, setores que exigem uma maior formação. Setores administrativos ou nos setores de expedição (responsável pela mobilidade das peças entre as unidades fabris e contratadas terceirizadas), que exigem além de força, certa capacidade técnica, para manusear planilhas computadores. As mulheres com maior escolarização ocupam postos de trabalho no setor de criação, que se formam em moda e designer. Coincidentemente cursos, que operam na unidade da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e na UNIPAR (Universidade Paranaense).